



Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras
Mestrado Acadêmico em Letras



MARIA LUIZA DE CASTRO

A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL:
Um estudo na escrita de acadêmicos de Letras

PORTO VELHO – RO

2016



MARIA LUIZA DE CASTRO

A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL:

Um estudo na escrita de acadêmicos de Letras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Fundação Universidade Federal de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras da linha de pesquisa Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Aparecida Nechi Vercese

PORTO VELHO – RO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

C355v

Castro, Maria Luiza de

A variação na concordância verbal: um estudo na escrita de acadêmicos de Letras/ Maria Luiza de Castro.- Porto Velho, Rondônia, 2016.
127 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientadora: Prof. Dr^a. Rosa Maria Aparecida.

1. Concordância verbal. 2. Variação morfossintática. 3. Sociolinguística.
I. Aparecida, Rosa Maria. II. Título.

CDU: 81'27

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897



Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras
Mestrado Acadêmico em Letras



DECLARAÇÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A Coordenação do Mestrado Acadêmico em Letras declara que: **Maria Luiza de Castro defendeu**, no dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, no *Campus* José Ribeiro Filho da Universidade Federal de Rondônia, a dissertação intitulada: A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL: um estudo na escrita dos acadêmicos de Letras, sob orientação da Profª. Drª. Rosa Maria Aparecida Nechi Vercese e que foi *Aprovada* no **Exame de Defesa de Dissertação** e que passará a fazer jus ao **Título de Mestre em Letras**, após apresentar na forma e no prazo regimental toda a documentação necessária para a emissão do Diploma pela Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho, 21 de junho de 2016.

- Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Profª. Drª. Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Letras
Port. 157/2016/GR/UNIR, de 22/02/2016

Rosa Maria Aparecida Nechi Vercese

Profª. Drª. Rosa Maria Aparecida Nechi Vercese
Orientadora



MARIA LUIZA DE CASTRO

A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL:
Um estudo na escrita dos acadêmicos de Letras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Fundação Universidade Federal de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras da linha de pesquisa Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens.

Orientadora: Dra. Rosa Maria Aparecida Nechi Vercese

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora

Professora Dr^a. Rosa Maria Aparecida Nechi Vercese
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Membro Interno

Professora Dr^a. Nair Ferreira Gurgel do Amaral
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Membro Externo

Professora Dr^a. Geane Valesca da Cunha Klein
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Membro - Suplente

Professora Dr^a. Odete Burgeile
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Porto Velho, 21 de junho de 2016.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Adonias e Francisca (*in memorian*), pela orientação ao longo da vida.

Ao meu marido, Renato, pelo seu companheirismo e apoio sempre.

Aos meus filhos, nora e neta que souberam entender a minha ausência.

À minha amiga Marisa Fernandes que esteve sempre presente do início ao fim desta jornada. Sua amizade, orientação e paciência foi de suma importância para o término deste trabalho.

À minha orientadora, professora Dra. Rosa Maria Nechi Vercese que compreendeu meu afastamento temporário e no momento certo soube orientar-me com segurança sem perder as esperanças.

Aos professores do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Campus de Vilhena que acreditaram e me apoiaram desde o início, em especial ao professor José Carlos Cintra. Meu muito obrigada!

Aos professores do programa do Mestrado em Letras, professora Nair Gurgel, Odete Burgeile, Carla Martins, Miguel Nenevé, Sônia Sampaio, Élcio Fragoso e Ilka Mota que souberam passar as informações com inteligência

Aos amigos e companheiros da turma 2013 do Mestrado em Letras que no momento do desânimo zapeavam com mensagens de coragem e capacidade.

Aos alunos que participaram das atividades de coleta de dados desta pesquisa.

RESUMO

Na presente pesquisa, investigamos o fenômeno da variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural. Para tanto, utilizamos como dados para análise redações elaboradas por acadêmicos de Letras, da Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Vilhena, com a intenção de mostrarmos se a concordância verbal na terceira pessoa do plural corresponde a uma regra variável, regida por fatores de ordem linguística e social. Assim, temos como objetivo verificar se os fatores linguísticos promovem a presença ou ausência da marca flexional de número. A análise está apoiada nos princípios teóricos da Sociolinguística Variacionista, que considera a língua em seu contexto social. Consideramos em nosso estudo que a concordância verbal do português brasileiro apresenta variantes com marca ou sem marca de concordância, coexistindo em competição entre si. Dessa forma, procuramos analisar essas variantes, bem como identificar os fatores linguísticos que condicionam essa variação na escrita formal. Entre esses fatores destacamos os seguintes, os quais permitem comprovar um maior índice de ocorrência da marcação da concordância verbal da 3ª pessoa do plural: saliência fônica; sujeito em relação ao verbo; tipo de verbo; tipo de sujeito; e material interveniente. A análise quantitativa demonstrou que a marcação da concordância verbal, na 3.ª pessoa do plural, surge com maior frequência em construções linguísticas dentro dos padrões normativos quando a diferença entre o singular e o plural é mais perceptível. Comprova ainda que, na escala da saliência fônica, a oposição é acentuada; além de estruturas em que o sujeito está anteposto ao verbo na ordem direta S+V, sem interveniências. O nosso estudo revela que anos de escolarização contribuem para o processo de aquisição de um padrão linguístico propenso a apresentar progressivamente a marcação da concordância verbal. Revela ainda que o fenômeno da concordância verbal está sujeito a condicionamentos sociais e linguísticos que divergem dos padrões gramaticais.

Palavras-chave: Concordância verbal. Variação Morfossintática. Sociolinguística.

ABSTRACT

In this research, we investigated the phenomenon of the variation in the verbal agreement of the third person plural. For that, as data for analysis, we used essays written by undergraduate students of the Portuguese Language course of the Federal University of Rondônia, Vilhena campus, with the intention of demonstrating if the verbal agreement in the third person plural is determined by a variable rule, governed by linguistic and social factors. Therefore, our objective is to verify whether the linguistic factors promote the presence or the absence of the inflexion for number. The analysis is supported by the theoretical principles of the Variationist Sociolinguistics, which approaches the language in its social context. We consider in our study that the verbal agreement of the Brazilian Portuguese presents variations, with or without the agreement mark, both cases coexisting in competition with each other. Thus, we intended to analyze these variations, as well as identify the linguistic factors that influence them in formal writing. Among these factors, we highlight the following ones, which allow a higher rate of occurrence of the mark of the verbal agreement of the third person plural: phonic salience; position of the subject in relation to the verb; type of verb; type of subject; and the intervening materials. The quantitative analysis showed that the marking of the verbal agreement, in the third person plural, appears most often in language constructions within the normative standards when the difference between the singular and the plural is more noticeable. The analysis also demonstrated that, in the scale of the phonic salience, the opposition is accentuated; as well as structures in which the subject comes before the verb in the direct order S+V, without interferences. Our study reveals that years of formal instruction contribute to the process of the acquisition of a linguistic pattern that tends to progressively present the mark of the verbal agreement. It also shows that the phenomenon of the verbal agreement is influenced by social and linguistic constraints that are different from the grammatical patterns.

Keywords: Verbal agreement. Morphosyntactic Variation. Sociolinguistics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica: oposição não acentuada/CV.....	80
Tabela 02 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica: oposição não acentuada/SC.....	81
Tabela 03 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica: oposição acentuada/CV.....	82
Tabela 04 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica: oposição acentuada/SC.....	84
Tabela 05 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Posição do sujeito em relação ao verbo/CV.....	86
Tabela 06 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Posição do sujeito em relação ao verbo/SC.....	88
Tabela 07 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de verbo/CV.....	89
Tabela 08 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de verbo/SC.....	91
Tabela 09 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de Sujeito/CV.....	92
Tabela 10 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de Sujeito/SC.....	94
Tabela 11 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Material Interveniente/CV.....	95
Tabela 12 - Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Material Interveniente/SC.....	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Quadro 1 - Casos de Concordância Verbal com um sujeito.....	35
Figura 2: Quadro 2 - Casos de Concordância Verbal com mais de um sujeito.	36
Figura 3: Gráfico 1 - Porcentagem de concordância verbal - variável saliência fônica oposição não acentuada.....	98
Figura 4: Gráfico 2 - Porcentagem de concordância verbal - variável saliência fônica oposição acentuada.....	100
Figura 5: Gráfico 3 - Porcentagem de concordância verbal – variável posição do sujeito em relação ao verbo.....	103
Figura 6: Gráfico 4 - Porcentagem de concordância verbal – variável tipo de verbo.....	105
Figura 7: Gráfico 5 - Porcentagem de concordância verbal – variável tipo de sujeito.....	107
Figura 8: Gráfico 6 - Porcentagem de concordância verbal – variável material interveniente.....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SEÇÃO 1: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
1.1 Delimitação do Fenômeno.....	18
1.2 Objetivos e hipóteses.....	18
1.3 Caracterização do <i>corpus</i>	20
1.4 Coleta de Dados.....	20
1.5 Dados das Redações.....	20
1.6 O Processamento dos Dados e a Análise Quantitativa.....	21
1.7 Variantes e variáveis.....	21
1.8 A Variável Dependente e as Variáveis Independentes	22
1.8.1 A Variável Dependente.....	22
1.8.2 Variáveis linguísticas ou Variáveis Independentes.....	23
1.9 Contextos reservados: verbo Ter e verbo Vir.....	24
SEÇÃO 2: ESTADO DA ARTE	26
2.1 Breve comentário sobre a Gramática.....	26
2.1.1 A gramática na língua portuguesa	30
2.2 Conceitos de Concordância Verbal.....	32
2.2.1 Concordância Verbal e Língua Padrão.....	40
2.3 Sociolinguística e educação	44
2.4 A concordância verbal sob o escopo da sociolinguística.....	47
SEÇÃO 3: BASE TEÓRICA E CONCEITUAL	54
3.1 Considerações sobre a Linguagem.....	54
3.2 A Concordância Verbal na visão sociolinguística.....	56
3.3 A Linguística.....	59
3.4 Sociolinguística.....	60
3.5 Perspectiva Variacionista.....	63
3.5.1 Variação linguística morfossintática.....	65

3.6 A variável dependente e as variáveis independentes.....	68
3.6.1 Variáveis linguísticas.....	69
3.6.1.1 Saliência fônica.....	69
3.6.1.2 Posição do sujeito em relação ao verbo.....	71
3.6.1.3 Tipo de Verbo.....	73
3.6.1.4 Tipo de Sujeito.....	75
3.6.1.5 Material Interveniente.....	76
SEÇÃO 4: DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	78
4.1 Dados das Redações.....	78
4.1.1 Resultados da Variável Saliência Fônica.....	78
4.1.2 Resultados da Variável Posição do Sujeito em Relação ao Verbo....	85
4.1.3 Resultados da Variável Tipo de Verbo.....	88
4.1.4 Resultados da Variável Tipo de Sujeito.....	91
4.1.5 Resultados da Variável Material Interveniente.....	94
SEÇÃO 5: RESULTADOS DA ANÁLISE	97
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

Como secretária do Departamento Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Vilhena observei, por várias vezes, casos de falta de concordância entre as conversas dos alunos com os professores, e não conseguia entender porque tão reiteradamente as ocorrências de não concordâncias verbais continuavam a existir, afinal, esses alunos além de terem o conhecimento das regras de concordância tinham passado pelo processo de seleção (ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio), mesmo assim, continuavam utilizando esta variante.

Diante desse fato, fiquei bastante curiosa para saber se a língua escrita poderia ser um reflexo da língua falada, e a busca pelo conhecimento para entender o uso da não concordância dos alunos foi o principal fator que motivou esta pesquisa. Para entender tal questão buscamos maior aprofundamento no conhecimento da Linguística e da Concordância Verbal.

A Linguística, conhecida como o estudo científico da linguagem humana passou a ser reconhecida como ciência a partir de Saussure e a ser descrita como ela realmente se evidencia. Ao distinguir *langue/parole* Saussure (1999, p.22) afirma que a *langue* “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que não pode nem criá-la nem modificá-la. Ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade”, é de natureza homogênea. *Parole*, no que lhe concerne, é a fala real tornada possível pela língua, é um ato individual de vontade e inteligência. Para o autor, a língua é um sistema abstrato, homogêneo e social, portanto, foi instituída como objeto da linguística.

Na segunda metade do século XX, Labov (1972) reafirma uma nova perspectiva considerando a língua em seu contexto social. Para Labov a língua não é propriedade do indivíduo, mas da comunidade, por isso é social. O autor incorpora o estudo da variação no nível da língua e assume que a noção de heterogeneidade linguística não é incompatível com a noção de sistema linguístico ou língua.

Labov (1972), como precursor da Sociolinguística Quantitativa, também afirma a existência da variação na língua e mostra que existem variantes, ou seja,

formas diferentes com mesmo significado e que pelo fato de haver julgamento de valor, uma forma é considerada prestigiada e as outras formas acabam sendo estigmatizadas. Constata assim, que não podemos fazer uso apenas da aplicação ou não de uma regra, mas devemos identificar os fatores que favorecem ou inibem tal aplicação, os quais podem ser linguísticos ou sociais.

Desta forma Labov, juntamente com Weinreich e Herzog (1975), apresenta a proposta de uma teoria da mudança linguística, salientando a importância de se considerar os elementos internos e externos à língua envolvidos no processo de mudança a ser estudado.

As eventuais mudanças sofridas pela língua serviram de base para várias teorias ligadas à linguagem e a diversidade das explicações para essas mudanças percorre desde os estudos gramaticais até os variacionistas. No português brasileiro os fenômenos em variação têm sido analisados pelos estudiosos da Linguística e divulgados com frequência suas pesquisas com exatidão e rigor, aperfeiçoando métodos que procuram identificar fatores responsáveis por processos de mudança. Esses estudos iniciados por Naro (1981) despertaram para mudanças e ganharam apoio de outros linguistas como Marta Scherre, Miriam Lemle e Isabel Monguilhott. Nas várias pesquisas sobre variação, a concordância verbal é um dos fenômenos morfossintáticos de suma importância para os estudos linguísticos.

De maneira geral, as pesquisas sobre a variação na Concordância Verbal são direcionadas às variedades não padrão do Português Brasileiro, ou seja, analisam a fala ou a escrita de segmentos menos escolarizados. Nossa pesquisa se desvia desta regra na intenção de averiguar como os informantes se comportam, com relação à aplicação da regra de Concordância Verbal, uma vez que possuem anos de escolarização.

O tema desta dissertação é a variação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural – presente em textos produzidos por informantes iniciantes do curso superior. O estudo assume a perspectiva variacionista e são analisadas redações recolhidas durante o primeiro semestre de 2014, fazendo uso da metodologia da Sociolinguística, a fim de observar como fatores linguísticos se relacionam para favorecer ou não o uso da regra de Concordância Verbal. Nesta pesquisa, os dados serão analisados quantitativa e qualitativamente.

A questão que envolve o cerne do trabalho é se a concordância verbal de terceira pessoa do plural se trata de uma regra variável, regida por fatores de ordem linguística e social e se esses fatores promovem a presença ou ausência da marca flexional de número. Desta forma, pretendemos discutir como ocorre a variação na concordância verbal, quais as variantes, e fatores linguísticos que a condicionam, bem como as implicações desse fenômeno variável na estrutura da língua.

Este trabalho procura investigar o fenômeno da variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural. Para tanto, utilizaremos da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas, contribuindo para análise em contextos linguísticos de uma comunidade de acadêmicos na Cidade de Vilhena.

O aporte teórico utilizado para fundamentação da pesquisa advém dos teóricos Lemle & Naro (1977), Naro (1981), Naro e Scherre (2003a, 2003b, 2003c), Scherre & Naro (1993, 1997, 1998), Zilles, Maya e Silva (2000). Os estudos desses autores estão voltados para o fenômeno da concordância, sob uma perspectiva da teoria da variação linguística. Além destes, será considerada a perspectiva de Mollica (2007) que concebe os estudos sociolinguísticos como contribuição para minimizar os preconceitos linguísticos no ensino por meio da Teoria da Variação.

Consideramos também os estudos de Bortoni-Ricardo (2006) os quais valorizam as peculiaridades linguístico-culturais da variável não padrão que o aluno apresenta antes de chegar à escola, admitindo que os alunos devem aprender, com o aumento de sua escolarização, a norma de prestígio. Entendemos com Camacho (2005) que os falantes de uma mesma língua ou variedade dialetal dificilmente se expressam exatamente do mesmo modo, assim como um único falante raramente se expressa da mesma maneira em duas diferentes circunstâncias de comunicação. Considerando a heterogeneidade da Língua, Labov (1968, 1975) nos apresentou uma Sociolinguística oposta à relação língua/homogeneidade e incorporou a ideia de variação sistemática motivada por pressões sociais que “continuamente operam sobre a língua” e não devem ser estudada fora do contexto social.

Com relação à morfossintaxe Tarallo (1990) mostra o sistema morfológico do português como resultado de perdas sofridas pela flexão dos nomes latinos;

Silva (2005) afirma que a variação ocorre quando temos a possibilidade, num mesmo contexto, de utilizar formas distintas com o mesmo valor referencial, sem aferir o valor de verdade. Para esclarecer a concordância verbal de 3ª pessoa do plural, a pesquisa recebe o apoio de Monguilhott & Coelho (2002) que, sob a perspectiva da sociolinguística paramétrica, explicam a variação interna do Português Brasileiro.

Com a necessidade de ampliar a interpretação sobre a Sociolinguística, recorremos a Faraco (2005) que a considera um estudo das correlações sistêmicas entre formas linguísticas variantes analisadas como diferentes formas de dizer a mesma coisa, e determinados fatores sociais, como: classe social, nível de escolaridade, sexo, etnia, entre outros.

No intento de alcançar o objetivo desta pesquisa foram levantadas algumas hipóteses: os acadêmicos do curso de Letras devido aos anos de escolarização, ao conhecimento das normas gramaticais, apresentam maior marcação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural na maioria dos dados em análise; quanto mais saliente for a diferença entre as formas verbais (oposição acentuada singular/plural, como, por exemplo, na distinção entre as formas verbais *é/são*), maior a possibilidade da marca explícita de plural aparecer; a anteposição do SN sujeito ao verbo numa ordem direta (SV) favorece um número maior de variantes com marca de concordância; a posposição do SN sujeito ao verbo (VS) inibe a marcação da concordância verbal, por dificultar o reconhecimento do sujeito pelos informantes, uma vez que o sujeito está ocupando uma posição característica de objeto; os verbos intransitivos favorecem a não marcação da concordância verbal; o sujeito explícito favorece à marcação do plural na concordância verbal; o fator distanciamento do SN sujeito e o seu verbo referente favorece o aumento da probabilidade da não marcação da concordância.

As análises foram desenvolvidas tendo por base teórica-metodológica as contribuições da Sociolinguística Variacionista, área da Linguística que pressupõe que a língua é condicionada por diversos fatores sejam eles internos (sintáticos, semânticos ou morfológicos), ou externos à sua estrutura (como os socioculturais e inerentes ao indivíduo). Em relação aos fatores internos, analisamos os fatores linguísticos, tais como a saliência fônica; o sujeito em relação ao verbo; o tipo de verbo; o tipo de sujeito e material interveniente.

Esta pesquisa além de contribuir para a descrição linguística do português brasileiro será relevante também para ampliar o seu escopo no esforço de colaborar para maior conhecimento da língua, tão heterogênea quanto transformadora. Para tanto, esta dissertação está organizada em cinco seções. A primeira intitulada *Procedimentos Metodológicos*, delimita o fenômeno a ser pesquisado. Apresenta os processamentos de pesquisa adotados para coleta dos dados a serem analisados e aborda sobre as variáveis dependentes e independentes.

A segunda seção, denominada de *Estado da Arte*, revela uma abordagem científica sobre a Gramática, conceitos de concordância verbal numa visão tradicional e sociolinguística e sobre a Sociolinguística e a educação.

A terceira seção, *Base Teórica e Conceitual*, expõe considerações sobre a Linguagem, a Linguística, a Variação Linguística e os princípios básicos da Sociolinguística Variacionista com ênfase à extensão dos estudos da teoria da variação linguística à morfossintaxe.

Na quarta seção, *Discussão e Análise dos Dados*, apresentamos os resultados da pesquisa e a interpretação dos dados, acompanhados de tabelas, para melhor visualização dos resultados obtidos.

Na quinta seção, *Resultados da Análise*, mostramos os gráficos de porcentagem de acordo com os resultados das variáveis trabalhadas, observando e analisando o maior índice sobre o fator com concordância verbal e sem concordância verbal.

Nas Considerações Finais, o tema da dissertação é brevemente retomado e são enumerados os resultados gerais da pesquisa realizada. Evidenciamos ainda, a contribuição de nossa pesquisa para estudos futuros no âmbito educacional.

SEÇÃO 1: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas em Sociolinguística têm apresentado inúmeras variedades e modelos próprios de investigação, bem como parâmetros a serem utilizados na condução das análises e na averiguação de sua legitimidade e credibilidade. Esses parâmetros resultam de experiências dos pesquisadores sobre os diversos trabalhos de campo e concepções teórico-metodológicas adotadas. Além disso, todo trabalho metodológico constrói-se sob um suporte teórico, o qual motiva ao juízo de fato, determinando um recorte e definindo as categorias e particularidades a serem observadas.

Nesta seção, além da delimitação do fenômeno serão pormenorizadas as maneiras de coleta e análise dos dados no tangente ao uso variável da Concordância Verbal em redações de alunos do Curso de Letras. Consideramos conveniente problematizar as variáveis linguísticas, caracterizando-as conforme a abordagem variacionista.

1.1 Delimitação do Fenômeno

A delimitação do fenômeno em estudo, ou seja, a concordância verbal de terceira pessoa do plural, foi originada nos trabalhos de Lemle & Naro (1977), Naro (1981), Naro (2003a, 2003b, 2003c), Scherre & Naro (1993, 1997, 1998), Zilles, Maya e Silva (2000). Para estes autores, a concordância verbal constitui um fenômeno típico de ser estudado sob uma perspectiva da teoria da variação linguística: suas variantes ocorrem em contextos semelhantes e apresentam o mesmo valor de verdade.

1.2 Objetivos e hipóteses

Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar o fenômeno da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural na escrita de acadêmicos do Curso de Letras do *Campus* de Vilhena-Rondônia, contribuindo para a descrição do português escrito utilizado na Região Norte do Brasil. Especificamente, nosso objetivo é descrever, quantificar e analisar os fatores

linguísticos condicionadores da variação de concordância verbal de terceira pessoa do plural.

Os estudos anteriores sobre a concordância, em especial os desenvolvidos por Scherre (1988) em sua reanálise, comprovam a existência de fatores linguísticos e extralinguísticos interferindo nas possibilidades de realizações desta variável em questão. Nossa dúvida frequente é se a concordância verbal na terceira pessoa do plural se trata de uma regra variável, regida por fatores de ordem linguística e social. Verificamos que os estudos realizados até o momento analisam a concordância de número de forma sincrônica, havendo uma lacuna nos estudos diacrônico. Assim, tendo em vista responder a questão acima, levantamos as seguintes hipóteses:

- os acadêmicos do curso de Letras devido aos anos de escolarização, ao conhecimento das normas gramaticais, deverão apresentar maior marcação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural na maioria dos dados em análise;
- quanto mais saliente for a diferença entre as formas verbais (oposição acentuada singular/plural = *é/são*), maior a possibilidade da marca explícita de plural aparecer;
- a anteposição do Sintagma Nominal (doravante SN) sujeito ao verbo numa ordem direta (SV)¹ favorece um número maior de variantes com marca de concordância;
- a posposição do SN sujeito ao verbo (VS)² inibe a marcação da concordância verbal, por dificultar o reconhecimento do sujeito pelos informantes, uma vez que o sujeito ocupa uma posição característica de objeto;
- os verbos intransitivos favorecem a não marcação da concordância verbal;
- os verbos transitivos favorecem a marcação do plural na concordância verbal por não haver interferência numa ordem direta Sujeito/verbo;

¹ (SV)=sujeito/verbo

² (VS)=verbo/sujeito

- o sujeito explícito favorece à marcação do plural na concordância verbal;
- o fator distanciamento do SN sujeito e o seu verbo referente favorece o aumento da probabilidade da não marcação da concordância.

1.3 Caracterização do *corpus*

Os dados que compõem o *corpus* desta pesquisa correspondem às redações escritas por acadêmicos matriculados no primeiro período do curso de Letras, do *Campus* da Universidade Federal de Rondônia, de Vilhena.

Trata-se de amostra única recolhida no primeiro semestre de 2014, de uma turma de Letras com 28 acadêmicos, totalizando um conjunto de 79 redações. A solicitação aos acadêmicos no sentido de liberarem seus textos para a composição do *corpus* para esta pesquisa deu-se após a realização das redações. Importa ressaltar que, os estudantes não foram influenciados a monitorar suas escritas.

1.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada pelo professor regente de Língua Portuguesa do curso de Letras que, em seu primeiro dia de aula com a turma, solicitou a cada aluno a elaboração de três tipos de textos de base narrativa, dissertativa e descritiva. O tema e a quantidade a ser escrito foram livres, por isso encontramos, muitas vezes, de dois a três textos em apenas uma folha de papel, ou seja textos muito pequenos ou resumidos.

Explicou o professor que faz esse tipo de trabalho para conhecer melhor o aluno com quem irá trabalhar a disciplina de Produção Textual. Durante o semestre, esse mesmo professor solicita vários textos para acompanhar a evolução da escrita dos alunos.

1.5 Dados das Redações

O *corpus*, foi composto por 79 redações, nas quais foram encontradas 204 ocorrências de terceira pessoa do plural. Das 79 redações apenas uma foi eliminada do nosso *corpus* por não apresentar nenhuma ocorrência de concordância verbal de terceira pessoa do plural. Dessa forma, a amostra compreende 78 redações.

Com intuito de preservar a identidade de cada informante e por questões metodológicas as redações foram identificadas por sigla numérica e letras iniciais.

1.6 O Processamento dos Dados e a análise quantitativa

Após a análise das 79 redações, 78 foram escolhidas por estarem de acordo com os critérios gerais para a constituição do *corpus*. Em seguida, passamos a destacar as frases nas quais ocorria a concordância verbal de terceira pessoa do plural. Para que pudéssemos verificar a influência dos fatores linguísticos no fenômeno em estudo, os dados foram digitados em ambiente *Windows* e codificados para submetê-los à análise quantitativa.

Do total de dados obtidos, 165 apresentaram marcas explícitas de concordância nos verbos, correspondendo a 80,88% da amostra, e 39 dados, ou 19,12% do total, apresentaram a falta de concordância entre sujeito e verbo.

Este trabalho tem como base a metodologia sociolinguística variacionista, também conhecida como “sociolinguística quantitativa” (TARALLO, 2002, p.8), trabalha com resultados estatísticos de fenômenos variáveis. Tais resultados se fundamentam em uma teoria da probabilidade que, aplicada aos dados, possibilita avaliar as tendências quantitativas que atuam na variação/mudança de determinado fenômeno variável. Desta forma, a análise quantitativa fornecerá os percentuais e os grupos de fatores relevantes para a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, nosso objeto de estudo.

1.7 Variantes e variáveis

De acordo com Mollica (2007, p. 10) a variação linguística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes. Assim, entendem-se por variantes as diversas formas

alternativas que configuram um fenômeno variável. A concordância entre o verbo e o sujeito, por exemplo, é uma variável linguística, ou um fenômeno variável, pois se realiza entre duas variantes, isto é, entre duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo ou a ausência da marca de concordância.

1.8 A Variável dependente e as Variáveis independentes ou Grupos de fatores

A presença de duas ou mais formas alternativas, variantes linguísticas, caracteriza um fenômeno variável, teoricamente chamado de variável dependente. Segundo Mollica (2007, p.11) o termo “dependente” é atribuído uma vez que o emprego das variantes não é aleatório, mas motivado por um conjunto de fatores variáveis (ou variáveis independentes, os quais podem ser de natureza interna (fatores linguísticos) ou externa à língua (fatores extralinguísticos).

O fenômeno em análise, variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, pode ser estudado, contemplando-se vários grupos de fatores. Ao distribuir os dados, determina-se a frequência e a distribuição das variantes em cada dado.

Nesta pesquisa, a variável linguística dependente constitui um grupo binário, isto é, a ausência vs presença de marca de 3ª pessoa do plural nos verbos.

1.8.1 Variável dependente

A variável dependente constituiu-se pelas seguintes variantes: Presença de marca formal de plural nos verbos; Ausência de marca formal de plural nos verbos.

Os fatores linguísticos que possam influenciar a aplicação da regra de concordância da 3ª pessoa do plural são as variáveis independentes linguísticas e dentre elas foram selecionadas cinco variáveis: saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo, tipo de verbo, tipo de sujeito e material interveniente. Esses fatores são mecanismos importantes na apresentação, definição e explicação da ocorrência de uma ou outra variante, pois, muitas vezes as

variantes são afetadas por certos fatores condicionadores, classificados por Weinreich, Labov, Herzog (1975) como “o problema das restrições”. Para estes autores, uma teoria da mudança tem como objetivo estabelecer o conjunto de mudanças possíveis e as condições possíveis de mudança. Essa proposição se faz a partir de hipóteses prévias levantadas pelo pesquisador considerando o seu objeto de pesquisa.

Entre as várias hipóteses presumidas para a variável concordância verbal de 3ª pessoa de plural, uma delas é a de que uma oração pode apresentar ou não marca de concordância verbal devido a posição do sujeito. Desta forma, o sujeito anteposto pode favorecer a variante explícita enquanto a posposição do sujeito pode contribuir para a variante [Ø]. Desse modo se forma um grupo de fatores “posição do sujeito”, constituído pelos subfatores: anteposição ao verbo e posposição ao verbo. Estes subfatores são os denominados fatores linguísticos ou internos.

A seguir apresentam-se os grupos de fatores linguísticos ou variáveis independentes considerados influentes para a variável Concordância Verbal. Neste trabalho não são relacionados os fatores externos ao sistema linguístico, idade, sexo, escolaridade, etc., porque o *corpus* da pesquisa é de um grupo universitário de um mesmo período escolar, de um mesmo local.

As categorias selecionadas para a análise dos dados coletados foram fundamentadas nos autores escolhidos para a sustentação teórica da pesquisa, em consonância com os objetivos propostos.

1.8.2 Variáveis linguísticas ou Variáveis independentes

As variáveis linguísticas listadas a seguir serão detalhadas na terceira secção.

A Saliência fônica baseia-se em dois critérios: i) presença ou ausência de acento na desinência; ii) quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural. O primeiro critério (acento) é composto por dois níveis de saliência: Nível 1 – oposição não acentuada, Nível 2 – oposição acentuada. Em cada nível apresentam-se três categorias, salientando a diferenciação do material fônico da relação singular/plural.

A Posição do sujeito em relação ao verbo trabalha com os seguintes fatores: a anteposição (SN anteposto) ou a posposição do sujeito (SN posposto).

Os Tipos de verbos a serem controlados foram subdivididos em: Intransitivos, Transitivos, Cópula e Inacusativos.

Quanto aos Tipos de sujeitos serão controlados os seguintes sintagmas nominais: SN pronome pessoal do caso reto, SN outros pronomes (pronomes demonstrativos e indefinidos), SN sujeito pleno, SN sujeito implícito, SN + pronome relativo (que).

Para o Material interveniente será verificado o material encontrado entre o SN e o Verbo em termos de número de sílabas de zero a mais de oito sílabas.

1.9 Contextos reservados

Ao fazermos o recorte do nosso objeto de pesquisa e após a análise das redações procuramos investigar fatores linguísticos os quais condicionariam a presença de marca de plural no sintagma verbal com referência à terceira pessoa do plural. Para tanto algumas estruturas específicas foram excluídas:

a) Verbo “Ter”

De acordo com a gramática tradicional o verbo “ter”, quando impessoal, não tem sujeito, portanto apresenta apenas objeto direto, como no exemplo abaixo:

Tem alguns detalhes peculiares, que o torna único e especial (...) (031-NFMS)

Ademais, a oposição singular/plural não acarreta mudanças fonológicas para ser observada, como por exemplo os verbos tem no singular e têm no plural, a mudança está apenas no acréscimo do acento.

A partir dos dados analisados percebemos a falta de acentuação do verbo no plural. Neste caso, torna-se difícil afirmar se é um caso de “falta de concordância” o desconhecimento das regras de acentuação)

b) Verbo “Vir”

Conforme preconiza a gramática tradicional, o acento diferencial é necessário na terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo vir, para diferenciar de “vem” – terceira pessoa do singular do presente do indicativo, conforme exemplo a seguir:

No entanto, as manifestações vem ocorrendo agora as vésperas da “copa do mundo” (...) (037-MEA)

Semelhante ao verbo “Ter”, a oposição singular/plural do verbo “Vir”, do presente do indicativo, não apresenta mudanças fonológicas. A mudança está apenas no acento diferencial.

SEÇÃO 2: ESTADO DA ARTE

Esta seção, denominada o “Estado da Arte” é uma contribuição relevante na constituição do campo teórico da variação na concordância verbal. A explicação científica se fez em três subcapítulos a serem abordados: I) Breve comentário sobre a Gramática desde o seu surgimento na Grécia Antiga até a sua definição no Brasil; II) Conceitos de concordância verbal numa visão tradicional e gerativa; III) A sociolinguística e a educação abordando também sobre a concordância verbal sob o escopo da sociolinguística.

2.1 Breve comentário sobre a Gramática

A linguagem sempre esteve presente em nossas vidas, seja em nossos pensamentos ou intercedendo entre as relações humanas. No entanto, apenas na metade do século XIX sua ciência de estudos se estruturou como área de conhecimento autônoma e independente. O desenvolvimento da sociedade contribuiu para novas perspectivas do fenômeno da linguagem, principalmente na descoberta da escrita considerada os sinais que representariam os sons da fala e concederia a compreensão dos diferentes fenômenos linguísticos.

No mundo ocidental a gramática tradicional reporta aos gregos da Grécia Antiga, os quais se preocuparam em difundir a cultura e o saber resultando no destaque da Filosofia e das Ciências. Desta forma, em virtude da “natureza filosófica de seus estudos e da força do estudo do ‘certo’ e do ‘errado’”, nasceu na Grécia a gramática no sentido que mantém até hoje.” (SUASSUNA, 2001, p.22).

Ao citar sobre as gramáticas tradicionais, Mattos e Silva (1989) declara que estas oscilam entre dois polos: ou iniciam da apresentação das funções sintáticas, tratando em seguida das partes do discurso ou classes de palavras; ou começam das classes de palavras para chegar às suas funções sintáticas. No século V a.C., essas duas direções já se delineavam, com predomínio da segunda. Enquanto para Platão a denominação é questão principal da linguagem, para Sócrates, falar correto é denominar corretamente (MATTOS E SILVA, 1989, p.15). Desta forma, a origem das teorias sobre o signo linguístico, sua naturalidade/sua arbitrariedade (*physei/thései*) precisava ser desvendado. Assim, a preocupação dos gregos

consistia em estudar a língua sob uma perspectiva estética e filosófica. Entretanto, na sofística³, o centro do problema não era a denominação, mas a justa atribuição, a predicação, função lógico-sintática. Nesta época, Platão distinguiu o substantivo do verbo, considerando-os elementos básicos para a constituição de uma proposição, e desta forma, abriu caminho para uma compreensão analítica de estruturação da linguagem como representação do pensamento (MATTOS E SILVA, 1989, p.16).

Aristóteles além de acrescentar uma nova classe, a das conjunções, definiu também a proposição⁴, a qual afirma ou nega um predicado ao sujeito, ou discute se o sujeito existe ou não (KRISTEVA, 2007, p.161).

Segundo Lyons, (1972, p.12), com Dionísio da Trácia, no século II – I a.C., constituiu-se a “primeira descrição ampla e sistemática publicada no mundo ocidental” de uma língua: o grego da Ática, ou grego ático. Dionísio define a gramática como “a arte de escrever”, uma disciplina independente da lógica e da filosofia e como saber empírico da linguagem dos poetas e dos prosadores.

Na tradição lexicológica grega, as partes do discurso aparecem distinguidas em oito: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção. Desde então, os gregos estabelecem uma tradição lexicológica sem abrigar a sintaxe, apenas a fonética e a morfologia.

Em Roma, no século I a.C., Varrão, discípulo de gramáticos da Escola Alexandrina, aplicou a gramática grega ao latim. Para ele a gramática é “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas” (MATTOS e SILVA, 1989, p.19). Propõe a gramática do latim padrão, o ‘De língua latina’, que foi dividida em etimologia, morfologia e sintaxe. Na etimologia estabelece a relação analógica entre as palavras e as coisas. A morfologia, cerne de sua obra,

³ Segundo Lopes (1996, p.251), na Grécia antiga, o vocábulo sofista era utilizado para designar a quem se mostrava sábio em alguma atividade. Podia ser na filosofia, na poesia, na música ou na adivinhação, por isso, um sofista era um mestre da sabedoria, e alguém que se propunha a fazer sábio quem recebesse seus ensinamentos.

Em seu sentido histórico, a sofística se tornou uma corrente filosófica organizada pelos mestres de retórica e também de cultura geral que exerceram forte influência sobre o clima intelectual grego.

⁴ No livro “Os Pensadores”, Aristóteles (1987, p.20) explica sobre a teoria das proposições: toda proposição seria o enunciado de um juízo através do qual um predicado é atribuído a determinado sujeito. As proposições podem ser classificadas em universais ou particulares, se o atributo é afirmado (ou negado) do sujeito como um todo (por exemplo: “Todos os homens são mortais”), ou se é afirmado (ou negado) de apenas parte do sujeito (“Alguns homens são gregos”).

apresenta distinções fundamentais que perduram: entre palavras variáveis e invariáveis, estabelece categorias secundárias para analisar as partes do discurso, como a *voz* e o *tempo* para o verbo, e aplica o sistema de casos do grego ao latim (MATTOS E SILVA, 1989, p.19).

Importante destacar que no séc. I d.C, os romanos privilegiavam a oratória. Reflexo disso se faz presente no fato de Quintiliano (I. d.C), o segundo grande gramático de Roma, nomear sua obra de *Institutio oratorie* ou Instituto de Oratória, uma obra em doze volumes sobre retórica teórica e prática, a qual foi muito influente sobre os educadores e estudiosos romanos.

Durante a Idade Média, Donato e Prisciano (século V d.C) tornam-se os gramáticos mais estudados. Na obra de Prisciano encontra-se a primeira sintaxe da língua latina, entretanto, há o predomínio da morfologia. A sua definição de sintaxe, a primeira no mundo ocidental, trata de uma definição lógica: a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita. Os conceitos de oração perfeita/oração imperfeita envolvem a distinção da transitividade (não transitividade) dos verbos. Estabelece também, a noção de palavra regente e palavra regida, conceitos que até hoje vigoram nas gramáticas.

A distinção das categorias linguísticas, submetidas às categorias lógicas, somente foi reconhecida no século XVII, com a Gramática de Port Royal, pela qual houve a separação das formas de organização do pensamento das formas de organização das línguas (MATTOS E SILVA, 1989, p.21).

No período medieval, a teoria sobre a língua se corporifica na denominada gramática tradicional e constata-se que existem duas vertentes nos estudos sobre a linguagem, explicadas assim, por Mattos e Silva (1989, p.21):

O prosseguimento do estudo da língua latina, que foi a “língua da cultura” de toda a Europa medieval, seguindo a gramática greco-latina e o início da observação e estudo das línguas submetidas, as línguas nativas das populações dominadas por Roma primeiro, e depois pelo avanço do catolicismo romano, que tinha como “língua instrumental” também o latim.

A outra vertente se baseia na observação e na análise das línguas que envolviam o mundo românico: célticas, germânicas, eslavas, etc., no início da Idade Média:

É esta vertente inovadora medieval, pouco destacada, que abre caminho para outras realidades linguísticas para além do grego e do latim. Esse interesse pelas línguas não latinas gera a invenção de alfabetos para tradução das Escrituras Sagradas cristãs, como tratados que defendem o direito à existência dessas línguas. E até mesmo gramáticas dos “vulgares” não-latinos surgiram: gramáticas do islandês (século VII), do anglo saxão (século X), do basco (século X), do irlandês (século XII). As primeiras gramáticas do francês são de viajantes ingleses dos séculos XIV-XV. (MATTOS E SILVA, 1989, p.23)

Essa vertente de estudos linguísticos se instala no Renascimento, no final do século XV, conforme afirma Kristeva: “O Renascimento orienta definitivamente o interesse linguístico para o estudo das línguas modernas” (2007, p. 203) e foi marcado profundamente pelo fato de a “língua começar a ser trabalhada de modo generalizado como objeto de ensino” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 24), fato ocorrido da necessidade social de se ensinarem as línguas “vulgares” e não somente o latim nas escolas da Europa.

Em 1540, J.C. Scaliger (*apud* MATTOS E SILVA, 1989, p.24), um dos grandes gramáticos do Renascimento, tentou delimitar o campo da gramática como ciência, diferenciando-a da lógica e da retórica e da interpretação dos autores literários. Produziu, assim, uma gramática de caráter normativo da língua latina, em sua forma clássica.

O francês Ramus, considerado o maior representante da gramática formalista do século XVI, avançou na análise da morfologia quanto à ordenação, sistematização e formalização, mas parou “no limiar da análise sintática por não poder definir as relações que funcionavam por entre as marcas formais e que dispõem o enunciado” (KRISTEVA, 2007, p. 200-214).

Conforme sintetiza Mattos e Silva (1989), a reflexão linguística do século XVI liberta-se do âmbito das línguas clássicas – latim e grego – para ampliar seu campo de observação e análise empírica. Deixa de ser uma especulação para se tornar uma observação, privilegiando o uso linguístico, mas sem abandonar a relação pensamento-língua. Com a pretensão de trabalhar a língua como objeto de estudo e de ensino, o estudo linguístico tenta ser, “ao mesmo tempo, gramáticas descritivas e gramáticas normativas” (1989, p. 25).

Para Condillac (1775), o que importa é escrever bem por pensar bem, o discurso modelo provém da Academia. Seu pensamento racional reflete um

discurso acabado/discurso das regras. Com a revolução francesa de 1789, esperavam-se mudanças ideológicas, contudo, o sistema desenvolvido no século XVII perpetuou-se. Desta forma, as bases de reflexão sobre a linguagem surgidas dos embates entre sofistas e platônicos só foram contestadas no século XX, quando a “evolução” direcionou a Linguística Histórica oitocentista. Em meados do século XIX, na França, entrou na constituição da gramática escolar francesa um novo elemento: o circunstancial, que, somando-se ao sujeito, ao predicado e ao atributo, introduziu a noção de função, fundamental para quebrar a dependência da sintaxe em relação à lógica.

Segundo Mattos e Silva (1989, p. 31), as teorias linguísticas dominantes do século XX – estruturalistas/gerativistas⁵ – são bem esclarecedoras nos seus objetivos e nos seus desenvolvimentos metodológicos, enquanto a tradição gramatical, base da gramática escolar até hoje, traz em si a soma de vinte e três séculos de tradição e contradição, os quais se armazenam em si as contradições resultantes da tentativa de adaptar à tradição secular as construções da Linguística Moderna.

2.1.1 A gramática na língua portuguesa

No limiar do século XVI, surgiram as primeiras Gramáticas da Língua Portuguesa num contexto em que o ambiente cultural favorecia a valorização do homem em si mesmo, impulsionando-o buscar sua história e sua natureza. Desta forma, haveria a compreensão dos problemas que o cercavam, isso envolvia os problemas filosóficos, políticos, sociais e linguísticos. Conforme dito por Rodolfo Ilari (*apud* CASTILHO, 2014. 25), ao falar sobre a gramática: “hoje, teríamos

⁵ O Estruturalismo tem sua origem ligada à linguística e à psicologia do século XX. Ferdinand de Saussure, linguista suíço, forneceu bases teóricas para a linguística estrutural e para a semiologia, estudo dos signos. Em seus estudos Saussure divide o estudo da linguagem em sincrônico e diacrônico que serão melhor definidos mais adiante.

Na década de 1950, o linguista Noam Chomsky apresentou a Teoria Gerativista quando publicou o livro Estruturas Sintáticas. O Gerativismo defende que a linguagem é uma capacidade inata, biológica e trabalha com dois princípios – a Competência e o Desempenho linguístico. A competência é o saber que está em um módulo de nossa mente por ser a nossa habilidade e capacidade de produzir sentenças, enquanto o desempenho, sendo as escolhas que fazemos para nossa fala, é o emprego concreto que o ser humano faz da sua língua.

dificuldade em excluí-la dos nossos currículos escolares e do conjunto de conhecimentos que esperamos encontrar nas pessoas cultas”.

Em 1536, foi publicada a primeira Gramática da Língua Portuguesa de autoria de Fernão de Oliveira, em Lisboa. Época em que a escola brasileira era voltada para a nobreza, tanto no que diz respeito ao corpo discente, quanto ao corpo docente e os primeiros gramáticos da época se empenhavam em fazer um estudo esclarecedor de questões da língua portuguesa. Conforme relata Bastos:

A preocupação dos primeiros gramáticos da língua portuguesa assim como a dos que os seguiram, era a imposição de um falar popular, isto é, da nova língua do Lácio que deveria ser imposta em lugar do latim, porém pautada no falar dos homens doutos da época, o que está de acordo com as nossas ideias atuais a respeito do ensino de línguas a falantes nativos (1999, p. 258).

De acordo com Bagno, os fundadores da gramática, por opção consciente, só cuidavam da língua escrita literária que começou a ser usada como um código de leis, “como uma régua para medir todo e qualquer uso oral e escrito de uma língua” (2004, p. 16) transformando-a em instrumento de poder e dominação de uma parcela pequena da sociedade sobre os demais membros. Assim, a Gramática Tradicional ganhou espaço, avançou, e seu domínio foi imposto, criando império de ideias, noções e preconceitos sobre o que é ou não é “língua”, até nossos tempos.

Segundo Mattos e Silva (1989), a gramática tradicional se propõe a estabelecer as regras de uma língua e ensiná-la aos falantes. Neste conceito se estabelece uma contradição: se os aprendizes dominam a língua, o que terá a gramática a ensiná-los? De fato, desde a sua origem, a gramática tradicional sempre procurou estabelecer as regras para a escrita, baseadas no uso dos escritores consagrados, poetas e prosadores, considerados os usuários “bem acabados”.

Os estudos gramaticais atuais ainda manifestam as mesmas propostas que os de outrora, ou seja, preferência literária, acentuando o dialeto padrão e, na maioria das vezes, silenciando as outras variedades.

Segundo Lyons (1968), a abordagem dos fenômenos linguísticos proposta pelos gramáticos da Grécia Clássica incorreu no que ele denomina de “dois equívocos fatais”: o primeiro, na separação rígida entre língua escrita e língua

falada; o segundo, na maneira de compreender a mudança das línguas. Para Lyons, esses dois equívocos se uniram para formar o “erro clássico”, perpetuado durante dois milênios e que somente no final do século XIX e início do século XX começou a ser criticado e revisto (*apud* BAGNO, 2004, p.15).

Ainda no século XVI foi divulgado o primeiro dicionário de português-latim-português, de autoria de Jerônimo Cardoso. Entretanto, somente no século XVIII apareceu o primeiro grande dicionário da língua portuguesa, organizado pelo lexicógrafo luso-brasileiro Antônio Morais Silva e publicado em Lisboa em 1789.

Quanto a ortografia do português, apenas no século XX encontrou-se relativa estabilidade, quando a questão ortográfica se tornou um assunto de Estado e leis foram criadas para fixar a ortografia oficial. Conforme Orlandi e Guimarães:

em 1826, quatro anos depois da Independência do Brasil, um deputado propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em *linguagem brasileira*. No ano seguinte, depois de longas discussões (...) uma lei estabelece que os professores devem ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da *língua nacional*. (2002, p. 23)

Como se observa, os autores explicam que a questão da língua nacional está ligada ao processo de gramatização (gramática e o dicionário) brasileira do português posto em curso somente na metade do século XIX é posto em curso. A partir de então, o Brasil passou a ter seus próprios instrumentos linguísticos de gramatização, diferenciados de Portugal, as gramáticas brasileiras passaram a ser definidas e a caracterização do português do Brasil passou a ser percebida (ORLANDI e GUIMARÃES, 2002, p.24-30).

2.2 Conceitos de Concordância Verbal

Said Ali, em a “Grammatica Histórica da Língua Portuguesa” (1921), escreveu que a concordância consiste em dar a certas palavras flexionáveis as formas de gênero, número ou pessoa correspondentes à palavra que no discurso se referem. Isso acontece se um vocábulo oferecer várias formas que se possa escolher, e o referido vocábulo vem determinar, esclarecer ou informar alguma coisa a respeito de outro, desta forma, escolheremos naturalmente aquela forma

que se harmonizar com outro termo. Observa-se que, em 1921, Said Ali já demonstrava visão inovadora que fugia da “lógica” das regras:

A concordância não é, como parecerá á primeira vista, uma necessidade imperiosa ditada pela logica. Repetir num termo determinante ou informativo o gênero, numero ou pessoa já marcados no tempo determinado ou que se fala, é antes uma redundância.” (SAID ALI, 1921, p.62)

No entanto, para o autor, as regras lógicas não eram as responsáveis pelo uso redundante da flexão, mas consequência de uma longa tradição na língua, não se limitando somente ao campo da origem da nossa língua. Desta forma, o *flexionismo*, considerado “simplesmente um recurso da língua, não uma imposição da lógica” (Melo, 1967, p. 168), faz-se desnecessária a marcação explícita da concordância em todos os elementos, proporcionando a variação, tanto de gênero quanto de número. Para explicar a Concordância Verbal, Said Ali (1931, p.63) citou três regras gerais, estabelecendo que o verbo irá para o plural, caso os sujeitos forem de número diferentes; deve ficar na primeira pessoa do plural, se entre os sujeitos se incluir um de primeira pessoa; e ir para a segunda pessoa do plural, se entre os sujeitos estiver incluída a segunda pessoa e não figurar a primeira. O autor enfatiza dizendo que estas regras não se aplicam a todos os casos, “e quando aproveitáveis, não podem ter a pretensão de valerem sempre com o rigor próprio das formulas mathematicas”. Na sequência, faz as observações tangentes aos “casos particulares de concordância” (SAID ALI, 1931, p. 65).

Destarte, dentre os muitos casos particulares teorizados por Said Ali (1931) estão os Sintagmas Nominais formados por locuções com “um e outro e substantivo no singular, um ou outro, nem um nem outro” que admitem verbos tanto no singular quanto no plural. A preferência de uso é para os verbos no plural “quando os seres a que se refere “um e outro” se nos apresentam no espírito como indivíduos ou entidades perfeitamente distintas” (1931, p.65). O verbo também será empregado no singular ou no plural com o verbo ser, com uma série de sujeitos terminados com pronomes indefinidos (alguém, outrem, ninguém, etc); com um indefinido abrangendo todos os sujeitos anteriores, o verbo pode ser utilizado no singular ou no plural. Como exemplo, o autor citou: “Huma e outra

(M. Mendes, *P*, 164.)

C) Irá para a 3ª pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3ª pessoa; segundo o exemplo abaixo:

Quando **o Loas e a filha chegaram** às proximidades da courela, logo se **anunciaram**.¹⁰

(F. Namora, *TJ*, 227.)

Cunha & Cintra (2008, p. 512) observam que não são usuais na linguagem corrente do Brasil as formas do sujeito composto que levam o verbo à 2ª pessoa do plural, em virtude do tratamento vós e, ainda, pela substituição do tratamento ‘tu’ por ‘você’, na maior parte do país, por este motivo, estas formas são evitadas. Explicam que em lugar da 2ª pessoa do plural, encontramos, algumas vezes, “tanto em Portugal como no Brasil, o verbo na 3ª pessoa do plural, quando um dos sujeitos é da 2ª pessoa do singular (tu) e os demais da 3ª pessoa:

Em que língua **tu e ele falavam?**
O Pomar e tu os esperam.¹¹

Quanto aos Casos Particulares da Concordância Verbal, os autores (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 513-520) assinalam e exemplificam oito casos da Concordância Verbal com um só sujeito e oito casos com mais de um sujeito. Relacionam ao primeiro caso quando:

Figura 1 - Quadro – Casos de Concordância Verbal com um sujeito

CV ¹² com um só sujeito	Exemplo
a) o sujeito é uma expressão partitiva;	a.1) ‘A maior parte deles já não vai à fábrica!’ a.2) ‘Uma porção de moleques me olhavam admirados.’
b) o sujeito denota quantidade aproximada;	b) ‘Ainda assim, restavam cerca de cem viragos...’
c) o sujeito é o pronome relativo <i>que</i> ;	c) ‘Foram eles que criaram o Brasil, que o tornaram independente, que deram maior brilho ao nosso passado.’
d) o sujeito é o pronome relativo <i>quem</i> ;	d) ‘És tu quem murmura nas águas, Tu és quem respira por mim.’
e) o sujeito é um pronome interrogativo, demonstrativo ou indefinido plural, seguido de <i>de</i> (ou	e) ‘Mas, quantos, dentre nós, ainda estão vivos, devotam à vida a mesma paixão de outrora?’

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Grifo do autor.

¹¹ Grifo do autor.

¹² CV-Concordância Verbal

<i>dentre) nós (ou vós);</i>	
f) O sujeito é um plural aparente;	f.1) 'Mas Vassouras é que não o esquecerá tão cedo.' f.2) 'Os Estados Unidos, então, por sua vez, tentam uma demonstração espetacular.'
g) o sujeito é indeterminado;	g) – Pediram-me que a procurasse.'
h) concordância do verbo ser;	h) 'Quem teriam sido os primeiros deuses?' 'Tudo isso eram sintomas graves.', 'Tudo é flores no presente'

Fonte: CUNHA & CINTRA, 2008, p.513

Na construção de uma expressão com mais de um sujeito, Cunha & Cintra (2008, p. 523-529) abordam a concordância de acordo com o quadro abaixo:

Figura 2 - Quadro – Casos de Concordância Verbal com mais um sujeito

CV mais de um só sujeito	Exemplo
a) o sujeito mais próximo;	a) Que te seja propício o astro e a flor/ Que a teus pés se incline a Terra e o Mar;
b) infinitivos sujeitos;	b) Olhar e ver era pra mim um recurso de defesa;
c) sujeitos resumidos por um nome indefinido como <i>tudo, nada, ninguém</i> ;	c) Letras, ciências, costumes, instituições, nada disso é nacional;
d) sujeitos representantes da mesma pessoa ou coisa;	d) A Ideia, o sumo Bem, o verbo, a Essência/ Só se revela aos homes e às nações/ No céu incorruptível da Consciência!
e) sujeitos ligados por <i>ou</i> e por <i>nem</i> ;	e.1) O mal ou o bem dali teriam de vir; e.2) Nem a monotonia nem o tédio a fariam capitular agora;
f) a locução <i>um e outro</i> ;	f) Um e outro tinham a sola rota;
g) sujeito ligado por <i>com</i> ;	g) O mestre com o boleeiro, fizeram a emenda;
h) sujeitos ligados por conjunção comparativa.	h) O dólar, como a girafa, não existe.

Fonte: CUNHA & CINTRA, 2008, p.518

Mário Perini (2003), na Gramática descritiva do português, detalha o fenômeno da Concordância Verbal na "Sintaxe de Regência". Ao "examinar" o fenômeno declara que "tradicionalmente, entende-se a concordância verbal como um sistema de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações". Diz o autor que desta forma "fica muito simples, mas na verdade apresenta uma série de problemas tanto teórico quanto de aplicação aos dados" (PERINI, 2003, p. 186). Explica, ainda, que a Concordância Verbal compreende

basicamente alguns procedimentos que rotulam certos sintagmas, atribuindo-lhes funções sintáticas, assim, a oração se estrutura hierarquicamente, ou seja, contém constituintes que, por sua vez, contêm outros constituintes. Particularmente, cada constituinte assume uma função especial denominadas, sequencialmente, de “sujeito”, “predicado” e “objeto direto”.

Ao rever os casos, considerados pela gramática tradicional, de “violações (ou erros) de concordância”, Perini (2003, p. 189) declara que o “erro de concordância” em si não existe e explica os “erros” de concordância, a partir das propostas de “restrições” que a teoria gerativista requer. Conforme o autor,

Trata-se, antes, da violação de certos filtros e restrições independentes do mecanismo da concordância. Em um primeiro momento, qualquer combinação (quaisquer SNs¹³ acompanhando qualquer forma de verbo no NdP¹⁴) é bem formada. No entanto, em um segundo estágio, aplicam-se filtros e restrições que marcam como mal formadas muitas dessas combinações; o resultado final, que é o que se observa no uso da língua, é certas combinações serem inaceitáveis. (PERINI, 2003, p. 189)

Para referenciar os filtros e restrições, Perini analisa algumas orações e considera dois tipos de restrições: Restrição de transitividade e Restrição de Caso. A Restrição de transitividade considera que “a estrutura de uma oração precisa respeitar as condições de transitividade do verbo que ocupa seu NdP” (PERINI, 2003, p. 189), enquanto que na Restrição de Caso “os pronomes pessoais têm formas especializadas quando desempenham a função de OD¹⁵; nenhuma outra forma desses pronomes pode desempenhar essa função.” (PERINI, 2003, p. 190). Através das restrições, o autor explica as violações, isto é, os “erros de concordância” e afirma que essas restrições atuam como filtros porque não deixam passar certas frases contendo algum tipo de má formação, como por exemplo: “Minhas sobrinhas ganhei um cavalo”. Perini (2003, p. 189) explica que a má formação da frase não é um problema de concordância mal feita, mas uma consequência de estruturação defeituosa da oração (dois objetos diretos), por isso a transitividade de cada verbo precisa ser obedecida por todas as orações que contêm esse verbo em seu NdP.

¹³ SN – Sintagma Nominal

¹⁴ NdP – Núcleo do Predicado

¹⁵ OD – Objeto direto

Entretanto, para Perini (2003) a Concordância Verbal não se resume a um sistema de condições de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações. A Concordância Verbal vai além e se considera um fenômeno hierarquizado dependente do posicionamento de determinados constituintes da oração.

Castilho (2014) trata a Concordância Verbal dentro do capítulo denominado “O sintagma verbal” e conceitua dizendo que a “concordância é a conformidade morfológica entre uma classe (neste caso, o verbo) e seu escopo (neste caso, o sujeito). Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas, ou seja, se houver marcação de plural no sujeito haverá marcação de plural no verbo” (2014, p.411). O autor exemplificou com a seguinte frase:

As portas da cidade caí**ram** ante o ímpeto das tropas invasoras.¹⁶
(CASTILHO, 2014, p. 411)

No exemplo citado, o autor explica que as marcas de número, o plural, surgem redundantemente no sujeito, cf. {-s}, e no verbo, cf. {-ram}. O sintagma nominal [as portas da cidade] integra intrinsecamente a terceira pessoa, e o verbo o acompanhou também nesta categoria.

Castilho considera que a sentença com relação à concordância é assimétrica e explica que, no Português Brasileiro padrão, o verbo concorda em pessoa e número com seu sujeito, e não concorda com os argumentos internos nem com os adjuntos. Desta forma surge a assimetria, isto é, concordância com o sujeito, expresso no caso reto, e não concordância com os complementos, expressos nos casos oblíquos. Porém, outras regras de concordância são exibidas pelo PB não-padrão.

Em 1992, Castilho já chamava a atenção quando divulgou um ensaio intitulado “O Português do Brasil”, publicado em apêndice ao livro “Linguística Românica” (ILARI, 2000), afirmando que, além da forma padrão –mos, a concordância de primeira pessoa do plural se apresenta também através da perda progressiva do –s para compor o morfema número-pessoal (nós cantamo), podendo ocorrer, ainda, a omissão do morfema número-pessoal –mos, caso se constitua uma palavra-alvo proparoxítona: nós tinha (por nós tínhamos). O autor apresentou essas variantes como características da fala de sujeitos não-

¹⁶ Grifo do autor

escolarizados. Vejamos outras regras de concordância referenciadas e exemplificadas por Castilho (2014, p. 412):

Concordância verbo-sujeito

- a) [+] **Deus deu** o mundo aos animais, **o homem lhes deu** a jaula.
- b) [-] **Os filho sai** de manhã só **chega** de noite (exemplo de Hora / Espínola, 2004).

Concordância verbo-adjunto adnominal genitivo

- a) [+] O aumento desses crimes **estão provocando** situações irreversíveis.
- b) [-] O aumento desses crimes **está provocando** situações irreversíveis.

Concordância verbo-complemento

- a) [+] Morador do bairro há muitos anos **compraram** cestas de alimento para os flagelados.
- b) [-] Morador do bairro há muitos anos **comprou** cestas de alimento para os flagelados.

(grifos do autor)

Os exemplos citados mostram que as regras de concordância no Português Brasileiro estão sujeitas a regras variáveis, dependendo de um conjunto de fatores enumerados por Castilho como: Saliência morfológica; Proximidade/distância entre o verbo e o sujeito; Posição do sujeito na sentença; Paralelismo linguístico; Nível sociocultural dos falantes.

Negrão, Scher e Viotti (2005) ao tratarem da Concordância Verbal, utilizam dos parâmetros da Gramática Gerativa para afirmar a existência dos conhecimentos linguísticos relacionados à competência e à performance. As autoras explicam a distinção e asseveram ser ela a base da dicotomia. Desta forma, o conhecimento da língua materna corresponde à noção de competência, enquanto a habilidade no uso concreto da língua, nas mais variadas situações da fala, corresponde à performance. Assim, é a competência e a habilidade da pessoa que determinam se, no momento da composição, alguns elementos considerados principais ficam descartados da frase para melhor construção da sentença. Seguem as autoras (2005, p.82) dizendo que a competência linguística ajuda a perceber que as sentenças da língua não são o resultado da mera ordenação de itens lexicais em sequência linear, e sim hierárquica.

Nos exemplos a seguir, demonstra-se que a competência gramatical ou linguística é o conhecimento global dos falantes-ouvintes de uma língua. Motivo

pelo qual qualquer falante-ouvinte do português reconhece a não-gramaticalidade das sequências:

- a) * Recebi benções.
- b) * Menino bicicleta o da caiu.
- c) * O celular desmaiou.
- d) * Deslarga-me, deixa-me sentar!
- e) * Ontem, fui ao casamento da minha tia que tem cinco anos.

Observa-se que há falhas em vários níveis de competências gramaticais. Em a) encontram-se falhas ao nível da competência morfológica; em b) da competência sintática; em c) da competência semântica; em d) da competência morfossintática; em e) não existe incorreção ao nível da gramaticalidade, o estranhamento observado é fruto da relação do próprio enunciado com a realidade que poderá levar a sua não-aceitação, isso dependerá de fatores de ordem cultural. Desta forma, a aceitabilidade para essa sequência verbal é necessária além de sua gramaticalidade, também a relação de coerência com o mundo extralinguístico. Por isso, nem sempre um enunciado gramatical é aceitável (e), ainda que a aceitabilidade de uma sequência dependa da sua gramaticalidade.

Qualquer falante de português, através da sua intuição linguística, reconheceria as incorreções dos enunciados exemplificados, perceberia a não-gramaticalidade e poderia corrigi-las, entretanto, não conseguiria explicá-las no nível metalinguístico. E desta maneira se percebe a relação entre competência e performance linguística. A partir das ideias de Chomsky (1994) sobre a língua natural, entende-se que a competência linguística compreende o conhecimento efetivo que um falante-ouvinte possui da estrutura profunda da língua. Este conhecimento lhe permite construir e decodificar enunciados considerados aceitáveis pela comunidade linguística na qual se insere. Por outro lado, a performance é a utilização efetiva que um falante-ouvinte faz da sua competência linguística.

2.2.1 Concordância Verbal e Língua Padrão

No início dos anos 1970, o ensino da gramática passou a ser alvo de condenação pelos críticos. Na época a linguística se consolidava como matéria

universitária, momento em que o pensamento pedagógico tecnicista era privilegiado pela “tecnoburocracia do regime militar” (FARACO, 2008, p.186). Esta mesma tecnoburocracia produziu a reforma do ensino em 1972, a qual desencadeou uma pedagogia tecnicista que objetivava uma escola enquadrada por parâmetros de produtividade mecanicista e que não perdesse tempo com o que considerava inútil, ou seja, a educação humanística tradicional. Desta forma, a disciplina de língua portuguesa foi substituída pela “comunicação e expressão” e em seus fundamentos se defendia uma “pesudomodernização dos temas e dos procedimentos de ensino com ênfase na eficácia imediata da comunicação” (FARACO, 2008, p.186). Em decorrência, muitos livros didáticos deixaram de incluir a gramática, cedendo lugar a conceitos provenientes da teoria da comunicação.

Apesar da mudança, o ensino da gramática continuou a ser feito regularmente nas escolas, conforme aduz Faraco (2008, p. 187), “até mesmo por inércia porque, tradicionalmente, sempre se identificou, no Brasil, o ensino do português com o ensino da gramática”.

Entretanto, esta mudança acarretou certos agravamentos do quadro de “vícios” pedagógicos a que se referiam os seus críticos da primeira metade do século. Sem qualquer renovação, o ensino da gramática continuou a ser realizado. “Se era pobre, ficou mais pobre. Desprovido de qualquer sustentação filológica ou linguística mais consistente, o ensino da gramática cristalizou num saber limitado, repetitivo e nada funcional”, postula Faraco (2008, p.187).

O ensino da gramática passou a ser justificado nas escolas unicamente pelo fato de ser conteúdo cobrado nos exames de acesso ao ensino superior. Até hoje continua sendo o discurso da escola mesmo quando o Enem¹⁷ e os vestibulares das melhores universidades redirecionaram sua avaliação, priorizando a compreensão e a produção de textos. E assim, o ensino permanece inalterado, demonstrando a falta de comunicação entre os documentos oficiais e a prática pedagógica que mantém a gramática em posição de destaque na escola.

¹⁷ ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009, o Enem passou a ser utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso na educação superior e à Educação Profissional Tecnológica.

Nesse processo de ensino se encontra a Concordância Verbal, ou seja, situada num sistema escolar em que os alunos possuem parâmetro deste fenômeno diferente do que a escola ensina. Isso acontece porque a tradição gramatical atravessou o tempo desconsiderando os usos e suas variações. O que persiste nela é a noção de concordância como regra categórica, como podemos notar nas palavras de alguns dos nossos gramáticos, como Said Ali:

Consiste a concordância em dar a certas palavras as formas de gênero, número ou pessoa, correspondentes à palavra a que no discurso se referem. É prática decorrente da própria flexiologia. [...] O verbo, variável em número e pessoa, se empregará com a terminação que se harmonizar com o respectivo sujeito. (1971, p.279)

O termo “concordância” remete a ideias como harmonia, conformidade, conciliação. No português se fala em concordância de gênero quando uma palavra empregada no feminino concorda com outra que também deve estar no feminino, como por exemplo: A garotA levadA, em que os três elementos do sintagma mantêm o mesmo gênero; e concordância de número, quando se tem um elemento no plural e os demais devem ficar no plural. Assim, um substantivo como ‘panelas’, na posição de núcleo de um SN, estabelecerá que os demais elementos desse sintagma igualmente tenham a marca de plural, como por exemplo: aS panelaS sujaS, ou no singular, como no exemplo: aØ panelaØ limpaØ.

Said Ali (1971) estabelece que o verbo irá para o plural, caso os sujeitos sejam de números diferentes. Esta é a forma estabelecida, até o presente momento, como regra no ensino escolar e que deve ser seguida. Assim, é obrigatório também a concordância número-pessoal, quando do uso de um verbo que deve manter uma flexão que denota a relação entre número / singular ou plural do verbo com a pessoa a que está relacionado. Desta forma, em ‘nós amamos’, o verbo apresenta o morfema de plural –mos, para estar em consonância com a flexão que o pronome nós exige.

Mattos e Silva (2003) após observar que na gramática tradicional temos canto, danças, joga, pulamos, estudeis, brincam, relata a coexistência de alguns sistemas nas falas brasileiras e afirma que:

Caracteriza o português brasileiro a simplificação dos paradigmas flexionais verbais, fenômeno morfofonêmico e morfossintático que está sintaticamente e semanticamente relacionado à seleção do pronome pessoal sujeito. Assim, convivem no Brasil, num extremo, o paradigma histórico pleno referente a seis pessoas (três no singular e três no plural); que é o que se encontra em textos literários e que por isso continua a ser apresentado nas gramáticas escolares e a ser ensinado [...] e, no outro extremo, o paradigma de se reduz à oposição entre a primeira e as outras, sem distinção número-pessoal. (MATTOS E SILVA, 2003, p.305-306)

Por sua vez, Dante Luchesi (2009, p. 2) afirma que a concordância verbal de número e pessoa ao lado da concordância nominal de número são os aspectos da gramática da língua portuguesa no Brasil que exibem os mais amplos processos de variação. Diz também que a Concordância Verbal está no centro dos debates acerca da relevância do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira.

O quadro da nossa realidade linguística tem-se apresentado muito diferente e distante do que é ensinado nas escolas e corresponde à Língua Padrão. Esta assertiva é ressaltada por Kato (1996) quando relata que, ao iniciar seu trajeto escolar, os aprendizes entram em contato com uma Língua Portuguesa (LP) que, possivelmente, lhes será bastante anormal, muito diferente dos parâmetros de seu ambiente de vivência:

“... para as camadas que vêm de pais iletrados, pode parecer tão estranha quanto a de um texto do século XVIII para o linguista iniciando-se em estudos diacrônicos. O Brasil apresenta assim um caso extremo de “diglossia” entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão de escrita que ele deve adquirir” (KATO, 1996, p. 20)

Indubitavelmente, o parâmetro da Concordância Verbal que vigora no Português Brasileiro atual é um fenômeno em processo de transição. E ensinar a Língua Padrão (LP) para quem possui um certo domínio oral da língua materna, não é tarefa fácil. Ao criticar o ensino da Língua, Possenti afirma que “o objetivo da escola é ensinar o português padrão” e este propósito não pode falhar, pois, para a escola ensinar o português padrão é reger o aprendizado (2002, p.17). De acordo com o autor, se utilizarmos bons critérios para contar os “erros” e os acertos, concluiremos logo que é relativamente pequena a diferença entre o que

um aluno (ou outro cidadão qualquer) já sabe de sua língua e o que lhe falta saber para dominar a língua padrão (POSSENTI, 2002, p. 43).

Compete à escola expandir a maneira de ensinar o português padrão porque regram o aprendizado é reduzir o ensino de língua à regras o que não é suficiente para o aprendizado. O texto em sala de aula deve ser explorado e quando for trabalhado o aluno terá mais condições de perceber a falta de concordância.

Cabe dizer que muitos pesquisadores, ao falar sobre a concordância verbal, exploram exemplos de como a língua está sendo usada no Brasil estabelecendo uma ponte entre a gramática e a realidade linguística, ou seja, entre a escrita e a fala. A preocupação destes estudiosos é de construir uma língua viva, de mostrar outras variantes, por isso procuram citar exemplos que utilizam uma variante da “linguagem não culta” por considerarem uma descrição do português brasileiro. Desta forma, os autores consideram também todas as variantes linguísticas além da norma padrão.

Sabemos que a norma padrão (a norma que estabelece a língua padrão) goza de prestígios na sociedade. Desta forma, passa a ter prioridade nesta comunidade devido aos valores sociais e históricos que este corpo social impõe aos falantes. Essa norma é imposta mais por um poder social e político do que pela própria comunidade. Assim, pode-se dizer que a norma culta foi imposta à sociedade por fatores históricos, sociais e políticos e, no Brasil, possui este prestígio devido ao sistema de organização.

2.3 Sociolinguística e educação

As inadequações da escrita e da fala dos estudantes em relação ao padrão normativo exigido nas escolas brasileiras são questões relacionadas ao ensino, que frequentemente se encontram no centro de uma discussão entre os docentes de língua portuguesa. Torna-se cada vez mais difícil superar os sintomas e as causas dessas inadequações, apesar de fácil detecção. Isto porque procedem, principalmente, da realidade linguística e da política educacional brasileira.

Na metade do século XVIII o Brasil estava direcionado para ser um país de base linguística majoritariamente indígena, no entanto, a repressão ao uso de

línguas indígenas, sobretudo de base tupi, e a conhecida política linguístico-cultural desenvolvida pelo Marquês de Pombal, a vertente brasileira foi mudada e passou a ser definida como um espaço de língua dominante portuguesa. Assim, o português europeu, apesar de minoritário em relação à linguagem dos negros e índios, era a língua de prestígio, por isso, traçava o seu destino como língua predominante, que ficou reforçado pela política do Marquês de Pombal.

Mattos e Silva (2004, p.134) explica que no século XIX ocorreu a implantação da clivagem que ocasionou na chamada “diglossia” atual, que, em polos opostos de um *continuum* linguístico, coloca, em um extremo, os poucos portadores de um padrão linguístico primeiro lusitanizante e, no século XX, um padrão culto brasileiro, e no outro extremo a massa de iletrados e precariamente literatados do Brasil. Desta forma, ao longo do século XIX é incluído um novo elemento no contexto linguístico brasileiro:

(...) a normativização linguística explicitada, coercitiva, que, até então, só atingiria raros, sobrepondo-se às normas linguísticas consensuais dos diversos grupos sociais que constituíam e constituem a sociedade brasileira. O policiamento gramatical, conseqüentemente, passou a ser parte das preocupações da chamada elite brasileira, o que persiste até hoje e entrou como fator sociolinguístico significativo para a sócio-história do português brasileiro. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 134).

Certamente, a realidade linguística clivada, antes referida, teria sido outra se o desenvolvimento de nossa escolarização tivesse sido diferente.

Mattos e Silva (2004) afirma que a escola brasileira, “democratizada” nas últimas décadas, no que considera o ensino da língua materna, persegue, no geral, a tradição normativo-prescritiva cujo modelo é um português padrão idealizado, fundado no português europeu (2004, p. 137). As orientações oficiais para o ensino do português continuam defendendo os padrões cultos brasileiros, originário de uma tradição purista, lusitanizante.

A partir da década de 70, a “carência linguística” dos jovens passou a ser estudada e “medidas saneadoras” foram sugeridas. Assim, com a implementação da linguística brasileira, começou-se a pesquisar a realidade diversificada do português brasileiro, com o objetivo de fornecer orientações para o ensino da língua portuguesa.

A partir do Projeto NURC¹⁸, iniciado em 1969, surgiram vários projetos de educação alternativos com orientações defendendo o respeito às variantes da oralidade conscientes, e objetivando implementar uma pedagogia que vise à transformação da sociedade, para superar a clivagem sociocultural, reflexo da clivagem socioeconômica que caracteriza o Brasil atual.

A partir de 1960 os estudos de dialetologia¹⁹ tomaram força e, apesar de não ocupar todo o espaço nacional, permitem precisar variações fônicas conviventes e confirmam a heterogeneidade, quanto às suas origens, do léxico brasileiro. Paralelo à escola e ao ensino do português, há o progresso da linguística no Brasil, concedendo o conhecimento cada vez mais evidente sobre o português brasileiro.

Na década de 1970, a sociolinguística, num crescente avanço, desencadeou-se para os estudos da variação social urbana e começou a desvendar a complexidade da heterogeneidade social do português brasileiro, em constantes trabalhos descritivo-interpretativos.

Entre os vários autores como Míriam Lemle, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Fernando Tarallo, Mary Kato, Antony Naro e Marta Scherre, que fizeram parte desse avanço, citamos o pioneiro Mattoso Câmara Jr. (1957), que publicou o artigo “Erros escolares como sintomas de tendências linguística no português do Rio de Janeiro” em que analisa aspectos fônicos inter-relacionados com a grafia e aspectos sintáticos da escrita de seus estudantes de 11 a 13 anos de escola particular da zona sul do Rio de Janeiro e os interpreta como tendências de mudanças próprias ao português brasileiro.

As pesquisas trazem dados que mostram um aspecto fundamental da diversidade sociodialetoal brasileira: a sintaxe. Apontam ainda para uma nova gramática diferente do português padrão tradicional, recomendado para ser difundido pelo ensino do português no processo de escolarização.

Segundo Bortoni-Ricardo (2006, p. 14), “no Brasil, as diferenças linguísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta”. Isto se deve ao fato de que a escola é orientada e regulamentada para ensinar a

¹⁸ Projeto NURC no Brasil – Projeto da Norma Urbana Culta das Principais Cidades Brasileiras, teve início em 1969, com objetivo de documentar e descrever a norma do português culto falado no Brasil.

¹⁹ A Dialetologia tem como finalidade geral os estudos da fala. Trata tanto das suas variedades regionais quanto das sociais.

língua da cultura dominante e “tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado” (2006, p.14). Ainda, os falantes de línguas minoritárias têm de aprender e usar, em muitos domínios, a língua majoritária. No entanto, apesar de impositiva, a padronização não deixa de ser necessária, pois pesquisas na área de Planejamento linguístico²⁰ apontam a existência de uma correlação positiva entre o grau de padronização linguística de um país e seu estágio de modernização.

Diante das pesquisas realizadas, as quais evidenciam as várias situações linguísticas, a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Tanto os professores quanto os alunos devem ter consciência de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E a sociedade recebe de maneira diferenciada essas formas alternativas que servem a finalidades comunicativas distintas.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2006, p. 15), deve-se respeitar e valorizar as peculiaridades linguístico-culturais dos alunos que chegam à escola falando “nós chegemu”, “abrido” e “ele drome”, pois estes alunos têm o direito inalienável de aprender as variantes de prestígio dessas expressões. Esse conhecimento não lhes pode ser negado para que as portas da ascensão social, já estreitas para eles, não se fechem. Em suma, o caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, dentre os quais a língua é o mais importante.

2.4 A concordância verbal sob o escopo da sociolinguística

Neste subcapítulo, serão apresentadas algumas pesquisas que contribuíram para uma nova visão nos estudos da concordância verbal.

Em 1991, Naro e Scherre divulgam o artigo “Variação e Mudança Linguística: Fluxos e Contrafluxos na Comunidade de Fala, no qual explicam que é comum os linguistas considerarem que a mudança diacrônica e a variação sincrônica, caminha em uma determinada direção ao longo do eixo do tempo na comunidade de fala. Os autores demonstram que em alguns casos este quadro não acontece “porque a comunidade de fala pode estar caminhando em diversas

²⁰ O Planejamento linguístico definido por L-J. Calvet (2002, p.145) como a “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”.

direções” (NARO e SCHERRE, 1991, p. 9). Ou seja, enquanto alguns grupos de falantes podem estar num processo de aquisição da forma²¹, outros estão, ao mesmo tempo, perdendo a forma, e outros grupos apresentam um padrão típico de variação estável, não havendo, portanto, para eles, nenhum processo de mudança. Contudo, a diversidade de direções, segundo os autores, não é refletida por qualquer tipo de separação social entre os grupos em interação face-a-face que continuam a participar da variação linguística corrente.

Para asseverar suas afirmações Naro e Scherre retomam suas pesquisas realizadas em 1981 e em 1988, conforme sintetizamos a seguir.

Naro (1981) analisou, através da variável “orientação social”, uma amostra de 20 falantes semi-analfabetos que estudavam, na época, o MOBREAL. O pesquisador verificou que um dos grupos evidenciava uma mudança lenta em direção a um sistema não marcado, enquanto o outro resistia à mudança. A base desta análise, realizada por uma simples observação empírica, comprovou que variáveis tradicionais como sexo, faixa etária e origem rural ou urbana se mostraram irrelevantes na delimitação dos grupos. Entretanto, quando os grupos foram separados um apresentava uma taxa de concordância verbo/sujeito de aproximadamente de 65%, enquanto o outro grupo se aproximava de 40%. Independente das taxas de concordância, o critério social usado para dividir os grupos foi a sua reação às novelas de televisão. Em suma, os falantes que apresentavam taxas mais altas de concordância eram os que assistiam às novelas de televisão, enquanto os do outro grupo, não. Na pesquisa, o autor percebeu, também, que o padrão etário geral é típico de uma forma em desaparecimento da língua, com pessoas de meia idade, as quais, por sua vez, usam menos concordância do que pessoas mais velhas.

A pesquisa de Scherre (1988) encontra uma ampla gama de taxas de concordância, mesmo entre os falantes com somente educação primária. A amostra analisada por Scherre (1988) era mais diversa do que a de Naro (1981), consistindo de 48 falantes estratificados em função do sexo, faixa etária e anos de escolarização (analfabetos e universitários não fazem parte da amostra). Esta amostra é socialmente variada, e englobou profissionais das classes baixa e

²¹ Para Naro e Scherre (1991, p. 9), uma forma pode ser vista como “entrando na língua” ou “caminhando para a extinção”.

média. Foi subdividida em três categorias: níveis socioeconômicos baixo, alto e intermediário. Dentro de cada nível socioeconômico, as taxas de concordância foram ordenadas da mais alta para a mais baixa e um ponto divisório foi encontrado. Como resultado, a pesquisa obteve grupos de frequência de concordância alta e baixa em cada nível.

Naro e Scherre (1991, p.15) afirmam que os resultados alcançados com as pesquisas “mostram tão somente uma correlação e não necessariamente uma causa”. Os pesquisadores acreditam:

(...) que os resultados apresentados sugerem fortemente que é fácil encontrar fluxos e contrafluxos envolvendo a variação e mudança na comunidade de fala carioca. O que está mudando para algumas pessoas pode estar estável para outras pessoas e o que está aumentando para alguns pode estar diminuindo para outros. Para algumas pessoas o mercado de trabalho pode ter efeito, enquanto o sistema escolar pode influenciar outras. (NARO E SCHERRE, 1991, p.15)

Em 1993, Scherre e Naro apresentam resultados de um estudo da concordância verbo/sujeito numa mostra de 64 falantes cariocas, pertencentes ao *Corpus* Censo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) e estratificados em função do sexo, faixa etária e nível de escolarização. Foram analisadas 4.616 construções dos dados do Programa em referência e utilizados pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria de Variação Linguística Laboviana. Para o tratamento dos dados foi utilizado o programa computacional VARBRUL (“Variable Rules” de D. Sankoff)²². Os autores ressaltam que, tradicionalmente, tem-se recorrido à economia linguística para explicar a variação em fenômenos envolvendo a repetição de marcas formais, com a mesma informação, em pontos diversos das estruturas, nas quais ocorre a concordância verbal.

A variável presença *versus* ausência de marca formal de plural nos verbos foi observada em relação aos grupos de fatores: (1) paralelismo formal no nível clausal (marcas do sujeito) e (2) paralelismo formal no nível discursivo (marcas do verbo).

²² VARBRUL - Programa criado em 1971 e desenvolvido por Sankoff & Rousseau (Cedergren & Sankoff 1974, Rousseau & Sankoff 1978, Pintzuk 1988) com o intuito de realizar estatisticamente dados linguísticos variáveis.

Os resultados obtidos em relação ao grupo de fatores “paralelismo formal no nível clausal” apontam para o fato de que quando o último elemento flexionável do sintagma nominal sujeito apresenta marca explícita de plural, independente de estar ou não inserido em um sintagma preposicional, (ex.: os construtores não perceberam isso) o verbo correspondente tende a exibir também marca explícita de plural, e, quando o último elemento do sujeito, inserido ou não em um sintagma preposicional, apresenta um zero plural (ex.: tem umas pessoa que gosta de...), o verbo correspondente tende a exibir um zero plural. Quando o último elemento do sujeito era um numeral que não apresentava marca formal de plural depreensível, a concordância ficou com baixa estatística (ex.: os dois trabalham...). Os sujeitos com a última marca neutralizada (ex.: meus irmãos + são legal...) apresentaram comportamento estatístico semelhante aos casos que apresentaram a marca de plural explícita.

Em relação ao grupo de fatores “paralelismo formal no nível discursivo” Scherre e Naro verificaram que o mesmo efeito detectado no nível clausal se refletiu no nível do discurso: marcas conduzem a marcas e zeros conduzem a zeros, evidenciando a tendência de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas. Na pesquisa os autores consideraram três fatores relevantes para a análise: 1) verbo precedido de verbo com marca formal de plural explícita no discurso do falante ou do interlocutor; 2) verbo precedido de verbo com marca zero de plural no discurso do falante ou do interlocutor; 3) verbo isolado ou primeiro de uma série. Na sequência, colocaram à direita de cada exemplo o número que correlaciona à numeração dos três fatores:

Texto 1

... e parece que os professores não perceberam**(3)** isso (...) Um pulítico que manda aqui na área, tirou o diretô do culégio pra colocá uma pessoa indicada pur ele pra fazê pulítica den+do colégio, uma puliticago, E os alunos num aceitaram**(3)** isso. Nós organizamos uma passiata, um... uma greve, né, uma manifestação que repercutiu muito, né? (...) nos iscalões superiores. E o.. E o diretô voltô. A parti disso, os alunos começaram**(1)** a questioná o próprio (...) movimento do culégio, né? A relação professô aluno. E parece que eles num... num perceberam,**(3)** num, viram**(1)** assim da mesma forma que os alunos tavam**(1)** colocano ...

Texto 2

... por exemplo, essas novelas que acontece**(3)** no Rio e São Paulo, geralmente, é**(2)** levada pra todo lugar do Brasil ...

Texto 3

... a oitenta no carro durmino no volante (...) Acho que foi o maió perigo ... Não eu que tivesse passado e sim eles, que tiveram**(3)** mais medo que chegaram**(1)** a virá quase uma vara verde ...

Texto 4

... eu acho que negócio de guerra, isso aí, eles deve**(3)** cabá cum isso, eles deve**(2)** fazê muita guerra é de amor ...

Os resultados relacionados ao grupo de fatores “paralelismo formal no nível discursivo” mostraram forte correlação entre o aparecimento de um verbo marcado e a presença de marcas explícitas no verbo subsequente. Os autores verificaram, ainda, que o surgimento de um verbo não marcado provoca a ausência de marca na ocorrência verbal seguinte. Diferentemente, o fato de um verbo ocorrer isolado ou ser o primeiro de uma série não provocou aumento ou diminuição de marcas em relação à média global da concordância, com o peso relativo ficando entre os dois extremos.

Scherre e Naro (1998), nos estudos a respeito das restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em Português, analisaram dois aspectos importantes: (1) o efeito do traço [+humano] do sujeito sobre a concordância no português falado e (2) a interação entre o número e o traço humano no controle da concordância em dados do PB escrito na década de 90 (português moderno) e em dados de documentos do português do século XIII ao XVI (português antigo). A amostra da pesquisa compreende 64 horas de fala de informantes cariocas, extraídos do *Corpus Censo* do PEUL.

Os autores constataram, por meio de resultados estatísticos, que o traço humano exerce influência em dados da fala, em dados da escrita do PB moderno e em dados do português antigo.

Monguilhott & Coelho (2002) estudam a concordância verbal de 3ª pessoa do plural sob a perspectiva da sociolinguística paramétrica, tentando explicar uma variação interna do Português Brasileiro, conciliando os pressupostos metodológicos da Teoria da Variação Linguística Laboviana com o modelo de

Princípios e Parâmetros chomyskiano. O estudo utiliza dados de fala pertencentes ao Banco de Dados do Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul (VARSUL). Foram analisadas 24 entrevistas de pessoas escolarizadas de Florianópolis de origem açoriana, estratificadas de acordo com as variáveis sociais: sexo, idade (15 a 24 anos, 25 a 45 anos e de 52 a 76 anos) e escolaridade (4 anos de escolarização e 11 anos de escolarização). Resultou num total de 1583 ocorrências apontando 79% de concordância e 21% dos dados apresentam a variante zero para o fenômeno em questão. As variáveis selecionadas que favorecem o uso da marca de plural são as seguintes: saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo e tipo de sujeito. Sendo consideradas também pelas autoras as variáveis paralelismo formal, traço humano no sujeito e tipo de verbo.

A variável de maior destaque é a saliência fônica por ser responsável pela forte tendência de manutenção da marca de plural nos verbos que tem como característica a oposição mais contrastante entre as formas verbais de 3ª pessoa do singular e de 3ª pessoa do plural.

Monguilhott & Coelho (2002), ao confirmarem a existência de um conjunto de formas verbais mais salientes em que favorecem a presença da desinência verbal, corroboram os estudos de Lemle & Naro (1977) e Naro (1981), citados anteriormente, que constata a escala de saliência fônica e a relação existente entre o grau de saliência e o uso da concordância verbal.

O fator grau de instrução foi outro elemento pesquisado nos trabalhos de Monguilhott & Coelho (2002) e julgado importante para entendermos a diferença entre os resultados da presença da desinência número-pessoal de terceira pessoa do plural, que apontou 79% com a amostra catarinense. Este resultado vem reforçar as pesquisas de Naro e Scherre (1991).

Outro elemento comum nas pesquisas referidas é a posição do sujeito na oração. Os sujeitos que motivam a concordância de 1ª e de 3ª pessoa do plural são aqueles posicionados antes do verbo, conforme observado em Lemle & Naro (1977), Naro (1981), Zilles et al. (2000) e Monguilhott & Coelho (2002). Lemle & Naro (1977) e Naro (1981) os autores destacam também o sujeito nulo pela sua influência para a presença das desinências número-pessoal. Monguilhot & Coelho se inclinam à importância do sujeito preenchido por pronomes pessoal,

demonstrativo e relativo para o uso da desinência número-pessoal de terceira pessoal do plural, os quais frequentemente ocupam uma posição anterior ao verbo.

SEÇÃO 3: BASE TEÓRICA E CONCEITUAL

Para analisar e descrever o objeto desta pesquisa precisamos nos pautar numa teoria construída dentro de uma realidade histórica e, assim, podermos dar respostas e sugerir soluções às dúvidas geradas. Com este intuito, nesta seção, discutiremos a Linguagem, a Linguística, a Variação Linguística e trataremos dos princípios básicos da Sociolinguística Variacionista os quais fundamentam esta pesquisa e, por último abordaremos a concordância verbal no escopo da sociolinguística, objetivo principal de nosso estudo.

3.1 Considerações sobre a Linguagem

A linguagem humana pode ser manifestada de várias formas: fala, escrita, mímica, gestos, etc., e só o homem possui o aparelho fonador adequado, por meio de sua articulação, de construir a sua linguagem, expressando os mais variados sentidos. O homem é um ser capaz de construir uma mensagem a partir de outra mensagem, como também é capaz de emitir e captar sons, organizá-los e ordená-los como símbolos.

Em 1916, com a publicação do Curso de Linguística Geral, as ideias de Saussure foram divulgadas ao mundo. A partir dessa publicação, a linguística obteve o status de ciência. Para o linguista, língua e linguagem não se confundem. A primeira é parte determinante e essencial da segunda. A língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2012, p. 17). O autor definiu a Língua como o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística. Esclareceu ainda sobre a Língua, parte social da linguagem e exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la, nem modificá-la, porque sua existência se estabelece em virtude duma condição de contrato estabelecido entre os membros da comunidade (*Idem*, p. 22).

A linguagem, por sua vez, permite ao homem organizar suas ideias e externá-las de maneira que seus pares entendam a sua forma de dizer, o seu modo de pensar. Esta mesma linguagem compreende um sistema de símbolos

(escrito, falado ou pictórico) o qual possibilita aos homens o sucesso da comunicação.

Bechara (2009, p. 29), após apresentar as cinco dimensões universais da linguagem – criatividade, materialidade, semantividade, alteridade e historicidade – observou:

Geralmente se ouve que a língua é imposta ao homem, porque este é obrigado a dizer que determinado objeto conhecido por sua comunidade como livro é *livro*, e não *lápiz* ou *mesa*. Tal fato não constitui uma limitação ou negação da liberdade do falante; é sim a dimensão histórica da linguagem, que coincide com a própria historicidade do homem. Trata-se de uma obrigação aceita livremente, e não de uma imposição. [...] A língua não é “imposta” ao homem; este “dispõe” dela para manifestar sua liberdade expressiva. As atividades livres implicam um próprio “dever ser”, isto é, uma série de normas intrínsecas.

Podemos considerar a língua portuguesa uma língua histórica e com efeito, os estudos das gramáticas tradicionais iniciaram como uma necessidade outrora de se estudar a língua “como um sistema de meios de expressão” (SAUSSURE, 2012, p.156), e as novas descobertas científicas nos levam à compreensão da evolução da linguagem. Para melhor entendimento, explicamos que estudar a gramática tradicional ou normativa sempre foi visto como uma exigência do ensino ao aluno. Mas como explicar o desenvolvimento da língua se não buscarmos as raízes? Como ensinar a escrever sem organizarmos as ideias?

De fato, a língua evoluiu. A sua imobilidade absoluta não existe e esta mudança só é permitida a partir da variedade que distingue os diferentes fatores de alteração. Segundo Saussure (2012, p. 93), a língua já não é livre porque o tempo permitirá às forças sociais atuantes sobre ela desenvolver seus efeitos chegando ao princípio de continuidade, que anula a liberdade. A continuidade implica necessariamente a alteração, o deslocamento considerável das relações.

Um dos fenômenos apresentados na linguagem é o fenômeno da Concordância Verbal abordado em todas as gramáticas normativas. Os autores e pesquisadores o descrevem, em sua maioria, como a circunstância de um verbo variar em número e pessoa de acordo com o seu sujeito. São vários os conceitos apresentados sobre a Concordância Verbal, as diferenças apresentadas entre eles dependerão da linha teórica adotada pelo autor.

Neste sentido, as regras de Concordância Verbal são ensinadas, na escola, praticamente, no início dos primeiros estudos da disciplina Língua Portuguesa, mas, encontramos, com muita frequência, erros/variações em textos escritos em todas as séries de ensino. Isto pode demonstrar, pelo menos, dois elementos: ou o ensino da língua portuguesa não está cumprindo o seu papel ou a variação na fala é tão frequente que sobressai à escrita. Bortoni-Ricardo advertiu sobre o fato de estarmos diante de *diferenças* e não de “erros” (2004, p. 8) e é preciso enfatizar as tendências imanentes da língua para levar as pessoas em geral, e os professores em particular, a assumir a convicção de que

Os chamados “erros” que nossos alunos cometem têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.9)

Bortoni-Ricardo (2004) procura conscientizar os professores sobre as diferenças linguísticas e considera a própria evolução da língua uma das causas dos denominados “erros” rotulados pela sociedade explicando que essas diferenças não são erros, mas formas diferentes de utilizar os recursos possíveis presentes na própria língua.

3.2 A Concordância Verbal na visão sociolinguística

São vários os estudos realizados sobre a concordância verbal tendo como suporte teórico a Teoria da Variação e, dentre eles, ressaltamos as pesquisas de Lemle & Naro (1977), Naro (1981), Naro e Scherre (2003a, 2003b, 2003c), Scherre & Naro (1993, 1997, 1998), Zilles, Maya e Silva (2000), Monguilhott (2009) e Monguilhott & Coelho (2002), trabalhos que originaram os estudos da concordância verbal de primeira e terceira pessoas do plural. Para estes pesquisadores, a concordância verbal “constitui um fenômeno típico de ser estudado sob uma perspectiva da teoria da variação linguística: suas variantes ocorrem em contextos semelhantes e apresentam o mesmo valor de verdade” (LABOV *apud* TARALLO, 2002).

Na Linguística, o fenômeno da concordância verbal geralmente é observado como um mecanismo morfológico e sintático. Relaciona-se ao primeiro quando faz uso de morfemas, os quais, possuindo valor semântico próprio,

estabelecem, juntamente com o radical, um determinado paradigma, do nome ou do verbo. Ademais, assume a função de indicar as relações entre os elementos gramaticais como o sujeito e o verbo quando tratar de Concordância Verbal, e entre um nome e um determinante quando o caso for sobre Concordância Nominal. Este último caso se refere aos mecanismos sintáticos. Desta forma, a Concordância Verbal caracteriza-se como morfossintática. Quanto à morfologia flexional trata dos morfemas flexionais os quais indicam as categorias de gênero, número e caso para os nomes, e categorias de aspecto, tempo, modo, número e pessoa, para os verbos.

As pesquisas dos autores acima citados demonstram que nas variedades não-padrão do português brasileiro, a concordância verbal precisa ser definida como regra variável. Vale destacar os estudos de Lemle e Naro, os quais foram pioneiros no Brasil com as pesquisas acerca da concordância verbal.

Seguindo a metodologia laboviana, os autores, em 1977, observaram os fatores condicionadores do uso da regra variável da concordância verbal na fala de morabenses do Rio de Janeiro. O *corpus* do trabalho contou com sete entrevistas de uma hora de gravação com cada um dos 20 informantes. Foram selecionadas e retiradas todas as ocorrências de verbo com sujeito de terceira pessoa do plural. Os fatores controlados foram: variável morfológica, variável posicional, variável semântica e variável estilística.

Nesta pesquisa os autores formalizaram uma “escala ordenal” de medição da diferença fônica entre as formas verbais singular e plural, admitindo a suposição de que “o grau de saliência fônica da diferença morfológica entre a forma singular e a forma plural esteja diretamente relacionado com a probabilidade de aplicação da regra de concordância” (LEMLE e NARO, 1977, p.20). Com base nesse pressuposto os estudiosos propuseram três categorizações hierárquicas. A primeira denominada “old” foi estabelecida em seis níveis. Nela, os autores buscaram fundamentos linguísticos que sustentassem uma proposta de organização hierárquica: formas que não apresentavam desinência acentuada e pouca distinção material (fala – falam / come - comem) foram consideradas formas menos salientes, e formas plurais inteiramente diferentes em relação à forma singular e acentuadas (é – são), consideradas mais salientes. No entanto, os dados não se comportaram como previsto, ou seja, não

se verificou correlação entre as taxas de Concordância Verbal e a saliência das formas. Em razão desse resultado, foi desenvolvida uma segunda formulação mais detalhada, denominada “neo-code”, constituída por 14 níveis. Novamente os resultados obtidos não foram compatíveis com o esperado, e uma nova escala foi elaborada. Na terceira hierarquia denominada “neamal”, composta de 10 graus, foram reunidos alguns dos níveis da escala “neo-code”. Dentre as três escalas citadas a “neamal” foi a que mostrou relevância, ou seja, legitimou o efeito da saliência sobre a Concordância Verbal.

Quanto à variável posicional, a concordância foi verificada em maiores dimensões quando o sujeito se encontrava anteposto ao verbo (ex: E seus dentes são pequenos. 03-JAD)²³, favorecendo a aplicação da regra e opondo-se à posição em que o sujeito está posposto ao verbo, em que houve maior índice de desfavorecimento da aplicação da regra. Ao referenciar a variável semântica, os autores salientaram altos índices de concordância verbal quando o sujeito é do tipo indeterminado (ex.: (...) não medem mais do que quarenta centímetros - 09-NF)²⁴ e baixos índices quando o sujeito é do tipo determinado (ex.: (...) para as pessoas ler e ficar informadas – 01-MPS)²⁵.

Para os pesquisadores, o fato de o sujeito do tipo indeterminado apresentar como único traço relevante a pluralidade, parece natural à contribuição da regra de concordância, em oposição ao sujeito determinado, uma vez que este sujeito, além do traço plural, reúne outras características.

Os pesquisadores concluem que “a realização da regra de concordância verbal depende do grau de impacto dos efeitos perceptuais com que ela se materializa. Para eles, são os fatores condicionadores que alicerçam a regra de concordância verbal” (LEMLE E NARO, *apud* MONGUILHOTT, 2001, p. 5).

Em outro momento, Scherre e Naro (1977) analisam a concordância verbo/sujeito, em 4632 construções, nos dados de fala do PEUL²⁶. Analisam também, os fenômenos de concordância de número, identificando as variáveis linguísticas saliência fônica e posição, e ainda, as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade.

²³ Exemplo retirado do nosso *corpus*.

²⁴ Exemplo do *corpus* desta pesquisa.

²⁵ Exemplo do *corpus* desta pesquisa.

²⁶ PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua.

Com referência ao grupo de fatores da saliência fônica, os autores observaram que a oposição não acentuada desfavorece a concordância, enquanto a oposição acentuada favorece a concordância independentemente dos anos de escolarização dos falantes. No entanto, a diferença entre os anos de escolarização dos falantes é determinante na nitidez da escala da saliência na concordância verbal.

Com relação ao grupo de fatores posição, os resultados de Scherre e Naro direcionam para o fato de que, quando o sujeito está em uma posição mais à esquerda e mais próximo do verbo, existe maior probabilidade de favorecimento da ocorrência da variante explícita, enquanto a posição à direita e o distanciamento em relação ao verbo a desfavorecem, independentemente do grau de escolaridade dos falantes.

3.3 A Linguística

No século XIX, na tentativa de explicar as mudanças linguísticas, os linguistas preocuparam-se com os estudos das transformações que as línguas passavam. Estudava-se, na época, praticamente a história ou diacronia das línguas. No início do século XX, Saussure introduziu uma nova visão ao estudo das línguas, uma visão sincrônica, analisando a língua num determinado momento histórico, num ponto específico do tempo. A descrição linguística observaria a relação entre elementos coexistentes, que constituiriam o sistema linguístico. Saussure defendia a perspectiva sincrônica mas reconhecia a importância das duas abordagens: a sincrônica e a diacrônica. Em sincronia os fatos linguísticos são observados quanto ao seu funcionamento, num determinado tempo, enquanto na diacronia os fatos são analisados quanto às suas transformações, pelas relações que estabelecem com o fato que o precederam ou sucederam (PETTER, *apud* FIORIN, 2005, p. 18).

Segundo Petter (2005), o estudo sincrônico sempre precede o diacrônico. Para explicar como o pronome de tratamento Vossa Mercê se transformou até assumir a forma atual Você, pronome pessoal, é necessário comparar diferentes estados de língua previamente caracterizados como tais e observar as mudanças ocorridas na expressão sonora e no uso. Desta forma, a descrição sincrônica

analisa as relações existentes entre os fatos linguísticos num estado de língua e os estudos diacrônicos são feitos com base na análise de sucessivos estados de língua.

Muitos linguistas abordam a separação sincronia/diacronia como um rigoroso princípio metodológico: ou se investiga um estado de língua ou se investiga a história da língua. Desta maneira, a Linguística tem duas ramificações: a sincrônica e a histórica. Atualmente, a Linguística sincrônica vem sendo denominada Linguística teórica, voltada mais para a construção de modelos teóricos do que para a descrição de estados de língua.

Várias áreas de estudo mostraram interesse pela linguagem, conseqüentemente, várias áreas interdisciplinares foram criadas como a etnolinguística, no âmbito da relação entre língua e cultura; a sociolinguística, examinando a interação entre língua e sociedade; a psicolinguística, estudando o comportamento do indivíduo como participante do processo de aquisição da linguagem e da aprendizagem de uma segunda língua.

3.4 Sociolinguística

De maneira geral, a Sociolinguística trata da relação entre língua e sociedade porque linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Alkmim (2005) afirma que essa relação é a base da constituição do ser humano e a história da humanidade é a história de seres organizados em sociedade e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua (2005, p.21).

São vários os enfoques que se abrigam sob o título “Sociolinguística”, como por exemplo, a Sociologia da Linguagem que “lida com fatores sociais em grande escala, associados à linguagem, como decadência e assimilação de línguas minoritárias” (CAMACHO, *apud* MUSSALIM & BENTES, 2005, p. 49); a Etnografia da Comunicação que descreve e analisa as formas dos “eventos de fala”, e ligados à análise de conversação, abrigou-se na Sociolinguística Interacional.

Entretanto, nosso interesse está na área de abordagem sobre as variações derivadas do contexto social, ou seja, a Sociolinguística Variacionista. Segundo explicação de Camacho,

(...) dois falantes de uma mesma língua ou variedade dialetal dificilmente se expressam exatamente do mesmo modo, assim como um único falante raramente se expressa da mesma maneira em duas diferentes circunstâncias de comunicação. Sendo assim, o que a Sociolinguística faz é correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares (2005, p. 50).

O autor explica que quando os falantes, ao enunciarem um verbo, realizam ocorrências fonéticas, como exemplo /vãmus/ e /vãmu/ isso corresponde a “um uso sistemático e regular de uma propriedade inerente ao sistema linguístico, que é a possibilidade de variação” (CAMACHO, 2005, p. 50). A Sociolinguística compara as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo o linguístico e o social como fenômenos estruturados e regulares.

As diversidades linguísticas, o grau de letramento e outras variáveis são os responsáveis para que os usuários de uma língua, em sua maioria, não dominem todos os gêneros e estilos. Destarte, revelam o predomínio de marcas de padrões de algumas variedades, empregando-as sempre que possível, apropriadamente, em discursos característicos.

Ao falar sobre Sociolinguística, Camacho (2005, p. 54) apresenta exemplos que observam a relação entre variação e estrutura social e conclui:

(...) a variação não é o resultado do uso arbitrário e irregular dos falantes. Ao contrário: se, por um lado, encontra sua motivação em circunstâncias linguísticas determinadas, é, por outro, o resultado sistemático e regular de restrições impostas pelo próprio sistema linguístico em uso.

Segundo o autor, o uso do termo *sociolinguística* soa um tanto redundante, pois a linguagem significa a expressão mais característica de um comportamento social, por isso, torna-se impossível separá-la de suas funções sócio-interacionais e de sua correlação entre variação e mudança porque toda mudança implica em algum processo de variação, em que coexistem a substituta e a substituída. Entretanto, nem todo processo de variação tem como consequência uma

mudança diacrônica²⁷, caso em que a variação é estável e funciona como parâmetro de diferenças sociais.

Assim sendo, compete a Sociolinguística enfocar a diversidade como objeto de estudo, em suas determinações linguísticas e não-linguísticas. Como precursor da teoria variacionista, William Labov (1968; 1972) contribuiu para a evolução dos estudos linguísticos por ter concebido o estudo sistematizado da variação e inserido o elemento social em amostra de análise da língua em uso:

A existência de *variação* e de estruturas *heterogêneas* nas comunidades de fala investigadas está de fato provada. É da existência de qualquer outro tipo de comunidade que se pode duvidar... a heterogeneidade não é apenas comum, é também o resultado natural de fatores linguísticos básicos. Alegamos que é a ausência de alternância de registro e de sistemas multi-estratificados de comunicação que seria disfuncional. (LABOV, 1972, p.203 *apud* CAMACHO, 2005, p.55, grifo do autor)

Ao manifestar os mitos existentes sobre a linguagem, Labov (1972) registra historicamente um corte epistemológico na medida em que viabiliza analisar cientificamente a contraparte concreta da linguagem, ou seja, o foco dos estudos da linguagem não mais incide nas formas ou estrutura da língua e sim nos fatores externos dela.

A ideia de uma língua homogênea e estagnada se desconstrói com os estudos de Labov (1975). A língua está em constante uso, sempre em evolução, variável e principalmente heterogênea. Segundo Labov (1975), a concepção de homogeneidade é “antinatural na língua”.

As variações linguísticas das diferentes comunidades de fala chamaram atenção dos estudiosos, inclusive aqui no Brasil, e os motivaram a buscar o entendimento das razões que influenciam as variações tão comuns.

Ao tratar da Sociolinguística, Mollica (2008, p.10) a situa como subárea da Linguística a qual “estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala”, ou seja, se preocupa com a correlação efetiva entre aspectos linguísticos e sociais. A autora concorda com a heterogeneidade da língua, cita exemplos ilustrando a

²⁷ Saussure dividiu o estudo da linguagem em sincrônico e diacrônico. A análise sincrônica de um dado é estática e descritiva, isto é, estuda o funcionamento da língua e sua constituição como fonemas, gramática e palavras. É o estudo do objeto em si, imóvel no tempo, e das relações no sistema da língua no presente ou no passado. O estudo diacrônico é evolutivo e histórico, se concentra nas mudanças da língua através do tempo. É o estudo da linguística histórica analisando a relação de um fato com seus anteriores e posteriores.

variabilidade linguística e delimita a variação como objeto de estudo da Sociolinguística. Mollica difere as noções de variante (forma linguística alternativa) e de variável (fenômeno em variação ou grupo de fatores):

Entendemos por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente. A concordância entre o verbo e o sujeito, por exemplo, é uma variável linguística (ou um fenômeno variável), pois se realiza através de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo ou a ausência da marca de concordância. (MOLLICA, 2008, p. 10)

(...) o termo “variável” pode significar fenômeno em variação e grupo de fatores. Estes consistem nos parâmetros reguladores dos fenômenos variáveis, condicionando positiva ou negativamente o emprego de formas variantes. (MOLLICA, 2008, p. 10)

A autora explica ainda que as variantes podem permanecer estáveis no sistema por um período curto de tempo ou até por séculos, ou podem sofrer mudança, quando uma das formas desaparece. Neste caso, se configura um fenômeno de mudança em progresso quando as formas substituem outras que deixam de ser usadas. Cabe, portanto, à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, como também, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático.

3.5 Perspectiva Variacionista

Na década de sessenta, mais precisamente em 1968, Weinreich, Labov e Herzog apresentaram uma proposta que tinha o objetivo de descrever a língua e seus determinantes sociais e linguísticos, levando em conta seu uso variável. A partir deste projeto, surgiu a Teoria da Variação Linguística, conhecida também como Sociolinguística Quantitativa. Esta proposta questiona a concepção de língua que as correntes vigentes à época (estruturalismo e gerativismo) propagavam. Estas concepções viam a língua “como um sistema homogêneo, uniforme, estático, podendo ser estudado na ausência de uma comunidade de fala” (LABOV, 1972, p.3 *apud* HORA, 2004). A Sociolinguística se opõe a esta relação entre língua/homogeneidade e incorpora a ideia de variação sistemática

motivada por pressões sociais que “continuamente operam sobre a língua”, não devendo ser estudada fora do contexto social (LABOV, 1972, p.3, *apud* HORA, 2004, p.16).

A Teoria da Variação se situa em relação ao binômio língua e sociedade, considerando a variedade das formas em uso como objeto complexo decorrente de fatores internos, próprios do sistema linguístico, e dos fatores sociais que interagem no ato da comunicação. Surge, assim, a Teoria da mudança que concebe a língua – numa perspectiva diacrônica e/ou sincrônica – como um objeto possuidor de heterogeneidade sistemática (HORA, 2004, p.18).

Para estabelecer esta heterogeneidade sistemática, dois princípios básicos para o estudo da língua foram apontados:

- (i) Deixar de identificar estrutura linguística como homogeneidade e conceber como opção racional a possibilidade de descrever ordenadamente a diferenciação numa língua que serve a comunidade.
- (ii) Entender que as gramáticas nas quais uma mudança linguística ocorre representam uma comunidade de fala (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968, p.99 *apud* HORA, 2004, p. 18).

Tal modelo teórico-metodológico objetiva responder a questões centrais das mudanças linguísticas em função de diversos fatores subdivididos em linguísticos, variáveis internas da língua, e sociais, variáveis relacionadas ao falante, como sexo, idade, grau de escolaridade, classe social, entre outras. Essas variáveis atuam de maneira probabilística na variação da língua, sendo possível evidenciar quais ambientes linguísticos influenciam regularmente a frequência de uma variante ou outra, e quais contextos linguísticos e/ou sociais são mais relevantes no fenômeno observado (LABOV, 1994, p.9).

Desta maneira, a pesquisa Sociolinguística envolve observação minuciosa dos registros de língua falada, descrevendo a variável (conjunto de variantes), e demarcando um perfil das variantes (diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com a mesma veracidade); análise dos fatores estruturais e sociais condicionantes; encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade; avaliação da variável, para a confirmação dos casos de variação ou mudança.

3.5.1 Variação linguística morfossintática

Como salientado anteriormente, as línguas não são estáticas, elas mudam continuamente e, para que haja a mudança linguística, faz-se necessário passar por um período de variação. A sociolinguística costuma classificar a variação de diversas formas: variação diatópica, o modo de falar de diferentes regiões; variação diastrática, a fala das diferentes classes sociais; variação diamésica, os diferentes registros, como, por exemplo, o oral e o escrito; variação diafásica, o uso que cada indivíduo registra sua língua em diferentes situações de fala e; variação diacrônica, a comparação entre os vários momentos da língua relacionados à história. Em todas estas variações, a sociolinguística aborda os fatores linguísticos como, variação fonético-fonológica, morfológica, sintática semântica, pragmática, lexical.

Neste estudo, iremos analisar nossos dados relacionados à variação morfossintática e, cabe neste momento fazermos uma breve viagem ao “túnel do tempo da língua portuguesa”²⁸ (TARALLO, 1990, p. 117), para entendermos a nossa língua portuguesa, mais precisamente no que diz respeito ao objeto de nosso estudo. Tarallo no “início do túnel” faz a seguinte referência:

Bilhete!? Cada um já tem o seu. (...). Resta somente saber por onde e em que momento do túnel entrar, bem como qual dos túneis da língua portuguesa nos interessa mais: o lusitano/europeu ou o brasileiro/americano? O bilhete que escolhemos permite e garante a entrada no túnel por qualquer um de seus pontos e em qualquer um de seus momentos. (TARALLO, 1990, p. 81)

Segundo Tarallo (1990, p.128) o sistema morfológico do português resultou, desde a evolução do latim, no sistema moderno com uma série de perdas sofridas pelo português. Ao longo desta transformação, observaram-se as perdas sofridas pela flexão dos nomes latinos, nos casos e nas declinações, bem como uma estreita relação entre a evolução de processos fonológicos e morfológicos.

Tarallo (1990) pressupunha o conceito dessas perdas morfológicas como revestir uma antiga função com uma nova forma, assim evidenciando diferenças

²⁸ Citado por Fernando Tarallo ao tratar das perdas fonológicas e morfológicas explicando a reconstrução de uma língua.

de registro linguístico e não propriamente de organização gramatical, exemplificou:

A forma sintética do futuro imperfeito do indicativo, *amabo* e *audiam*, perdeu-se no sistema do latim falado, em favor de uma forma perifrástica, *amare habeo* e *audire habeo*, em função do registro linguístico, escrito *versus* falado. A função, pois, é preservada; a forma aparece, entretanto, diferentemente vestida, constituindo, assim, uma perda morfológica *não-encaixada*, não de função, mas de forma. (TARALLO, 1990, p. 132).

O autor se refere a “perda morfológica não encaixada” para definir os momentos de enriquecimento morfológico do português que não foram provocados por mudanças em curso em outras partes da gramática. No entanto, esses ganhos morfológicos não encaixados podem se tornar “encaixados” por serem passíveis de modificações posteriores:

Se, na realidade, os pronomes pessoais em português surgiram como ganho morfológico *não-encaixado*, conforme o apontam os compêndios de gramática histórica, então, certamente, a evidência sincrônica está a nos dizer que, novamente, estamos enfrentando um momento de perda morfossintática, só que desta vez *encaixada* dentro do sistema em variação. (TARALLO, 1990, p. 142)

A língua deixou de ser apenas um organismo vivo de um sistema homogêneo, autônomo, regular e linear como estigmatizou Saussure. Suas características vão além dessa noção de língua idealizada. A língua ultrapassou as fronteiras de uma estrutura fria e se descobriu o seu dinamismo, sua heterogeneidade, suas variações. Passou a ser um fato social, ou seja, o objeto histórico culturalmente compartilhado que se estabelece na interação social entre os membros de determinada coletividade. A partir desta concepção, sofrer modificações é uma característica intrínseca da língua. Desta forma, é muito provável que mudanças linguísticas, em um determinado momento, consideradas como não encaixadas, passem a ser reanalisadas como mudanças encaixadas, seja na direção da perda e formas, ou da aquisição de novas configurações.

Outra observação diz respeito à organização das palavras na sentença, neste contexto estamos falando da sintaxe. Câmara Junior (1976, p. 250) observou que a colocação dos constituintes era um mecanismo que não existia em latim. Assim, a colocação era absolutamente ‘livre’, do ponto de vista gramatical. Havia naturalmente colocações mais usuais, mas que em nada

concorriam para a apreensão do significado frasal. Por isso mesmo, eram desrespeitadas com o maior desembaraço na língua literária, na base de modificações linguísticas.

Enquanto no latim, a colocação era 'livre', no francês a ordem das palavras se fixou gramaticalmente no sistema, e o português ficou entre os dois extremos: nem tão livre, nem tão solto. Assim, o adjetivo pode aparecer em última posição, como por exemplo: a moça bela. Segundo Câmara Junior (1976, p. 250), o que rege esta posição do adjetivo é um fator de ordem funcional: "Há um princípio básico que consiste em atribuir ao último termo do enunciado o máximo valor informativo". No entanto, dentro do sintagma nominal, o adjetivo pode aparecer anteposto ao substantivo. Mas, o adjetivo posposto é a posição mais comum, ou seja, a ordem menos marcada, pois não se trata de uma ordem rígida. Tarallo (1990, p. 148) explica que o adjetivo posposto é uma posição determinada por um princípio funcional básico do sistema, que é o de apresentar a informação nova no fim dos predicados (núcleos): nominais e/ou verbais.

Essa posição menos marcada do adjetivo posposto nem sempre serve para outros casos de adjetivo como os adjetivos demonstrativos, possessivos e indefinidos: estes bilhetes, meus livros, algumas meninas. Aqui, a ordem não marcada é a anteposição. Câmara Junior explica que "a posposição depende de contextos especiais, em que se impõe uma intensificação da carga informativa, de sorte que neste caso é a posposição que muitas vezes se torna estilística" (1976, p. 251).

Sabemos, consoante aos vários autores citados na seção anterior que, geralmente, a sequência de uma sentença em português é: sujeito-verbo-objeto. Esta afirmativa é explicada por Tarallo:

(...) uma sentença como "A menina viu o professor" apresenta dois argumentos em relação ao predicado "viu": o sujeito ("A menina") e o objeto direto ("o professor"). Diferentemente do latim clássico, em que as funções sintáticas eram indicadas através das desinências de caso, dando assim total liberdade aos constituintes, o que garante a recuperabilidade do argumento "a menina" como sujeito (nominativo) e de "o professor" como objeto (acusativo) é a ordem. Ou seja, a ordem não-marcada para a sentença em português é: sujeito-verbo-objeto. (TARALLO, 1990, p. 132)

Segundo Tarallo (1990) o português é normalmente uma língua acusativa, cuja ordem direta, não marcada, é sujeito-verbo-objeto (SVO). Essa ordem distingue-se porque é tipicamente descendente, partindo do sujeito para o verbo e para o complemento, ou seja, do conhecido para o desconhecido. O enquadramento na tipologia SVO é resultado de uma mudança linguística iniciada na ordem SOV (característica do latim clássico).

3.6 A variável dependente e as variáveis independentes

Naro e Scherre (1999a, p. 20) admitem que a concordância verbal “constitui um fenômeno típico a ser estudado sob uma perspectiva da teoria da variação linguística: suas variantes ocorrem em contextos semelhantes e apresentam o mesmo valor de verdade (cf. Labov, 1975; *apud* Tarallo, 2002, p. 8)”. Entende-se por variação linguística o fenômeno universal que é uma característica da heterogeneidade.

Segundo Silva (2005, p. 63) a variação ocorre quando temos a possibilidade, num mesmo contexto, de utilizar formas distintas com o mesmo valor referencial, sem aferir o valor de verdade. A essas formas distintas dá-se o nome de variantes. A título de exemplo citamos que a marcação de terceira pessoa do plural no verbo é uma variável linguística formada por duas variantes que pode ocorrer uma primeira variante com a vogal nasal e uma ditongação com a presença de [w] ou de [j], como em Ex.: 1) *elas nadam* / Ex.: 2) *eles batem forte*; e outra variante com a vogal oral e sem a ditongação, ou marca [Ø], como em Ex.: 3) *elas nadaØ* / Ex.: 4) *eles bateØ forte*. Assim, as variantes apesar de possuírem valor distinto, não apresentam o mesmo valor social. A distinção no plano social pode determinar uma variante como mais prestigiada que outra (SILVA, 2005, p. 63). Em comunidades linguísticas é muito frequente a oposição entre formas de maior ou menor prestígio.

Desta maneira, a língua, além de possuir um dinamismo próprio, possui formas diferentes, mas semanticamente semelhantes. São formas permitidas linguisticamente para a sua construção e que, para a Sociolinguística Variacionista, não são consideradas desvios, diferentemente da visão normativa. No entanto, cabe ao falante fazer o encaixe de sua construção linguística, ou seja,

usar a forma mais apropriada ao local em que a língua está sendo utilizada e ao grau de formalidade. Naro ressalta: “Existem, também regras mudáveis em funcionamento para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas em cada contexto” (2003, p.15). Entende-se que numa mesma língua, variáveis podem conviver e competir, surgindo, muitas vezes, de modo diferente em um mesmo contexto, uma forma se apresentando mais que a outra, ou ainda, uma forma sendo mais utilizada em um determinado contexto e a outra em contexto diferente.

O exposto acima, nos faz refletir que a questão da mudança está ligada à questão da variação, entretanto, desde Weinreich, Labov e Herzog (1975) que ficou comprovado que toda mudança linguística pressupõe variação, mas nem toda variação subtemde mudança linguística.

3.6.1 Variáveis linguísticas

Abordaremos, nesta parte, as variáveis linguísticas mais relevantes ao estudo da concordância verbal. Primeiramente teceremos comentários de como cada variável foi analisada por diversos estudiosos e, posteriormente, discutiremos como a classificamos em nosso estudo. Registramos que todos os exemplos explicativos de cada variável foram retirados de nosso *corpus*.

3.6.1.1 Saliência fônica

Esta variável proposta por Naro e Lemle (1976, 1977) prenunciava que, na oposição singular/plural, as formas verbais que apresentam elevada distinção fônica, determinada por meio de uma escala hierárquica, seriam mais apropriadas à marcação explícita de pluralidade do que aquelas que apresentam menor grau.

Esta formulação conceitual de saliência foi alvo de intensa discussão na literatura, nas décadas de 1970 e 1980.

Naro (1981) sugere uma nova configuração para a escala de *Saliência fônica*, diferente da anteriormente estabelecida por Naro e Lemle (1977), baseada nos critérios *acento e distinção material*; Guy (1981) contesta, em parte, a

hierarquia proposta por Naro (1981), manifestando a interferência do *acento* na medição dos graus de saliência.

Apesar das várias discussões aludidas, a maioria dos trabalhos relacionados à análise da regra variável de concordância verbal de terceira pessoa do plural no Português Brasileiro (PB), como o de Monguilhott (2001), Naro, Scherre (2007), Welchen (2009), Scherre, Naro (2010), adotamos a escala de saliência proposta por Naro (1981).

A nova proposta de Naro (1981) se baseia em dois critérios: i) presença ou ausência de acento na desinência; ii) quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural. O primeiro critério (acento) é composto por dois níveis de saliência: Nível 1 – oposição não acentuada, Nível 2 – oposição acentuada. Em cada nível apresentam-se três categorias, salientando a diferenciação do material fônico da relação singular/plural. O segundo critério focaliza-se em dois pontos: um qualitativo (alteração ou não da qualidade vocálica na desinência, na raiz ou no verbo como um todo) e outro quantitativo (acréscimo ou não de segmentos à forma singular).

Nível 1: oposição não acentuada

- a) Nasalização, sem envolver mudança na qualidade da vogal na forma plural: (conhece/conhecem, consegue/conseguem, corre/correm, vive/vivem, sabe/sabem);
Ex.: (...) e as pessoas conheceØ como “O dono do gago” (61-MPT)
(...) os novos motoristas devem ser melhor preparados (...) (46-EV)
- b) Nasalização com mudança na qualidade da vogal na forma plural (ganha/ganham; gosta/gostam; fala/falam; era/eram)
Ex.: (...) embora seu olhar expressasse tristeza suas palavras eraØ bem alegres (08-LSB)
(...) porque muitas pessoas esperam a páscoa chegar (...) (42-LP)
- c) Envolve acréscimo de segmentos na forma plural: (diz/dizem; faz/fazem; soube/souberam)
Ex.: O trabalho infantil é hoje crime, isso incentiva as nossas crianças a fazerØ só algo de errado (...) (24-ETP)
(...) mas o brilho amarelado de algumas luzes indicam que estão ali, talvez com seus sensores danificados, o que justifica estarem ligados mesmo que pela manhã. (09-NF)

Nível 2: oposição acentuada

- a) Nasalização da vogal, acréscimo ou mudança de semivogal: (tá/tão; vai/vão)

Ex.: (...) vai ficar só as lembranças de uma mãe que tinha (28-LSB)
As águas deste ambiente estão azuis com tons de verde e branco. (05-TPS)

- b) Envolve acréscimo de segmentos sem mudança vocálicas na forma plural: (foi/foram (perde a semivogal); bateu/bateram; viu/viram)

Ex.: (...) e nas ruas de dez pessoas oito já sofreu bullying (...) (45-LSB)
(...) não conseguem contar ou reviver novamente os momentos que sofreram (...) (41-NI)

- c) Envolve acréscimo de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudança na raiz e até mudanças completas: (veio/vieram; é/são; disse/disseram; quis/quiseram; parou/pararam; fez/ fizeram)

Ex.: Seus olhos é de um azul intenso e expressivos inspira ~~o~~ confiança. (011-CPD)
E seus dentes são pequenos meio amarelados (...) (03-JAD)

Utilizando nova escala, Naro (1981) comprova a ação da saliência ao observar uma correlação entre maior diferenciação fônica na oposição singular/plural e aumento dos índices de marcação da concordância.

Vários estudos (cf. Lemle e Naro, 1977; Naro, 1981; Scherre e Naro, 1997) têm constatado que formas mais salientes tendem a ser mais marcadas do que as menos salientes, isto é, as oposições mais salientes, sendo mais cognoscível, aumentam a probabilidade de ocorrência da variante explícita de plural.

3.6.1.2 Posição do sujeito em relação ao verbo

Scherre (1994), em um artigo intitulado *Aspectos da Concordância de Número no Português do Brasil*, conclui que a concordância verbo sujeito é sempre regida pelo núcleo do sujeito se o sujeito em jogo tiver um só núcleo de estrutura sintagmática simples anteposto ao verbo. Nos demais casos, outros elementos podem entrar em jogo para assumir o controle da concordância. Por

exemplo, em casos de sujeito de um só núcleo de estrutura complexa, o controle da concordância também pode ser assumido pelo núcleo do sintagma nominal inserido no sintagma preposicional; e se houver mais de um sintagma preposicional, quem vai comandar a concordância é o núcleo do sintagma nominal que se encontra inserido no sintagma preposicional na posição mais alta, ou seja, mais à esquerda na construção sintática.

O nosso português é uma língua que admite variação, pois, “em geral”, a ordem dos constituintes das sentenças é do tipo sujeito/verbo/objeto (SVO), por isso, em uma estrutura superficial, o Sintagma Nominal (SN) pode aparecer posposto ao verbo. Desta forma, os fatores trabalhados na análise, nesta variável, são a anteposição ou a posposição do sujeito:

SN V anteposição ex.: (...) as gaivotas voam livremente (02IIMM)

V SN posposição ex.: Enfim devem ser adotadas medidas mais enérgicas (46 EV)

Nas línguas, de maneira geral, a ordem dos constituintes não é fixa. Outras ordens surgem e convivem, sendo acolhidas pela língua, entretanto, há sempre o domínio de uma delas.

Naro e Lemle (1977) registram que há menor probabilidade de concordância verbal com SNs pós-verbais do que com SNs pré-verbais, independentemente do nível de escolaridade a que pertence o informante.

Rosane Berlinck (1988) pesquisou dados de informantes de nível universitário e apontou resultados em que 94% dos SNs pospostos apresentaram ausência de concordância para apenas 20% de presença.

De acordo com Naro e Scherre (2003), a posição do sujeito à esquerda do verbo, favorece a aplicação de regras de CV.

Eunice Pontes (1986), a partir de um teste feito com alguns estudantes, observou que o SN posposto é visto, por uma parcela significativa dos falantes, como objeto, por este motivo, apresentam dificuldades na marcação da concordância com estes tipos de SNs.

A partir das pesquisas mencionadas presumimos que o SN, quando posposto ao verbo, apresente maior propensão a variante zero de plural nos verbos.

3.6.1.3 Tipo de Verbo

Com a finalidade de apurarmos a influência do tipo de verbo na aplicação da regra de concordância, os tipos a serem controlados em nossa pesquisa foram subdivididos em:

Intransitivos:

Quando um estado ou ações significados pelos verbos não passam (não transitam) do sujeito ao objeto. Ex.: (...) os pais fazem o gosto dos filhos e compram (42-LP)

Transitivos:

Quando a ação feita pelo sujeito passa a um complemento. Estes verbos selecionam argumento externo e interno. Ex.: (...) motoristas não respeitam as faixas que tem nas ruas (20-ITC)

Cópula:

Também denominados predicativos ou verbo de ligação. Ex.: Seus olhos são escuros (...) (06-ME)

Inacusativos:

Selecionam um argumento interno, gerado na posição de complemento do verbo. Ex.: Parecem que vão cair a qualquer hora no chão (...) (09-NF)

Destacamos entre os demais tipos de verbos selecionados, os inacusativos, considerados como aqueles que se manifestam a partir de verbos que selecionam um único argumento: o argumento interno. Verificamos que estes verbos não apresentam a propriedade sintática de atribuir caso estrutural ao seu argumento interno, por isso, não permitem um argumento externo.

Ao tratar do grupo de fator “tipo de verbo”, Monguilhott (2001, p. 51) constatou que os verbos inacusativos foram os que menos favoreceram a regra de concordância verbal com .37 de peso relativo. No entanto, o cópula apresentou o maior índice de probabilidade de marcas explícitas de concordância com .63 de peso relativo, e os verbos transitivos e intransitivos se posicionaram no intermediário, apresentando peso relativo de .49 e .46, respectivamente.

Vale, neste momento, abrir parênteses para ressaltarmos a importância da transitividade verbal no funcionalismo linguístico. Para Neves (1991, p.59), “[...] é

o sistema que dá conta basicamente da seleção de processos e relações e de seus participantes, e, assim, da seleção de funções sintáticas na estrutura da frase”.

Para a Linguística Funcional norte-americana, a transitividade é considerada um *continuum* da oração e não uma propriedade do verbo. Segundo Cunha (2007), a transitividade apresenta um componente semântico e um componente sintático, conforme descreve:

Uma oração transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes, um agente que é responsável pela ação, codificado sintaticamente como sujeito, e um paciente que é afetado por essa ação, codificado sintaticamente como objeto direto. Esses participantes são chamados de argumento do verbo. Do ponto de vista semântico, o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades do agente, do paciente e do verbo envolvidos na oração que codifica esse evento. (...) Do ponto de vista sintático, todas as orações – e verbos – que têm um objeto direto são transitivas; as que não o têm são intransitivas. Desse modo, se uma oração codifica um evento semanticamente transitivo, o agente do evento é o sujeito da oração e o paciente do evento é o objeto direto da oração. Contudo, a manifestação discursiva de um verbo potencialmente transitivo depende de fatores pragmáticos, como a perspectiva a partir da qual o falante interpreta e comunica o evento narrado. (CUNHA, 2007, p. 29-30)

As Gramáticas Normativas apresentam as características da intransitividade verbal conforme alguns gramáticos manifestam:

Verbos ‘significativos’ que trazem uma ideia nova ao sujeito (Cunha e Cintra, 2001, p. 135).

Não precisam de complemento, devido a sua significação ser completa. (Faraco e Moura, 2002, p. 441-442)

Apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas; não necessitam de outros signos léxicos (Bechara, 2009, p.415).

Constata-se que os autores acima citados não apresentam divergências conceituais, as diferenças observadas são somente de expressões e de uma descrição mais ampla.

Quanto aos verbos transitivos, suas características são apresentadas pelos autores das Gramáticas Normativas, como segue:

O processo verbal não está integralmente contido nas formas verbais. (Cunha e Cintra, 2001, p. 136-137)

Precisam de um termo que lhe complete o significado. (Faraco e Moura, 2002, p.442)

Necessitam de delimitação semântica. (Bechara, 2009, p.415).

De modo geral, os autores citados tratam os verbos transitivos de forma semelhante, contudo, uns particularizam mais que outros. Entre os autores citados destacamos Bechara (2009, p. 414), para quem os verbos transitivos possuem uma grande extensão semântica e que precisam ser delimitados mediante o auxílio de outros signos léxicos (chamados pelo autor de *argumentos* ou *complementos verbais*).

Outro tipo verbal considerado em nossas pesquisas são os verbos de ligação, os quais:

Podem expressar: estado permanente, estado transitório, mudança de estado, continuidade de estado, aparência de estado. São chamados também de copulativos e servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressão de caráter nominal, não trazendo propriamente ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo. (Cunha e Cintra, 2001, p.137).

Estabelecem ligação entre o sujeito e o predicativo do sujeito. Não apresentam significação. (Faraco e Moura, 2002, p.443-444).

Observa-se que os autores versam sobre verbos de ligação de forma análoga. Utilizando de suas próprias palavras, podemos dizer que os verbos de ligação não são verbos significativos como são os verbos transitivos e os intransitivos que possuem um sentido próprio, conforme afirmaram Faraco e Moura (2002, p. 443): “O verbo transitivo e o verbo intransitivo são significativos ou nocionais, isto é, têm um sentido próprio: indicam ação, fenômeno da natureza, desejo, fato. [...] O mesmo não ocorre com os verbos de ligação.”

3.6.1.4 Tipo de Sujeito

Em relação aos sujeitos serão controlados os seguintes tipos de SN²⁹:

SN Pronome pessoal do caso reto.

²⁹ SN (Sintagma Nominal)

Ex.: Eles estão sobre um gramado de cor verde (77-FASP).

SN Outros pronomes (pronome demonstrativo, indefinidos).

Ex.: (...) todos tem direito de ir e vir (45-LSB)

SN Sujeito Pleno.

Ex.: As águas deste ambiente estão azuis (05-TPS)

SN Sujeito Implícito.

Ex.: Já era 6:46 h quando decidiram ir embora (27-CPD)

SN + pronome relativo (que)

Ex.: A paisagem com tons de dia de sol, com três pés de coco que se destacam em meio a flora. (05-TPS)

Segundo Zilles (2000), existe uma maior possibilidade de SN pleno e pronomes indefinidos aparecerem à direita do verbo. Já o SN do tipo pronome pessoal e demonstrativo dificilmente ocorre à direita, assim como SN + pronome relativo (QUE), ocupando, então, uma posição privilegiada para a marcação de plural nos verbos.

3.6.1.5 Material Interveniente

Neste grupo de fatores será verificado o material encontrado entre o SN e o Verbo em termos de número de sílabas, assim como segue:

S-V (Sujeito/Verbo)

Ex: Gaivotas voam em torno do farol (02 IIMM)

S (uma sílaba) V

Ex: Suas folhas se sincronizam e juntas formam um triângulo equilátero (09 NF);

S (duas sílabas) V

Ex.: (...) pois a maioria das pessoas só se preocupa quando se trata (...) (46-EV);

S (três sílabas) V

Ex.: (...) políticos brasileiros que já se acostumaram com os seus desvios de verbas públicas. (37-MEA);

S (quatro sílabas) V

Ex.: (...) as vítimas se fecham e absorvem aquilo, sem pedir ajuda (...) (41-NI);
S (cinco sílabas) V

Ex.: Minhas escolhas como adulta foram todas erradas (17-NFMS);
S (seis sílabas) V

Ex.: (...) porque nas provas que até agora foram feitas se saio muito bem. (76-MPT);
S (sete sílabas) V

Ex.: (...) com suas sandálias brancas, que agora já estavam de outra cor devido a areia (...) (32-EV);
S (oito sílabas) V

Ex.: (...) suas folhas se sincronizam e juntas formam um triângulo equilátero (...) (09-NF);
S (mais de oito sílabas) V

Ex.: Seus olhos é de um azul intenso e expressivos *inspira* confiança. (11-CPD);

Estabelecemos a proposta para o material interveniente devido aos resultados obtidos em diversos estudos (cf. Lemle e Naro, 1977; Naro, 1981; Guy, 1981; Monguilhott, 2001), os quais evidenciaram que quanto mais material interveniente entre o sujeito e o verbo, maior a probabilidade de cancelamento da regra de concordância verbal. Esta observação também foi realizada com Zilles, Maya e Silva (2000) e Mollica (2002). Desta forma, em nosso trabalho, averiguamos a presença de estruturas linguísticas situadas entre o sujeito e o verbo, denominadas de “material interveniente” (MONGUILHOTT, 2001, p.35).

Nossa classificação seguiu a mesma classificação de Monguilhott (2001) a qual conceituou oito níveis (de zero a oito sílabas e mais de oito sílabas).

Na próxima Seção iremos analisar o resultado obtido no *corpus* de nossa pesquisa. Tentaremos observar de que maneira os acadêmicos de Vilhena realizaram as construções linguísticas, se houve a marcação ou ausência de concordância verbal e se realizam a concordância dentro do padrão normativo.

SEÇÃO 4: DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos e a análise dos dados das redações da comunidade acadêmica, com relação à marcação ou ausência de concordância verbal na 3ª pessoa do plural nas variáveis linguísticas por meio das seguintes categorias de análise: saliência fônica; sujeito em relação ao verbo; Tipo de verbo; Tipo de Sujeito e Material Interveniente. Mostramos as tabelas em com os resultados.

Nas tabelas de “Frequência e Porcentagem de Concordância Verbal” existem dois número de ocorrências: o primeiro número refere-se ao total dos itens correspondentes e descritos em cada tabela; e o segundo refere-se o total contabilizado do número de ocorrência de cada variável que consta em cada tabelas.

4.1 Dados das Redações

A análise reunida, do *corpus* da comunidade acadêmica, foi composta de 78 redações analisadas em que foram encontradas 204 ocorrências de terceira pessoa do plural. Em formas percentuais, obtivemos um total de 80,88% de marcação de concordância verbal ou 165 ocorrências contendo marcas explícitas de concordância contra 19,12% ocorrências ou 39 casos de ausência de marcação de concordância entre sujeito e verbo.

4.1.1 Resultados da Variável Saliência Fônica

Na pesquisa, classificamos os verbos com base em dois critérios: o da presença ou ausência de acento na desinência e o da quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural. Mostramos dois níveis de saliência, em que cada nível se apresentam três categorias, conforme denotados nas “Tabelas 1, 2, 3 e 4”.

Utilizamos a escala da saliência fônica adaptada por Naro (1981), a qual é composta por dois planos: Nível 1 – oposição não acentuada, Nível 2 – oposição acentuada.

Esta variável tem sido uma das mais investidas na explicação das tendências de ocorrência da concordância verbal do português brasileiro. Além dos elementos fonéticos, tal princípio associa, também, os elementos mórficos na determinação dos níveis de relevância ou saliência. Ademais, inclui-se ainda, a tonicidade da estrutura linguística que delimita a flexão verbal.

Tabela 1: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica

NÍVEL 1: OPOSIÇÃO NÃO ACENTUADA	VD ³⁰	Nº de Ocorrências	%
a. Nasalização, sem envolver mudança na qualidade da vogal na forma plural	CV ³¹	28/35	80%
b. Nasalização com mudança na qualidade da vogal na forma plural	CV	58/73	79,45%
c. Envolve acréscimo de segmentos na forma plural	CV	10/17	58,82%
TOTAL	CV	96/125	76,80%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 1, em relação à saliência fônica, o maior índice apresentado foi de 80% que se refere a porcentagem em que ocorreu a concordância verbal nas estruturas linguísticas dos informantes, relativa ao item 'a', nasalização sem envolver mudança na qualidade da vogal na forma plural, do nível 1 que trata das oposições não acentuadas. Em contraposição, o menor índice de marcas de concordância verbal foi de 58,82%, dos verbos do item **c** envolvendo acréscimo de segmentos na forma plural.

O nível que apresentou o maior índice de porcentagem foi aquele de oposição acentuada, isto é, o nível em que a saliência, entre o singular e plural, é mais perceptível. Estes percentuais reforçam os resultados de outras pesquisas que já haviam analisado esta variável com a oposição acentuada. Contribui, ainda, para a verificação da variável saliência fônica na concordância verbal com a presença de marcas explícitas de plural nos verbos, enquanto a oposição não-acentuada apresenta maiores probabilidades de marcas zero de concordância. Isso se deve ao fato de que, segundo Naro e Scherre (1977), a saliência fônica é a variável de maior destaque por ser responsável pela forte tendência de

³⁰ VD=variáveis dependentes.

³¹ CV=com concordância verbal

manutenção da marca de plural nos verbos que têm como característica a oposição mais contrastante entre as formas verbais de 3ª pessoa do singular e de 3ª pessoa do plural.

Apresentamos um exemplo do *corpus* o qual ilustra a nasalização sem acréscimo:

Outra delas é um pinheiro, de caule marrom e forte, suas folhas se sincronizam e juntas formam um triângulo equilátero, cada uma delas são tão delicadas que parecem serem bordadas à mão (09-NF).

O exemplo apresenta dois verbos na forma plural. O primeiro verbo está em consonância com a forma de nasalização sem mudança da vogal que foi flexionado no plural “parecem” pelo informante realizando a concordância verbal dentro do padrão normativo. Quanto ao segundo verbo “serem” o informante utiliza fora dos padrões normativos, pois, segundo a norma, deveria ficar sem flexão na forma infinitiva. Observamos na construção do período que a informante segue um ritmo formulando uma sentença no plural, utilizando “s” em todas as palavras: “uma delas são tão delicadas que parecem serem bordadas”, realizando um ritmo e uma sequência sonora, contínua. Isto, talvez tenha sido o fator que a levou acrescentar a vogal e nasalizar o verbo “ser”.

Conforme os resultados apontados na Tabela 1, a ocorrência de nasalização que não envolve mudanças na qualidade da forma plural decorre devido à ausência de mudança na vogal final antes do acréscimo da desinência do plural. Ex.: conhece/conhecem; vive/vivem; em oposição à concordância que envolve acréscimo de morfemas e vogal temática e desinências, como por exemplo: faz/fazem, possui/possuem.

Tabela 2: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica

NÍVEL 1: OPOSIÇÃO NÃO ACENTUADA	VD	Nº de Ocorrências	%
a. Nasalização, sem envolver mudança na qualidade da vogal na forma plural	SC ³²	7/35	20%
b. Nasalização com mudança na qualidade da vogal na forma plural	SC	15/73	20,55%
c. Envolve acréscimo de segmentos na forma plural	SC	7/17	41,18%
TOTAL	SC	29/125	23,20%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

³² SC=sem concordância verbal

Na tabela 2, verificamos que a maior tendência a não marcação de concordância verbal apresentou o maior índice de porcentagem de 41,18% que ocorre com os verbos agrupados no item c, envolvendo acréscimo de segmentos na forma plural, como em diz/dizem, em oposição ao menor índice de porcentagem, de 20%, com verbos pertencentes ao item a, envolvendo a forma de nasalização, sem envolver mudança na qualidade da vogal na forma plural, como em conhece/conhecem.

Acreditamos que estes resultados se justificam devido à forma que envolve o acréscimo de segmento na forma plural, se constatar pela adição da vogal temática e da desinência na forma verbal. Encontramos no *corpus*, por exemplo, estruturas linguísticas:

O trabalho infantil é hoje crime, isso incentiva as nossas crianças a fazer só algo de errado (...) (24-ETP).

O exemplo mostra que o verbo “fazer” está na forma singular, e para estar de acordo com a concordância verbal padrão deveria envolver o acréscimo de segmentos na forma plural, ou seja, a adição das desinências de modo temporal e de número e pessoa: fazer – fazerem (r) “e+m”.

Tabela 3: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica

NÍVEL 2: OPOSIÇÃO ACENTUADA	VD	Nº de Ocorrências	%
a. Nasalização da vogal, acréscimo ou mudança de semivogal	CV	14/15	93,33%
b. Envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural	CV	12/14	85,71%
c. Envolve acréscimo de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudança na raiz e até mudanças completas	CV	43/50	86%
TOTAL	CV	69/79	87,34%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

A tabela 3 apresenta o nível 2, oposição acentuada. Nesse nível, percebemos uma tendência maior de concordância verbal com os verbos do item a, que envolvem a nasalização da vogal, com acréscimo ou mudança da semivogal, como por exemplo, tá/tão. O índice apresentado foi de 93,33% de concordância verbal produzido pelos informantes, contra um índice de ocorrência

de 85,71% do c, que são os verbos com envolvimento de acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural. O resultado registra a existência de casos em que o verbo apresenta a nasalização na 3ª pessoa do plural, decorrente de uma junção de uma vogal mais uma semivogal ocorrida na 3ª pessoa do singular. Ex.: vai/vão.

Como exemplo, apresentamos uma estrutura do *corpus* que mostra o verbo 'ir' nesta forma:

E a cada dia esse índice cresce, e esses marginais que cometem esse crime muitas vezes ficam impunes e quando **vão** presos, algum tempo depois ganham liberdade, e volta a cometer os mesmos atos, a justiça está falha e por causa disso muitos serão as próximas vítimas (44-LP).

O exemplo aponta o verbo 'ir' com nasalização na 3ª pessoa do plural. A predominância do caso se dá pela quantidade de material fônico nasalizado.

Segundo Naro (1981), a marcação da concordância é favorecida quando as terminações verbais apresentam acento na forma singular e na forma plural ou em ambas, no nível 2, na escala hierárquica em que há uma quantidade de diferenciação do material e na marcação do acento no nível fonético, que apresenta a seguinte transcrição acentuada: [-á / -áv]. Na escrita representa vogal, semivogal + nasalização. Ex.: vai/vão; dá/dão.

O exemplo também mostra a não marcação da concordância no verbo 'voltar' em 'volta' que não concorda com o sujeito "esses marginais" nessa construção textual. Isso ocorre porque o sujeito está distante desse verbo, o que ocasionou a ausência da marcação da concordância. O falante não mais reconhece esse verbo como pertencente ao sujeito "esses marginais", pois constata-se que esse verbo está numa outra sentença do período ligada pelo aditivo "e" isso dificulta o reconhecimento do sujeito pelo falante. Embora esse verbo pertença a outro elemento de saliência fônica, o da nasalização com mudança na qualidade da vogal na forma plural: volta/voltam, o analisamos também neste item.

Tabela 4: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Saliência fônica

NÍVEL 2: OPOSIÇÃO ACENTUADA	VD	Nº de Ocorrências	%
a. Nasalização da vogal, acréscimo ou mudança de semivogal	SC	1/15	6,67%
b. Envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural	SC	2/14	14,29%
c. Envolve acréscimo de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudança na raiz e até mudanças completas	SC	7/50	14%
TOTAL	SC	10/79	12,66%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 4, em que está relacionado o nível 2, oposição acentuada, observamos que o índice de ocorrência foi maior nos verbos que fazem parte do item **b** que envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural, com 14,29% de estruturas sem marcas de concordância verbal, nas redações dos informantes. Em oposição, com 6,67%, notamos a menor ocorrência nos verbos do item **a** em que há nasalização da vogal, com acréscimo da semivogal. Neste nível, o resultado se verifica porque houve um acréscimo de morfemas como vogal temática e desinência modo temporal, ou seja, há uma diferenciação significativa de acréscimo do material fonético, em oposição à forma singular e plural. Ex.: bateu/bateram [-év / érũ], (bateu – bat = radical; e= vogal temática; u= desinência de número e pessoa; bateram – bat = radical; e=vogal temática; ram = desinência de número e pessoa)

Apresentamos um exemplo do *corpus* que mostra o verbo “sofrer” com este segmento:

Ex.: Hoje em dia nas escolas, local de trabalho em casa, e nas ruas de dez pessoas oito já sofreu bullying que é um mal que esta se alastrando no meio da sociedade (45-LSB).

O exemplo mostra a forma verbal ‘sofreu’ com variante zero de plural, sem a flexão exigida pela norma padrão. Assim, se o verbo estivesse em consonância com o sujeito, passaria para a 3ª pessoa do plural na forma flexionada, o qual se acrescentaria ao radical, a desinência modo temporal ‘-ram’: ‘sofreram’. No entanto, o que aconteceu com o verbo ‘sofreu’ foi uma variação na concordância de número em que, além da perda da nasalização, houve, também, a perda da desinência de número e pessoa –ram.

Para a pesquisa foram utilizados a proposta de Naro em relação ao estudo da Saliência Fônica (1981 *in* CHAVES 2004, p. 531), pautada em dois parâmetros: 1) presença ou ausência de acento na desinência; 2) quantidade de material fônico na oposição singular/plural.

A marcação da concordância verbal, na produção dos informantes, foi registrada nos seguintes níveis de saliência fônica: nível 1a) Nasalização, sem envolver mudança na qualidade da vogal na forma plural e nível 1c) Envolve acréscimo de segmentos na forma plural; nível 2a) Nasalização da vogal, acréscimo ou mudança de semivogal e nível 2b) Envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural.

Houve maior registro, para efeito da saliência fônica, nas situações dos itens “a” do nível 1 e “a” do nível 2 por se tratarem de casos de nasalização na formação do verbo na 3ª pessoa do plural. Os dois itens tratam de nasalização, no entanto, o nível 1a ocorre apenas acréscimo de vogal nas formas verbais, como por exemplo: sabe/sabem, enquanto o nível 2a, há mudanças de vogal. Como por exemplo: dá/dão.

Para Naro (1981), a marcação da concordância verbal é favorecida quando as terminações verbais apresentam acento tônico na forma singular ou plural, correspondentes ao nível 2. A quantidade de diferenciação material fônico, no *corpus*, exposta de maneira crescente no nível 2, a qual trata da nasalização com acréscimo, pode ser entendida da seguinte forma: $b < c < a$, na realização da concordância verbal. A fórmula implica dizer que o nível “a” foi o mais produtivo e relevante na marcação da regra de concordância verbal.

Em relação a escala da saliência fônica no nível 1 “c” e nível 2 “b”, por exemplo os verbos ‘quer’/‘querem’, ‘faz’/‘fazem’ e consequentemente bateu/bateram, pudemos constatar, nos registros dos dados, formas verbais com variante zero de plural. O comportamento dos verbos que apresentam desinências fônicas, na oposição singular/plural, caso de ‘faz’/‘fazem’, foi responsável pela não aplicação da regra de concordância. Segundo Guy (1981), os verbos na categoria dos pretéritos se tratam de forma de menor saliência na oposição singular/plural devido apenas o acréscimo de ‘-ram’ na forma plural, por exemplo: ‘disse’/ ‘disseram’. Por este motivo, teriam menor probabilidade de marcação explícita de concordância verbal. Foi o ocorrido no *corpus*, ou seja, os

informantes não utilizaram a concordância verbal, deixando os verbos na 3ª pessoa do singular.

Quanto ao nível 2 “b” em que se agrupam os verbos ‘bateu’/‘bateram’, ‘bebeu’/‘beberam’, verificamos nas construções linguísticas dos informantes que foram utilizados verbos da primeira e segunda conjugações do pretérito. Segundo Guy (1981), os verbos nos casos da primeira conjugação apresentam alteração da vogal temática (/o/ > /a/), enquanto nos casos da segunda conjugação, a vogal temática se mantém inalterada na oposição singular/plural.

Conforme informações dos dados da Tabela 4 observamos que não ocorreu a alternância da vogal porque não houve a flexão plural, permanecendo o verbo no singular, o que ocasionou a inaplicabilidade da norma padrão nas estruturas linguísticas dos informantes.

Nesses parâmetros, a análise da saliência fônica aponta um índice maior para a marca da concordância verbal, ao se considerar as quatro tabelas nas quais ocorreram respectivamente os índices de 80% no nível 1a e 93,33% no nível 2a. Tal fato nos remete a dizer que os informantes tiveram maior produtividade na construção da escrita dentro dos padrões da norma culta.

4.1.2 Resultados da Variável Posição do Sujeito em Relação ao Verbo

Nas tabelas 5 e 6 apresentamos os dados da ocorrência da posição do sujeito em relação ao verbo com marca de concordância verbal e sem marca concordância verbal.

Tabela 5: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Posição do sujeito em relação ao verbo

POSIÇÃO	VD	Nº de Ocorrências	%
SN anteposto	CV	159/191	83,25%
SN posposto	CV	6/13	46,15%
TOTAL	CV	165/204	80,88%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 5 houve a ocorrência em maior índice da posição do sujeito anteposto ao verbo, com índice de 83,25% em contraposição ao sujeito posposto ao verbo, cujo índice foi de 46,15% nas construções linguísticas dos informantes.

Constatamos que as construções linguísticas das redações dos informantes apontam para maior ocorrência da marca de concordância verbal, isto é, seguem os padrões normativos, quando o sujeito vem na ordem direta anteposto ao verbo (SV).

Apresentamos exemplo do *corpus* de ocorrência com a variável Posição do sujeito em relação ao verbo - sujeito anteposto ao verbo com concordância verbal:

Rodeada pela imensidão do mar, céu azul onde as gaivotas voam livremente (02IIMM).

A sentença exemplificada mostra o sujeito anteposto ao verbo estabelecendo a concordância: “as gaivotas voam”, pois há presença marcada do sujeito na ordem direta S+V, ou seja, posição do sujeito em relação ao verbo com marcação de concordância estabelecida pela estrutura da língua.

Resultados de pesquisas do Português Brasileiro (Lemle; Naro, 1977; Pontes, 1986; Scherre; Naro, 1998; Monguilhott, 2001, 2009; Silva, 2003) indicam que a probabilidade de concordância verbal com o SN anteposto ao verbo concorre para maior marca de concordância, independente da escolaridade do falante. A presença da marcação de concordância pode estar relacionada com o traço semântico do sujeito [+humano]³³ que segundo Monguilhott (2009, p. 311), quando a estrutura sintática apresenta o sujeito favorece a marcação da concordância verbal.

Constatamos que os informantes por possuírem a língua interiorizada conhecem a ordem sintática S+V+O, por isso sabem realizar as construções da língua sem dificuldades com o sujeito anteposto. Desta forma, o índice de porcentagem foi o maior apresentado.

³³Scherre e Naro (1998) e Monguilhott (2001) controlaram como grupo de fator os traços do SN do tipo[+/-humano] em que esperavam que quando o traço do sujeito for [+humano], a probabilidade de marcas de concordância no verbo fosse maior.

Tabela 6: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Posição do sujeito em relação ao verbo

POSIÇÃO	VD	Nº de Ocorrências	%
SN anteposto	SC	32/191	16,75%
SN posposto	SC	7/13	53,85%
TOTAL	SC	39/204	19,12%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

A tabela 6 da variável posição do sujeito em relação ao verbo (sem concordância verbal) apresenta um maior índice do SN posposto, com 53,85% em oposição ao SN anteposto que apresentou um índice de 16,75%.

Diante do quadro, verificamos que os informantes estruturaram, em maior porcentagem, sentenças que apresentam ausência de concordância no plural, desta forma, não fizeram uso da regra de concordância verbal, ocasionando uma variante zero de plural com sujeito posposto ao verbo. Esta falta de concordância pode ser analisada da seguinte forma: quando o sujeito ocupa posição pós-verbal, ao realizar a concordância, pode haver um equívoco com o outro SN objeto. Muitos alunos, ao analisarem sintaticamente uma oração como “chegaram as cartas”, analisam, por exemplo, ‘as cartas’ como objeto direto do verbo ‘chegar’.

Apresentamos exemplo do *corpus* de ocorrência com a variável “Posição do sujeito em relação ao verbo” - Sujeito posposto ao verbo sem concordância verbal:

Mais para Júlia a moça que perdera a mãe vai ficar só as lembranças de uma mãe que tinha (28-LSB).

O exemplo apresenta a posição do sujeito as lembranças posposto a locução verbal ‘vai ficar’. A inversão do sujeito e verbo provoca um equívoco na construção escrita que leva os informantes a confundir o sujeito as lembranças como se fosse um objeto da sentença em relação a locução verbo vai ficar.

Pontes (1986) postula que a posição do sujeito sintagma posposto evidencia que esse tipo de sujeito apresenta característica de objeto. A autora ressalta que parcela significativa de falantes pesquisados na UFMG apresentaram

grande dificuldades na marcação de concordância com este tipo de sintagma, fato este ocorrido na nossa análise.

4.1.3 Resultados da Variável Tipo de Verbo

Nas tabelas 7 e 8, a seguir, apresentamos a variável Tipo de verbo que compõem quatro subdivisões: verbo intransitivo, verbo transitivo (direto e indireto), verbo de ligação (cópula) e os verbos inacusativos. Os resultados obtidos estão reproduzidos abaixo:

Tabela 7: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de verbo

TIPO DE VERBO	VD	Nº de Ocorrências	%
Intransitivo	CV	29/35	82,86%
Transitivo	CV	72/95	75,79%
Cópula	CV	64/71	90,14%
Inacusativos	CV	0/3	0,0%
TOTAL	CV	165/204	80,88%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

A tabela 7 apresenta o maior índice de ocorrência da variável Tipo de Verbo da Cópula num total de 90,14%, seguido dos verbos intransitivos num total de 82,86% e dos verbos transitivos com 75,79%. Pelos resultados apontados, os informantes elaboraram mais construções linguísticas com verbos copulativos, porém, por se tratar de verbos que admitem a concordância com o sujeito e com o predicativo, não podem ser incluídos na regra da concordância verbal que estabelece a concordância do sujeito com o verbo de modo intrínseco.

A autora Monguilhott (2010, p. 312) comprova este fato ao dizer que o verbo cópula apresenta um comportamento particular, qual seja, permitir tanto concordância com o sujeito quanto com o predicativo, principalmente quando um dos termos envolvidos corresponde ao pronome indefinido '*tudo*'.

Ainda, para Monguilhott, o verbo cópula é aquele

que seleciona uma SC, do Inglês *small clause*, pequena oração. O cópula é um verbo monoargumental inacusativo; no entanto, ao invés de selecionar um argumento interno, seleciona uma pequena oração; por isso, o categorizamos separadamente, pois acreditamos que tenha comportamento diferenciado no que se refere à concordância verbal. (MONGUILHOTT, 2010, p. 6)

Destacamos que os verbos inacusativos não entraram na análise por apresentarem baixo índice de ocorrência, apenas 1,47%, um índice não significativo para análise.

O uso de verbos intransitivos nas construções linguísticas que marcam a concordância verbal dentro dos padrões normativos, com maior produtividade, justifica-se porque “o verbo de uma construção intransitiva seleciona apenas um argumento externo” (MONGUILHOTT, 2010, p. 6). Os verbos intransitivos na Língua Portuguesa são aqueles cujo sentido não transita para algum complemento e ainda apresentam um significado lexical referente a realidades concretas, porém, estes verbos podem ter complementos, não do tipo objeto, mas do tipo advérbio, por exemplo:

Mais a frente tem árvores de porte médio, suas folhas **variam** na mais diversas espessuras e tamanho (09-NF).

Neste exemplo, o informante utiliza o verbo “variar”, que trata de um verbo intransitivo, numa sentença construída com marca de plural na 3ª pessoa do plural, seguindo as normas padrões.

Outro índice relevante de produtividade encontrada nas construções linguísticas foi o uso da marca plural nas formas verbais dos verbos transitivos, que segundo Monguilhott (2010, p. 6), constitui um verbo de uma construção transitiva, aquele que seleciona um argumento externo e um argumento interno, necessariamente.

O verbo transitivo é um fenômeno linguístico que determina as relações entre um significado de um verbo e seus complementos chamados de objetos direto e indireto. Desta forma o que determina a transitividade é a ocorrência do complemento (objeto), quando há ocorrência direta não há uso da preposição, se a ocorrência for indireta ocorre o uso. Para Cunha e Souza (2007), as construções linguísticas transitivas descrevem eventos que potencialmente envolvem pelo menos dois participantes, um agente que é responsável pela ação codificado sintaticamente como sujeito e um paciente que é envolvido nessa

ação, codificado como objeto direto. Tais participantes são chamados de “argumento do verbo”. Do ponto de vista sintático, todas as construções sintáticas que tenham um objeto direto ou indireto são transitivas, as que não tem são intransitivas. Desta forma, toda manifestação discursiva realizada por um verbo potencialmente transitivo depende de fatores pragmáticos como a perspectiva, a partir da qual o informante pode interpretar e comunicar o evento narrado, ou seja, fazer uso da língua. Por isso, a transitividade pode ser considerada um *continuum* da oração e não uma propriedade do verbo.

Para Neves (1991, p.59), é o sistema que dá conta basicamente da seleção de processos e relações de seus participantes e da seleção de funções sintáticas na estrutura da frase ou do texto.

Tabela 8: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de verbo

TIPO DE VERBO	VD	Nº de Ocorrências	%
Intransitivo	SC	6/35	17,14%
Transitivo	SC	23/95	24,21%
Cópula	SC	7/71	9,86%
Inacusativos	SC	3/3	100%
TOTAL	SC	39/204	19,12%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 8 o maior índice de apresentado está relacionado aos verbos transitivos, com 24,21% referente ao uso de construções linguísticas pelos informantes.

A não marcação da concordância é um fator condicionado pela posição do sujeito na oração. Neste caso, mesmo ocorrendo a posição do sujeito na ordem direta S+V+C, o que facilitaria para a marcação da concordância verbal, os informantes não aplicaram a regra, conforme exemplificado:

Os pais trabalham muito e deixa de cumprir sua responsabilidade (...)
(67-EVS)

Neste exemplo o sujeito “os pais” deveria estar em concordância com o verbo “deixar”, na 3ª pessoa do plural. Porém, como houve um distanciamento

entre o sujeito e o verbo, pela sentença “trabalham muito e”, isso favoreceu a ausência da concordância, na terceira pessoa do plural, com o verbo mais distante.

4.1.4 Resultados da Variável Tipo de Sujeito

Nas tabelas 9 e 10 apresentaremos a distribuição percentual dos tipos de sujeitos selecionados nesta pesquisa: SN Pronome Pessoal do caso reto; SN “outros pronomes”³⁴; SN Pleno e SN Implícito.

Tabela 9: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de Sujeito

TIPO DE SUJEITO	VD	Nº de Ocorrências	%
SN Pronome Pessoal do caso reto	CV	4/5	80%
SN “outros pronomes”	CV	8/8	100%
SN Pleno	CV	108/131	82,44%
SN Implícito	CV	45/60	75,00%
TOTAL	CV	165/204	80,88%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 9, mostramos a ocorrência de um índice de 82,44% do SN Pleno, utilizado nas construções linguísticas dos informantes, seguido de um índice de 80% do SN Pronome pessoal do caso Reto e de 75% do SN Implícito na concordância verbal na 3ª pessoa do plural.

Com relação às categorias menos utilizadas pelos informantes, o SN Pronome pessoal do caso reto foi o que apresentou menor ocorrência, apenas cinco, seguido do SN “outros pronomes”, no qual estão os pronomes demonstrativos e indefinidos, os quais apresentaram oito frequências com 100% de aplicação da regra de concordância. Apesar de considerarmos as construções

³⁴Em nossa pesquisa consideramos “outros pronomes”, da variável Tipo de Sujeito, os pronomes, demonstrativos e indefinidos: demais, estas, estes, todos, muito.

com o SN “outros pronomes” significativas, elas não serão analisadas, pois dentre as oito ocorrências os pronomes foram variados.

Verificamos que os informantes tiveram maior produtividade na elaboração de construções com o SN Pleno que apresentou maior favorecimento à marcação de plural na concordância verbal:

As casinhas mesclam entre tons de amarelo e branco (09-NF).

Neste exemplo, identificamos a concordância, de acordo com a norma padrão, com a 3ª pessoa do plural. Trata-se de um sujeito pleno construído SN ‘as casinhas’ em concordância com o verbo ‘mesclar’ na 3ª pessoa do plural ‘mesclam’.

O SN Implícito também teve produtividade significativa nas construções linguísticas dos informantes quando realizaram a concordância verbal na 3ª pessoa do plural.

Carvalho (2005, p. 107) enfatiza que com o sujeito nulo, o índice elevado de ocorrência deve-se às estruturas, nas quais são utilizadas as formas nominais dos verbos e o sujeito é expresso no contexto ou é utilizada a versão impessoal do verbo.

Para a nossa análise o SN Implícito ou Oculto é aquele que não aparece representado por palavras na sentença, mas pode ser reconhecido pelas desinências do verbo ou pelo contexto, como no exemplo:

Futebol está no coração daqueles que fazem dele um exercício pra alma, como aqueles garotos, que mesmo passando por situações difíceis, estavam lá brincando se divertindo e lavando a alma com alegria (19-LP).

O exemplo apresenta um SN implícito na oração independente, no verbo “estar” flexionado na terceira pessoa do plural, no qual só se pode reconhecer o sujeito pelo contexto ou pela desinência da pessoa do verbo, neste caso, 3ª pessoa do plural “eles”. Assim, “eles” se torna o sujeito implícito daquela sentença.

Quanto à produtividade da concordância do sujeito pleno com o verbo na 3ª pessoa do plural constatamos a utilização de construções com o sujeito na ordem direta (S+V+C), anteposto ao verbo. Em relação ao sujeito implícito, a significativa produtividade se deve ao fato de que as construções linguísticas são

sempre iniciadas por verbos, seja no início de parágrafo ou no meio de um período. O sujeito implícito normalmente vem à esquerda de um verbo.

Tabela 10: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável tipo de Sujeito

TIPO DE SUJEITO	VD	Nº de Ocorrências	%
SN Pronome Pessoal do caso reto	SC	1/5	20%
SN “outros pronomes”	SC	0/8	0,0%
SN Pleno	SC	23/131	17,56%
SN Implícito	SC	15/60	25,00%
TOTAL	SC	39/204	19,12%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 10 mostramos um índice de 25% de construções linguísticas em que o SN Implícito não concorda com o verbo. Esta foi a incidência de não concordância entre sujeito e verbo de 3ª pessoa do plural, em oposição a 17,56% de ocorrência do sujeito Pleno.

Entre as 60 construções analisadas, nas quais os informantes utilizam o SN Implícito, 15 ocorrências são encontradas em sentenças nas quais o sujeito implícito está em desacordo com o verbo que o complementa, como no exemplo:

Pessoas ficam cada vez mais expostas a riscos de acidentes devido a imprudência de muitos condutores que bebem, falam ao celular, não respeitam a sinalização do trânsito entre outros, sem se preocuparØ com o risco em que colocam suas vidas e a de outras pessoas. (46-EV).

Verificamos no exemplo que a oração “sem se preocupar com o risco em que colocam suas vidas e a de outras pessoas” segue numa sequência em que o sujeito está explícito na oração: “(...) devido a imprudência de muitos condutores que bebem (...)”. Os verbos que seguem este sujeito concordam com ele, observando o que prediz a gramática normativa, no entanto, diante de um período composto, o verbo da oração não concorda com o sujeito que se encontra implícito, pois o verbo está na 3ª pessoa do singular caracterizando morfema Ø para desinência temporal evidenciando a não marcação da concordância verbal.

A ausência da concordância verbal no sujeito explícito acontece porque os informantes realizam construções coordenadas/subordinadas regidas por “porque” ou outros conectivos. Nestas construções, os informantes se deparam com verbos distantes do sujeito utilizado na construção, de modo que o distanciamento ocasiona o uso do verbo na 3ª pessoa do singular sem a marca de plural. No caso do sujeito implícito a falta de concordância se deve a marca da pessoa no verbo porque a representação do SN por um pronome pessoal está ausente da estrutura sintática, ou do período construído. O SN tem que ser pensado e resgatado no momento da construção linguística.

Desta forma, será importante observar o paradigma pronominal nominativo, em português, e considerar que a categoria de pessoa é inerente ao pronome e não ao verbo e o número decorre da pessoa, no verbo. Ou seja, as categorias de pessoa e número são herdadas, no verbo.

4.1.5 Resultados da Variável Material Interveniente

Nas tabelas 11 e 12 apresentamos a variável Material Interveniente, a qual considera o distanciamento do sujeito em relação ao verbo. Este distanciamento pode variar em número de sílaba, desde zero até mais de oito sílabas. Em nossa pesquisa consideramos três escalas de distanciamento: zero sílaba; de um a quatro sílabas e de cinco a mais de oito sílabas.

Tabela 11: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Material Interveniente

MATERIAL INTERVENIENTE	VD	Nº de Ocorrências	%
Zero sílaba	CV	69/81	85,19%
De 01 a 04 sílabas	CV	48/58	82,76%
De 05 a + de 08 sílabas	CV	48/65	73,85%
TOTAL	CV	165/204	80,88%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 11 apresentamos a ocorrência do número da variável de material interveniente zero sílaba com maior índice de ocorrência pelos informantes com

85,19% em oposição ao menor índice de ocorrência que foi de 73,85% para a variável de cinco a mais de oito sílabas. Verificamos que quando ocorre zero sílaba entre o sujeito e o verbo nas construções linguísticas, a probabilidade da marcação da concordância verbal, na norma de prestígio é favorecida. Para Scherre (1994), isto acontece porque quanto mais direta for a relação entre sujeito e verbo mais concordância verbal será encontrada e quanto menos óbvia for esta relação, menos chances de encontrar marcas explícitas de plural nos verbos. Por exemplo:

Todas as árvores dançam juntas a melodia do vento, que sopra forte e gelado sobre nós (09-NF).

Neste exemplo, temos a concordância entre sujeito e verbo sem material interveniente, ou seja, ocorre a relação direta entre sujeito e verbo que favorece o processamento textual contínuo no parágrafo.

Os dados apontados em relação a zero sílaba no sujeito e verbo se coadunam com a perspectiva de Lucchesi (2015), segundo a qual o sujeito imediatamente anteposto ao verbo constitui-se como o contexto que mais favorece a concordância (2015, p.185). Isso se deve à facilidade de processamento linguístico, pois a especificação de pessoa e número do SN está explicitamente disponível, imediatamente antes do verbo.

Tabela 12: Frequência e Porcentagem de Concordância verbal segundo a variável Material Interveniente

MATERIAL INTERVENIENTE	VD	Nº de Ocorrências	%
Zero sílaba	SC	12/81	14,81%
De 01 a 04 sílabas	SC	10/58	17,24%
De 05 a + de 08 sílabas	SC	17/65	26,15%
TOTAL	SC	39/204	19,12%

Fonte: dados coletados, compilados e tabulados pela pesquisadora

Na tabela 12, o maior índice de ocorrência apontou para a variável material interveniente de cinco a mais de oito sílabas apresentando 26,15% de ocorrências em oposição ao menor índice de ocorrência que foi de 14,81% para a variável de zero sílaba.

Assim, quanto mais material interveniente entre o sujeito e o verbo, maior probabilidade da não marcação do plural. Estes dados já foram comprovados por Lemle e Naro, 1977; Naro, 1981; Guy, 1981, cujos estudos demonstraram que quanto mais material interveniente entre o sujeito e o verbo, maior a probabilidade de neutralizar a regra de concordância verbal.

O material interveniente na pesquisa constitui a quantidade de sílabas interpostas entre o verbo e sujeito, com os elementos: zero sílaba; uma a quatro sílabas e cinco a mais de oito sílabas. Por exemplo:

No cartaz aparece suas mãos en/ru/ga/da/, e/ com/ vei/as/ gros/sas/, que/ trançava com experiência uma peça (12-AJS).

O exemplo mostra que há um distanciamento com 11 sílabas que separa o sujeito do verbo. Isto provoca a não marcação da concordância na 3ª pessoa do plural. O distanciamento bloqueia o processamento linguístico da estrutura deixando o verbo isolado, propiciando a sua permanência na 3ª pessoa do singular.

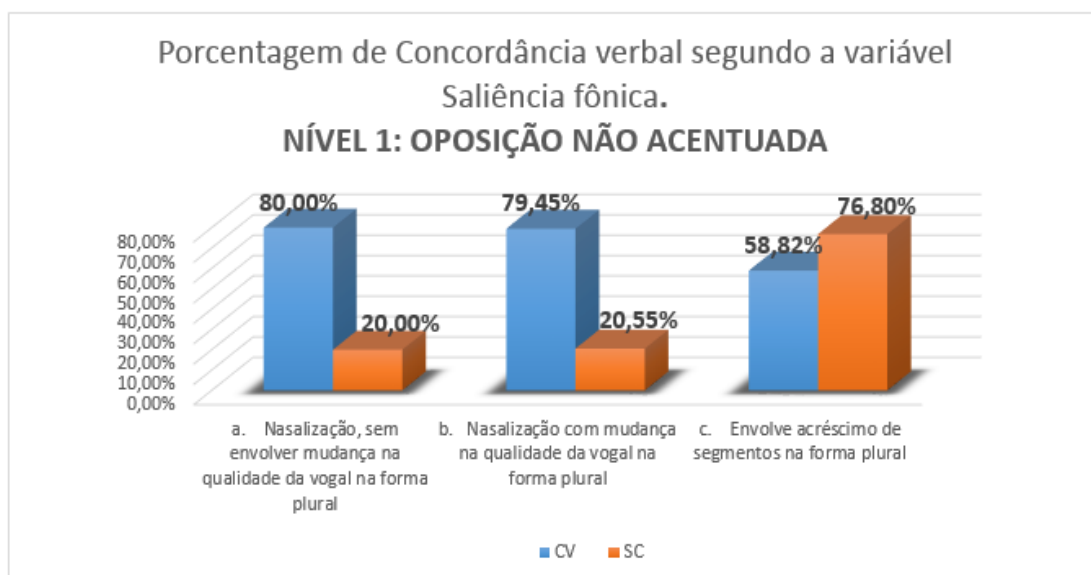
Os estudos de Lemle e Naro, e Scherre, corroboram também a posição de Zilles, Maya e Silva (2000) e Mollica (2002), para quem quanto maior o distanciamento entre verbo e sujeito, maior é o favorecimento à omissão de ocorrências com concordância, devido à presença de material interveniente.

SEÇÃO 5: RESULTADOS DA ANÁLISE

Nesta seção, apresentamos seis gráficos de porcentagem de acordo com as variáveis independentes trabalhadas, ou seja: Gráfico 1 - Saliência fônica do Nível 1: Oposição não acentuada; Gráfico 2 – Saliência fônica do Nível 2: Oposição acentuada; Gráfico 3 – Sujeito em relação ao verbo; Gráfico 4 - Tipo de verbo; Gráfico 5 - Tipo de Sujeito e Gráfico 6 - Material Interveniente.

Em cada gráfico será observado e analisado o maior índice de porcentagem sobre o fator com concordância verbal (CV) e sem concordância verbal (SC).

Gráfico 1:



O gráfico 1 apresenta um índice de ocorrência de 80% da variável saliência fônica na nasalização sem mudança da vogal no plural com concordância verbal, em oposição a um índice de 76,80% de saliência fônica com envolvimento de acréscimo de segmentos no plural na ausência de concordância verbal.

Constatamos pelo gráfico que os informantes nas construções textuais realizaram a concordância verbal por meio de um acréscimo nasalizado sem mudança de vogal na forma plural nas suas construções escritas, e quando precisavam elaborar textos que necessitavam alterar o verbo, envolvendo

acréscimos de morfemas na forma plural, faziam-no sem a marcação da concordância verbal.

De acordo com Tarallo (1990), essa ausência de concordância resulta de perdas morfológicas não encaixadas que, para o autor, não foram provocadas por mudanças em curso em outras partes da gramática. Contudo, esses ganhos morfológicos “não encaixados” podem se tornar “encaixados” por serem passíveis de modificações posteriores.

Os informantes, em certa construção linguística, podem elaborar frases com o verbo na 3ª pessoa plural de acordo com a norma padrão, ocorrendo um ganho morfológico encaixado, ou ainda, em outro momento, realizar outra construção em que a ausência da concordância apareça, construindo assim, outra variável linguística com a perda morfológica não encaixada.

Nos exemplos retirados das redações, confirmam esta relação da perda e dos ganhos morfológicos. No primeiro exemplo, os verbos estabelecem a concordância verbal de acordo com a norma de padrão, considerada de prestígio, enquanto no segundo, realizam mudança da variável, efetivando a concordância, fugindo da norma de prestígio estabelecida.

Exemplo 1: Variável saliência – Nível 1a com concordância verbal:

Rodeada pela imensidão do mar, céu azul onde as gaivotas voam livremente. Pedacinho de terra onde o verde encanta e os pés de coqueiros gigantes parecem dizer: a paz habita aqui. Lugar lindo onde o verde das plantas e o azul do céu refletem na água do mar. Gaivotas voam em torno do farol pintado de preto e branco um pouco mais alto que os pés de coqueiros. Mar calmo sem grandes agitações, uma pequena embarcação à vela, nas cores amarelo bebê, vermelho e azul amarrado com corda num tronco próximo da ilha. (02-IIMM)

Exemplo 2: Variável saliência – Nível 1c sem concordância verbal:

Atualmente o numero de pessoas que vem sofrendo bullying vem aumentando a cada dia. Pessoas com cor diferente religião e opção sexual diferente, crase social entre outros são os que sofrem bullying.

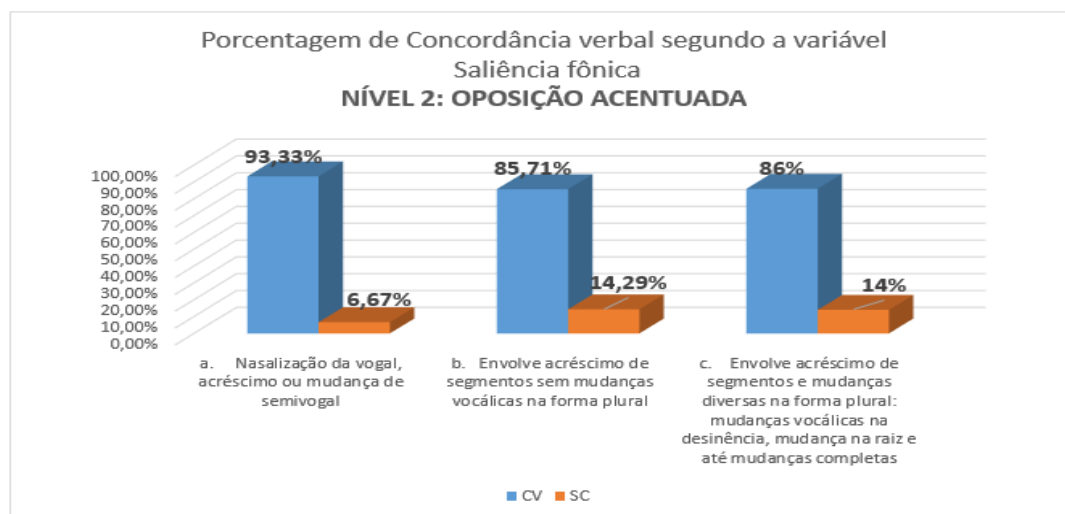
Hoje em dia as pessoas são orientadas para não praticar esse tipo de crime pois pode levar a prisão desses certos indivíduos que o praticão. Pessoas que são discriminadas podem ficar com traumas pelo resto da vida se não tiver o acompanhamento médico. (43-RGS)

Ainda, em relação ao exemplo 2, observamos a construção de algumas palavras: individos, praticão e crase em que há uma descompensação ou uma irregularidade de mudança fonológica, no momento da construção escrita, procedente de princípios de analogia com a fala, estabelecidos em processos operantes que independem da função morfológica, sintática e semântica da palavra. Para a analogia, entram em ação os processos operantes na mudança fonológica no nível da gramática, da morfologia e da sintaxe. Com isso, a variação de uma língua consiste na maneira pela qual se diferencia de outras formas da linguagem sistematizada e coerente, podendo variar de acordo com fatores: tempo, espaço, nível cultural e a situação a qual o falante se manifesta verbalmente (SOUZA, 2014, p. 2-4).

Segundo Labov (1972) a concordância verbal constitui um fenômeno típico de variação sistemática, correspondendo a modos alternativos de dizer a mesma coisa, apontando para o mesmo significado referencial. “Dois enunciados podem referir-se ao mesmo estado de coisa apresentando o mesmo valor de verdade e se constituírem como variantes de uma mesma variável” (1972, p.78).

Dessa forma, a língua ultrapassou as fronteiras da uma estrutura fria e se descortinou, tornando-se dinâmica, heterogênea, envolvida por variações. Passou a ser valorizada e estudada como um fato social, histórico-cultural compartilhada entre os membros de uma comunidade linguística.

Gráfico 2



O gráfico 2 apresenta um índice de 93,33% no Nível 2, com predominância de marcação de concordância verbal na forma plural, apresentando a vogal nasalizada, e acréscimo ou mudança na semivogal na construção textual dos informantes. Em oposição está o índice de 14,29% de ocorrências sem marcas de concordância verbal, com variável envolvendo acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural.

De acordo com Silva (2009), a variação linguística pode ser explicada sob dois ângulos: a variável dependente e a independente. A primeira se realiza por meio de duas variantes, ou seja, é o conjunto das variantes em foco. A segunda, se constitui em grupos de fatores, os quais motivam a variação em si e podem ser interna e externa a língua.

Um aspecto fundamental é reconhecer na regra variável a influência dos fatores que contextualizam o uso de cada uma das formas variantes. Tal reconhecimento é justificável se o resultado do processo de escolha não for previsível por algum tipo de informação do contexto, isto é, se for uma escolha inconsciente do falante.

Os informantes utilizam de variáveis dependentes para as construções textuais em relação à nasalização da vogal acrescida de semivogal como vai/vão e construções com envolvimento de acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas no plural como faz/fazem. Essas variáveis correspondem a escolhas não previstas no ato da escrita, porém podem ter um grau de favorecimento ou desfavorecimento no contexto. Na verdade, as variáveis são condicionadas às regras que “obrigam” os falantes a usar certas formas, ao invés de outras, e também “existem condições ou regras mutáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer o uso de uma ou de outra forma em cada contexto” (NARO, 2003, p.15).

A escolha do informante com duas ou mais alternativas de palavras, durante o seu desempenho linguístico é sempre influenciada por fatores ou traços do ambiente fonológico, do contexto sintático e da função discursiva do enunciado. No caso da troca dos verbos, ocasionando a não marcação da concordância, ocorreu por influência de traços do ambiente fonológico e sintático. Os exemplos abaixo demonstram isso:

Exemplo 3: Variável saliência – Nível 2a com concordância verbal:

As águas deste ambiente estão azuis com tons de verde e branco. A ilha começa com areia branca ao seu entorno. A paisagem com tons de dia de sol, com três pés de coco que se destacam em meio a flora. Há também um farol de listras pretas e brancas. O céu com nuvens azuis e brancas, que junto a paisagem refletem nas águas. (05-TPS)

Exemplo 4: Variável saliência – Nível 2b sem concordância verbal:

Hoje em dia nas escolas, local de trabalho em casa, e nas ruas de dez pessoas oito já sofreu bullying que é um mal que esta se alastrando no meio da sociedade.
O bullying pode haver e a pessoa for magra, gorda, preta, cabelo bom ou ruim etc. não deveria ter isso na sociedade pois isso pode causar traumas, para o resto da vida. (45-LSB)

No exemplo três, observamos a predominância do uso da concordância da norma padrão, enquanto no exemplo 4, evidenciamos a não marcação da concordância devido ao desempenho linguístico ocasionado por fatores de traços do ambiente fonológico e sintático na construção desfavorecendo a concordância entre sujeito e verbo – “de dez pessoas oito já sofreu bullying”.

Conforme menciona Faraco (2008), sociolinguística é o estudo das correlações sistêmicas entre formas linguísticas variantes consideradas como diferentes formas de dizer a mesma coisa, e determinados fatores sociais, como: classe social, nível de escolaridade, sexo, etnia, entre outros.

Do mesmo modo Mussalim e Bentes (2005) discutem a sociolinguística como o desenvolvimento da língua ajustada ao contexto social da comunidade. A teoria recobre os níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos com finalidade de compreender os fundamentos do preconceito linguístico, a coexistência dos sistemas alternativos e a evolução diacrônica das regras e sistemas. As autoras esclarecem que o principal objeto de estudo da sociolinguística é salientar a diversidade por ser uma propriedade funcional e inerente aos sistemas linguísticos.

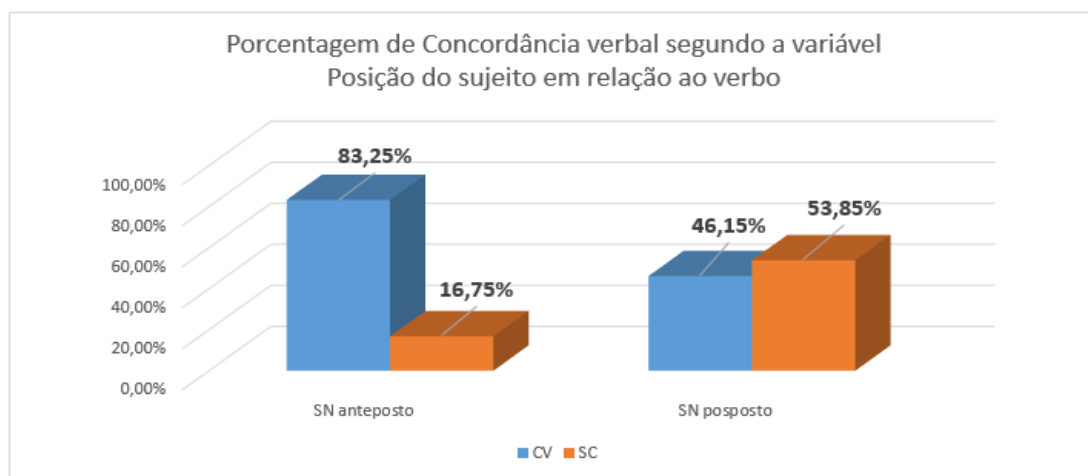
Quanto ao sistema linguístico Camacho (2005) explica:

Se um falante enuncia o verbo “vamos” como [vãmus] e outro falante o emite como [vãmu], podemos assegurar, com base nos postulados da Sociolinguística, que essa inconstância na fala não é o produto aleatório de um uso arbitrário e inconsequente dos

falantes, mas uma prática ordenada e metódica de uma propriedade inerente aos sistemas linguísticos, que é a possibilidade de variação (2005, p. 50).

O autor mostra que o sistema linguístico dispõe ao falante uma gama de possibilidades de variações da língua para o indivíduo fazer uso na sua prática discursiva. O uso da variação ocorre de maneira ordenada e metódica, enquanto propriedade inerente ao sistema.

Gráfico 3



O gráfico 3 confirma uma porcentagem de 83,25% de sentenças com sujeito anteposto ao verbo, com concordância verbal estabelecida numa norma padrão, contrapondo os 53,85% de frequência em sentenças com sujeito posposto ao verbo sem concordância verbal, favorecendo a variante não padrão normativo.

A marcação da concordância verbal com o sujeito anteposto ao verbo pode ser justificada no repertório das estruturas oracionais, utilizadas em textos, quando o sujeito está próximo ao verbo por constituir a ordem canônica S-V-O da frase portuguesa e por ser a concordância verbal a opção preferida do falante. Nesse sentido, Tarallo (1990) enfatiza que o português é normalmente uma língua acusativa, cuja ordem direta é não marcada, cuja ordem é “sujeito-verbo-objeto”, partindo do sujeito ao verbo e segue até o complemento; do conhecido para o desconhecido do informante. O enquadramento na tipologia da ordem direta SVO é resultado de uma mudança linguística iniciada no latim clássico.

Exemplo 5: Variável posição do sujeito em relação ao verbo-sujeito anteposto:

Todas as árvores dançam juntas a melodia do vento, que sopra forte gelado sobre nós.

Do céu branco acinzentado, cai uma garoa fina. As nuvens e o sol estão escondidos atrás da neblina densa. (09-NF)

Na sequência textual apresentada, os informantes construíram todos os verbos flexionados na 3ª pessoa do plural, marcando a concordância verbal nos padrões normativos.

De acordo com Jakobson (1960 *apud* MUSSALIM e BENTES, 2005) o princípio da homogeneidade da variação linguística é uma “ficção desconcertante”, uma vez que todo indivíduo participa de diferentes comunidades linguísticas e todo código linguístico apresenta várias formas abrangendo uma hierarquia de subcódigos diversos escolhidos livremente pelo sujeito falante, segundo a intenção e a relação comunicativa a que este falante se envolve.

Em relação ao sujeito posposto identificado nas construções textuais em que houve a não marcação da concordância verbal, pode-se dizer que a sua ocorrência se deve a fatores como a própria posição do sujeito pós-verbal, o paralelismo³⁵ no nível discursivo da concordância verbal o qual solidificado na estrutura sintática liga-se diretamente ao conceito da variedade linguística num dado contexto.

Exemplo 6: Variável posição do sujeito em relação ao verbo-sujeito posposto:

No cartaz apareceØ suas mãos enrugadaØ, e com veias grossas, que trancavaØ com experiência uma peça (12-AJS).

Mais, para Julia a moça que perdera a mãe vai ficar só as lembranças de uma mãe que tinha (28-LSB).

De acordo com os exemplos, os verbos não mostram a marca da concordância devido ao não reconhecimento do SN pós-verbal, pelo informante.

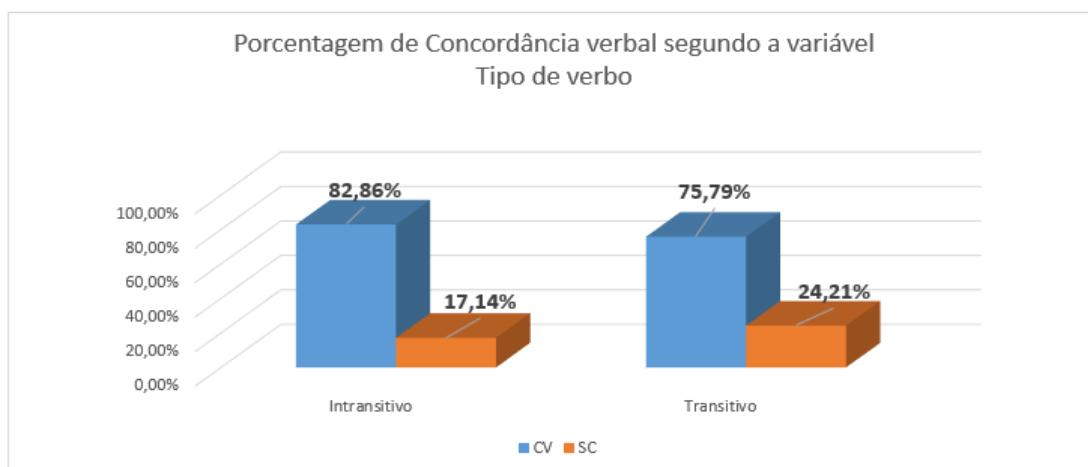
Conforme Scherre (1994, p.11) a concordância verbal do sujeito posposto ao verbo determina variações na marca formal do plural que pode gerar uma reorganização da sentença. A perda da concordância da 3ª pessoa do singular para a 3ª pessoa do plural no verbo imporia limites na flexão que o sujeito ocupa

³⁵ Função que se atribui por conferirem estilo à construção textual – o paralelismo sintático e semântico. Caracterizam-se pelas relações de semelhança existente entre palavras e expressões que se efetivam tanto de ordem morfológica, sintática e semântica.

nas várias posições dentro das sentenças. A questão que se coloca é definir qual seria o estatuto sintático do SN posposto, se seria percebido pelo falante como um sujeito ou como um objeto. Isso, porque o falante não reconhece a marca de flexão verbal, quando o sujeito está depois do verbo, e a falta desta marca gera uma ambiguidade na percepção para a identificação do sujeito posposto.

Nesse sentido, as bases da Teoria da Variação em mudança linguística, sobretudo em relação à interferência dos aspectos da estrutura social na mudança sincrônica da língua, o ponto essencial de investigação é localizar o fenômeno, tanto no contexto estrutural (interno), quanto no contexto social (externo) da língua. Dessa maneira, conforme aduz Weinreich, Labov e Herzog (2006), o estudo da variação e da mudança de uma comunidade de fala é visto como um “processo contínuo” e “subproduto inevitável” da interação linguística.

Gráfico 4



De acordo com o gráfico 4, as construções linguísticas realizadas com os verbos intransitivos foram as que mais estabeleceram a concordância verbal dentro da norma padrão, com um índice de 82,86%, em contraposição às construções realizadas com os verbos transitivos que apresentaram 24,21%, sem a marcação da concordância verbal.

Com relação às construções textuais com os verbos intransitivos, com maior produtividade nas redações pesquisadas, Coelho, Werner e Arduin (2001, p. 14) atestam que tais verbos não constituem um grupo homogêneo no português com relação à ordem da estrutura sintática S-V-O, uma vez que

constituem verbos monoargumentais e a preferência pelo uso do sujeito é pré-verbal, ocorrência confirmada em nossa análise.

Outro aspecto apontado nas construções intransitivas se deve ao fato de que embora os verbos sejam monoargumentativos também são considerados pluri-argumentais por constituírem uma pluralidade de sentidos.

Exemplo 7: Variável tipo de verbo: verbo intransitivo

Mais a frente tem árvores de porte médio, suas folhas variam nas mais diversas espessuras e tamanhos.
(09-NF).

Pessoas ficam cada mais expostas a riscos de acidentes devido a imprudência de muitos condutores que bebem, falam ao celular, não respeitam a sinalização de trânsito entre outros, sem se preocupar com o risco em que colocam suas vidas e a de outras pessoas (46-EV).

Nas construções textuais, os falantes utilizaram verbos monoargumentais, selecionando um sujeito agentivo, favorecendo o uso da regra de concordância verbal.

Como observado no gráfico 4, os verbos transitivos ocorreram sem a marcação da concordância e em sua maioria com o sujeito pré-verbal. A posição do sujeito pós-verbal foi praticamente nula. Isso se deve aos seguintes fatores: o objeto no português não é de modo superficial obrigatório; o sujeito nulo é de um tipo de ocorrência possível; alguns pronomes podem atuar como objeto, é o caso dos pronomes oblíquos. Contudo, segundo Coelho, Werner e Arduin (2001), o verbo transitivo estabelece a relação de ordem-transitividade na medida em que considera o tipo de argumento e a sua relação com ele. Somente o número de argumentos pode restringir a possibilidade da posposição do sujeito em relação ao tipo de argumento, o qual o verbo admite estar ligado, intrinsecamente, à sua natureza.

Exemplo 8: Variável tipo de verbo: verbo transitivo

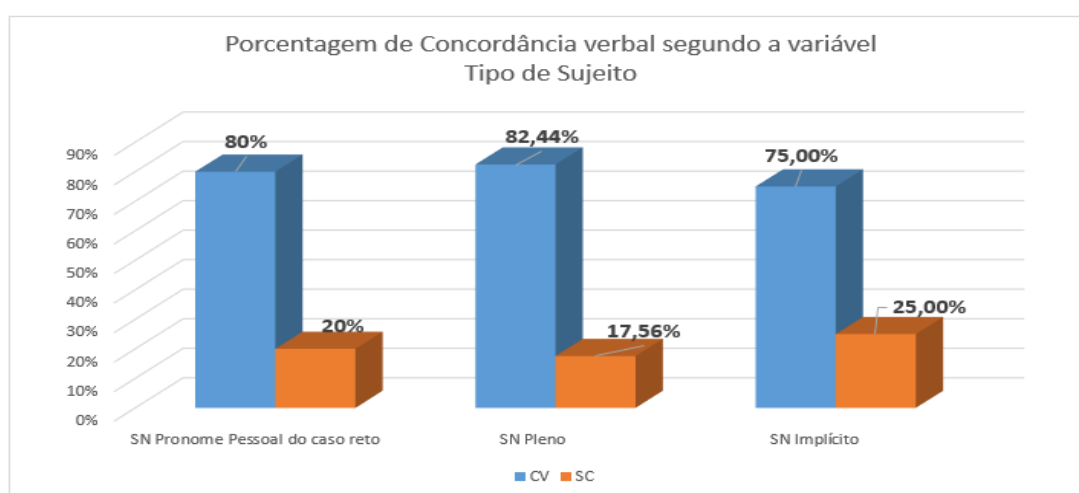
Conheço um mulher a muitos anos. Ela é baixa e magra, cabelos loiros levemente ondulados, seu olhos é de um azul intenso e expressivos inspira confiança, seu nariz ao meu ver é um pouco grande devido o rosto magro, sua boa era bem definida, mas fina;
(011-CPD).

Gaivotas voam em direção a ilha para buscar abrigo no farol (14-CeAl).

Com isso a discriminação, preconceitos que temos hoje em dia nos causa traumas que podem nos acarretar para o resto das nossas vidas, principalmente, em pessoas que são deficientes físicos e mentais. (21-JMS)

Observa-se nos exemplos acima, construções textuais realizadas com verbos transitivos. Apesar do SN estar anteposto ao verbo, não houve favorecimento da marcação da concordância verbal.

Gráfico 5



O gráfico 5 evidencia números com porcentagem de 82,44% de construções em que os informantes utilizam o SN Pleno, com marcação de concordância verbal de acordo com a norma padrão, em contraposição aos 25% de frequência do SN Implícito, com ausência da marcação de concordância verbal, nas construções linguísticas dos textos.

Nas construções textuais dos informantes com o sujeito pleno, a preferência foi pelo preenchimento do sujeito, tendo em vista maior produtividade dentro da concordância verbal na norma padrão. No caso do sujeito pleno, o português brasileiro aproxima mais do protótipo da língua, isto é, “há diferentes matizes que permite localizar as variedades num *continuum*”. Por isso, o sujeito

pleno é privilegiado, motivo pelo qual não se pode afirmar que esta variedade ainda seja *pro-drop*³⁶.

Exemplo 9: Variável tipo de sujeito - Sujeito Pleno

As águas deste ambiente estão azuis com tons de verde e branco (05-TPS).

A ilha começa com areia branca ao seu entorno. A paisagem com tons de dia de sol, com três pés de coco que se destacam em meio a flora. (05-TPS).

Sempre que saio nas ruas vejo a falta de respeito com os pedestres, motoristas não respeitam as faixas que tem nas ruas, pessoas vão atravessar colocam o pé na faixa e carros e motos passam em uma velocidade alta e não param, a falta de respeito é muito grande, outro dia quase fui atropelada bem no centro de Vilhena com minha filha de 3 anos em uma faixa de pedestre (20-ITC).

Observamos nos exemplos acima, que os sujeitos em destaque, considerados SN Pleno estão em concordância com os verbos. Este fato se explica por vários motivos: o sujeito pleno é o sujeito preenchido, que pode ser visto e muitas vezes substituídos, como por exemplo, o SN “as águas” e “pessoas” podem ser substituídas pelo pronome “elas”, da mesma forma, pode acontecer com os sujeitos “pés de coco”, “motoristas”, “carros e motos” que podem ser substituídos pelo pronome “eles”; outro fator importante é do sujeito pleno estar anteposto ao seu verbo, mesmo numa relação em que há elementos intervenientes entre sujeito e verbo, ou seja, não está numa relação direta sujeito/verbo, porque a presença do sujeito facilita a marcação da concordância verbal.

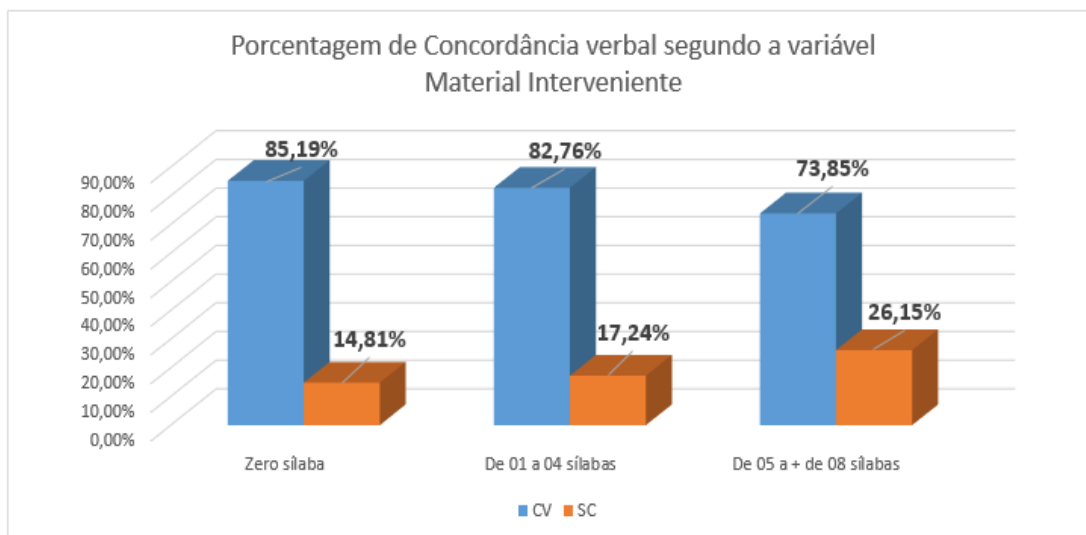
Segundo Duarte e Paiva (2011), o SN implícito trata de um sujeito pronominal cujo antecedente com a mesma função sintática só pode ser resgatado pelo contexto. A possibilidade de apagamento do sujeito implícito do sistema linguístico tem grande produtividade no português brasileiro, embora nas

³⁶ O fenômeno *pro-drop* (eliminação do pronome) é muitas vezes referido como anáfora zero ou nula. A condição *pro-drop*, na qual a sentença apresenta a forma verbal sem a presença do pronome é mais comum nas línguas com uma conjugação complexa e bem variável conforme a Pessoa Gramatical. (dicionário.sensagent.com/Língua_”pro-drop”pt-pt/)

construções textuais dos informantes, nesta pesquisa, este tipo de sujeito não tenha se mostrado produtivo.

Conforme mostra o gráfico cinco, as porcentagens da marcação de concordância verbal apresentam maior produtividade nas construções textuais dentro da norma de prestígio. Esse fato propicia relacionar a língua como um sistema de possibilidades que oferece um conjunto flexível de regras de seleção, combinação e substituição que não compromete nem altera a interação verbal.

Gráfico 6



O gráfico 6 demonstra o predomínio das construções dos textos em que há uma relação direta entre sujeito e verbo sem elementos intervenientes, e confirma com 85,19% que esta relação facilita para a marcação da concordância verbal, contrapondo-se ao índice de 26,15%, atribuindo a não marcação da concordância verbal, quando existe material interveniente entre o sujeito e o verbo num processo progressivo, tendencioso, ou seja, quanto mais interveniências entre o sujeito e o verbo, menor a frequência da concordância conforme a regra padrão.

O comportamento dessa variável se associa à distância entre o SN sujeito e o SN verbo, e é considerada relevante para o fenômeno da concordância verbal, conforme verificamos nos exemplos:

Exemplo 10: Variável “material interveniente”: zero sílaba

Todas as árvores dançam juntas a melodia do vento, que sopra forte e gelado sobre nós. (09-NF).

Houve no cone sul de Rondônia um total de um mil cento e quarenta e um inscritos para o cargo de técnico bancário das provas que aconteceram em duas etapas. Cento e vinte questões de verdadeiro ou falso, onde, uma errada elimina uma certa, e uma prova discursiva para os candidatos do cone sul. As provas foram aplicadas na cidade de Cacoal, com início as 14:00hs e termino as 18:30 hs horário de Rondônia (25-TPS).

Exemplo 11: Variável “material interveniente”: de 05 a mais de 08 sílabas

Para muitas vítimas os traumas gerados através destas agressões que podem ser através de forma verbal ou física, não conseguem contar ou reviver novamente os momentos que sofreram, por isso as vítimas se fecham e absorvem aquilo, sem pedir ajuda, mesmo de um tratamento psicológico ou da lei (41-NI).

Hoje em dia as pessoas são orientadas para não praticar esse tipo de crime pois pode levar até a prisão desses certos indivíduos. Pessoas que são discriminadas podem ficar com traumas pelo resto da vida se não tiver o acompanhamento médico (43-RGS).

No exemplo 10, as construções textuais foram realizadas sem o uso de material interveniente entre o sujeito e o verbo nas sentenças grifadas, possibilitando a realização da concordância verbal da norma padrão. Nesse caso, a ausência do elemento interveniente anteposto imediatamente ao verbo favorece a marcação da concordância verbal dentro do padrão normativo.

Quanto ao exemplo 11, produzido pelos informantes, não houve a marcação da concordância verbal, devido a mensuração do material interveniente, em sílabas, as quais interferem na realização da concordância pelo informante devido ao distanciamento causado pela presença de constituintes intervenientes entre o sujeito e o verbo.

Conforme podemos observar, a ocorrência da Concordância Verbal define sujeito e o núcleo do predicado, representado pelo verbo, compreendendo uma relação de identidade entre o termo determinante e o determinado, realizando uma conexão perfeita entre os elementos da oração.

São vários os conceitos sobre a concordância, para exemplificar citamos Scherre e Naro (1993) e Castilho (2014). Para Scherre e Naro a “concordância

adequada é uma característica linguística de uma camada social mais culta, sendo portanto, imposta à aquelas que nela queiram se inserir”, enquanto para Castilho a concordância verbal é a conformidade morfológica entre o verbo e o sujeito. “Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas, ou seja, se houver marcação de plural no sujeito haverá marcação de plural no verbo” (2014, p. 411).

Como vimos, os conceitos de Concordância Verbal são diferentes, o primeiro trata-se da concordância ligada a vários fatores existentes que intervêm na regra, a maioria ligada à relação do falante com o que é enunciado. O segundo conceito trata a concordância como o uso variável da marca morfológica. No âmbito da variação linguística ambos os conceitos são aceitos e embora a escrita apresente variação, é mais elaborada, o falante dispõe de mais tempo para produzi-la e ajustar a produção linguística às regras gramaticais, enquanto a oralidade não permite tamanho cuidado, visto que esta tem uma sintaxe interacional.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar o fenômeno da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, na escrita de alunos do curso de Letras do Campus de Vilhena-Rondônia. Uma vez que trabalhamos com informantes que estão iniciando um curso superior e produziram seus textos em sala de aula, consideramos se tratar de um *corpus* formal. Por essa razão esperávamos um percentual menor de ausência de concordância verbal. Contudo, o percentual encontrado foi de 19,12% (39/204) de casos que apresentaram a ausência de marcação nos verbos na língua escrita, um valor bastante relevante, o que evidencia que a variação acontece até mesmo nas produções formais de pessoas que, supostamente, adquiriram o conhecimento da gramática normativa.

Esta pesquisa nos possibilitou comprovar também que esta variação não é aleatória, mas que pode ser condicionada por fatores linguísticos, como também por fatores sociais. Consoante Scherre e Naro (1988), existe a possibilidade de prever em que estruturas linguísticas e em que situações sociais os falantes estão propensos a marcar ou não formalmente o verbo no plural, foi o que ocorreu com esta pesquisa. Conseguimos analisar estas estruturas influenciadoras da Concordância Verbal com os grupos de fatores linguísticos, os quais consideramos de suma importância para a pesquisa variacionista: a saliência fônica, a posição do sujeito em relação ao verbo, o tipo de verbo, o tipo de sujeito e o material interveniente.

Os dados analisados nas construções textuais dos informantes pesquisados apresentaram alta produtividade de uso da marcação de número em verbos de 3ª pessoa do plural em função, principalmente, de fatores de caráter linguístico. A posição do sujeito anteposto ao verbo favoreceu o uso da concordância verbal na norma de prestígio. Em todas as variáveis predominaram o uso da concordância verbal na terceira pessoa do plural como era o objetivo da pesquisa, em que os informantes utilizaram nas redações o uso correto da flexão verbal nos padrões da variedade da norma padrão da língua.

As ocorrências de variantes sem marca explícita são, em sua maioria, de posição não acentuada, de modo que a variável saliência fônica, na modalidade

escrita da língua, apresenta-se bem atuante promovendo a perda da marcação de concordância verbal nos casos de pouca diferença fonológica entre as formas verbais singular x plural; na saliência fônica quando envolviam acréscimo de segmentos na forma átona plural e quando há acréscimo de segmento sem mudança na forma tônica, no plural. Os dois níveis hierárquicos da saliência apresentaram aumento de concordância verbal, progressivamente. Estes dados corroboram com a hipótese levantada que quanto mais saliente for a diferença entre as formas verbais, maior a possibilidade da marca explícita de plural.

Em relação ao controle da variável posição do sujeito em relação ao verbo, as estruturas com o sujeito imediatamente anteposto revelaram maior probabilidade de receberem a marca de plural, ao passo que aquelas em que o sujeito está posposto apresentaram probabilidade menor. Esta inversão de sujeito leva ao cancelamento da marca de plural, uma vez que o informante não flexiona o verbo deixando-o no singular por confundir o sujeito com o objeto, deixando de reconhecer a função dos elementos em uso linguístico. Este fato confirma a concepção de Pontes (1986) de que quando há posposição, o sujeito perde as características de tal função, causando a não concordância verbal. No entanto, os dados não confirmam a justificativa da autora de que tais sujeitos ocorrem com maior frequência com verbos intransitivos, tornando a correlação sujeito-verbo mais difícil e causando a ausência de Concordância Verbal. Essa justificativa não corrobora com os dados da nossa pesquisa em relação à variável tipo de verbo. As estruturas com o verbo intransitivo revelaram maior índice de marcação de concordância verbal, contrariando a afirmativa acima de Pontes (1986) e, ainda, vem de encontro às nossas hipóteses de que os verbos intransitivos favorecem a não marcação da concordância verbal e os verbos transitivos favorecem a marcação do plural na concordância verbal por não haver interferência numa ordem direta sujeito/verbo.

A situação apresentada dos verbos transitivos, em que os informantes não realizam a concordância na norma padrão, também ocorreu devido a este tipo de verbo precisar de um argumento externo e isso dificulta, na escrita, a realização de construções com esse verbo fazendo com que os informantes façam construções textuais sem a marcação do plural.

Conforme nossa expectativa, em relação ao tipo de sujeito, os resultados

desta pesquisa comprovaram que o sujeito explícito favorece à marcação do plural na concordância verbal. Os acadêmicos de Letras empregam a desinência número-pessoal na maioria dos casos quando o sujeito está preenchido. Vale ressaltar que o favorecimento da concordância verbal neste contexto seja possível porque este tipo de sujeito está posicionado antes do verbo, sustentando a hipótese de que o sujeito explícito motiva a concordância verbal. No entanto, os sujeitos implícitos apresentaram uma tendência à não flexão verbal na terceira pessoa do plural estabelecendo a concordância fora dos padrões da norma. Verificamos que os informantes não percebem e não conseguem identificar o sujeito quando este não aparece de forma explícita na sentença. Desta forma, não conseguem perceber e associar de que este sujeito pronominal só é resgatável no contexto linguístico situacional do texto.

Quanto à variável material interveniente, os resultados evidenciam que quanto maior a quantidade de material interveniente entre o sujeito e o verbo, maior a probabilidade de não haver a marcação da Concordância Verbal, o contrário também acontece, ou seja, quanto menor quantidade de material interveniente ou ausência de material fônico, maior a concordância verbal. Nossa análise comprovou um aumento frequente de concordância de acordo com a diminuição de elementos entre o sujeito e o verbo e apresentou maior índice de concordância verbal quando o sujeito e verbo se encontram numa relação direta sujeito/verbo, sem material interveniente. Esse comportamento ocorre, segundo Naro e Scherre (1999 a) porque quando existe uma relação mais direta entre sujeito e verbo, existem poucas chances de que alguma coisa “interfira” ou “desvie” a realização da concordância, porém, quanto menos evidente for esta relação, cresce a possibilidade de “interferência” ou “desvio” que leva à não marcação de plural.

Ao considerar a visão normativista para a discussão sobre a concordância verbal, tivemos como pretensão mostrar uma abordagem da Concordância Verbal em que apresenta apenas uma forma da língua como a única em uso sem considerar as demais variedades linguísticas.

Nesse sentido, vimos que, para a visão normativa, o processo de concordância verbal ocorre quando todas as marcas de concordância verbal do sujeito concordam com as marcas do verbo e vice e versa.

De forma diferente de entender a língua, a visão variacionista a analisa dentro de um contexto social da comunidade de fala levando em consideração os condicionamentos sociais e estilísticos. Para os linguistas, não há igualdade linguística entre os falantes. As características da língua se baseiam em um princípio de diversidade e heterogeneidade.

Considerando que a visão variacionista sobre a concordância verbal configura ser mais coerente, a pesquisa apresentou as possíveis variáveis da concordância verbal que influenciam de forma significativa na variação entre ausência e presença de marcas de concordância verbal.

Vale ressaltar que, embora nos atentamos mais às estruturas, não podemos desconsiderar que essas estruturas estão situadas num contexto social e numa dinâmica social. Dessa forma, a variedade linguística torna-se um reflexo da sociedade, na qual existe uma variedade social, distinguindo o papel dos indivíduos, distribuídos em grupos e classes. A sociedade brasileira, devido à distribuição de rendas, divide com desigualdade as suas classes sociais e isso reflete diretamente na aquisição da língua.

Bortoni-Ricardo (2004) define essa “divisão de classes” como domínios sociais que se constituem em um espaço físico onde as pessoas interagem apropriando-se de certos papéis sociais. Estes papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais e construídos num processo de interação com o uso da linguagem para a comunicação [...] (2004, p.23).

Os papéis sociais são definidos por normas socioculturais que estão enraizados em nossa cultura e determinados pelos falantes, haja vista os domínios sociais do “português padrão” sobre o “português não padrão” que são as demais variedades da língua em seus diversos aspectos sociais, regionais, entre outros.

Dentre as variedades linguísticas estão o “português padrão” e o “português não padrão”. A primeira, tem maior poder e prestígio, porém, nada há de superior nas demais variações, a não ser pela ideologia dominante que está associada a fatores políticos e econômicos. Quanto à segunda variedade, considerada estigmatizada, caracteriza-se pela aprendizagem informal, onde se

fala o que se usa, tendo como maior objetivo a comunicação e avaliada como motivo de preconceito diante da sociedade.

Dessa maneira, as escolhas linguísticas consistem em processos inconscientes que o falante realiza e associa a múltiplas dimensões constitutivas da sua identidade social, relacionadas aos múltiplos papéis sociais assumidos na comunidade a que pertence. Nesse sentido, o português brasileiro falado pelas classes mais favorecidas tem sido a variedade prestigiada em relação às outras por ser a norma eleita representante do país, ensinada e aprendida na escola. O prestígio desta variante é condição social que a coloca como instrumento de dominação, sobre as demais que passam a ser consideradas inferiores, devido à uma visão social preconceituosa.

Nesses parâmetros, citamos Castilho (2010), para quem “as línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia” (2014, p. 197). A língua é responsável por compor a corrente da interação das relações sociais, as quais dão conta da fala dos sujeitos numa dinâmica geradora de variação linguística. O sujeito possui a capacidade de estabelecer as diversas relações sociais e retratar o conhecimento de si próprio e do mundo, além dos valores ideológicos manifestos por meio da língua. Dessa forma, a língua se torna crucial para o indivíduo agir socialmente. Em vista disso, a concordância verbal na língua se apresenta como uma possibilidade de ter acesso às camadas sociais.

Na perspectiva da variação linguística, a sociedade brasileira vem mudando em grande velocidade e com isso vive um momento novo. Na era da tecnologia e da informação, em que há acesso rápido de uma ou outra forma a todo tipo de informação, basta um clique e você tem um leque de opções a sua disposição. Nesse sentido, o aluno também mudou, ele chega à escola impregnado de informações midiáticas e questionamos como os professores têm lidado com esse novo aluno e com esse novo momento que a sociedade está vivendo.

De acordo com Castilho (1998, p. 12), os professores hoje precisam se capacitar de novos temas que lhe permitam encarar mais adequadamente os problemas linguísticos suscitados com as mudanças sociais.

O professor necessita estar comprometido consigo mesmo e com o que

está realmente acontecendo no campo educacional, é preciso que se sinta motivado para transformar a sua sala e, conseqüentemente, a reeducação linguística de seus alunos. Nesse processo, o professor deve buscar capacitar-se cada vez mais para lidar com a variação linguística de modo apropriado numa aprendizagem significativa com seus alunos.

Do ponto de vista prático, o professor deve produzir o seu próprio conhecimento linguístico, transformar-se num pesquisador e, conseqüentemente, num orientador, aplicando os resultados de suas pesquisas/orientações em sala de aula, pois as mudanças de ensino-aprendizagem devem começar com o professor. Para isso, a prática pedagógica é necessária, só assim os alunos aprenderão a ler, escrever e produzir textos nos múltiplos contextos linguísticos.

Nessa concepção, percebemos que há uma ironia no ensino da língua portuguesa, pois o professor, ao ensinar apenas nomenclaturas gramaticais, não está ensinando, efetivamente, a língua. Há uma prioridade ao ensino de gramática e, quando se aplica produção textual, nem sempre o professor sabe, realmente, o que fazer com o texto do aluno. Não há, normalmente, uma relação concreta do ensino de gramática e sua aplicação no próprio texto, ou seja, no uso linguístico das regras gramaticais. Por isso, a função da escola é letrar e ensinar a norma padrão, porém não desprezando as variáveis linguísticas trazidas pelos alunos. É com o conhecimento destas variáveis que o professor deve introduzir os estudos da língua padrão, conscientizando o aluno das diferentes situações concretas do uso da língua, proporcionando experiências em sala de aula com a aplicação dos “recursos comunicativos” necessários à articulação linguística e ter uma comunicação eficaz e um bom desempenho nas várias situações, pois vivemos na era da informação e precisamos preparar nosso aluno para essa nova sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 19)

As atividades de redação na escola devem ser direcionadas à leitura e produção de textos voltadas para a construção do pensamento crítico do aluno, pois a língua escrita é uma tentativa de avaliar a língua falada. Nesse sentido, é necessário desfazer a dicotomia que existe em relação a língua, ou seja, supervalorização da língua escrita e depreciação da língua falada, porque ambas estão intrínsecas, uma depende da outra. “Usar uma língua, tanto na modalidade

oral como na escrita é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade” (BANHO, 2007, p.130).

Para que a variação linguística seja incluída e valorizada na escola, os preconceitos linguísticos precisam ser destruídos. É necessário que o professor esteja preparado para enfrentar os desafios e transformar por meio de conhecimento o pensamento de seus alunos e também transformar os preconceitos que vêm sendo veiculados há décadas.

Podemos afirmar que essa reeducação linguística nos professores deve ser considerada à medida que o professor deve ser preparado para o novo, pois existe muito despreparo entre os professores atualmente. Mesmo com a evolução da ciência da linguagem, os professores continuam fingindo que nada está acontecendo e presumindo que os alunos são os mesmos de décadas (OLIVEIRA, 2011, p. 22).

Fato é que para Bagno (2001, p. 22), a Gramática Tradicional condensa a atividade intelectual de muitas gerações de estudiosos que tentaram investigar o funcionamento da linguagem humana (ainda que parcialmente, pois só usaram como material de análise a língua literária). Muitos professores continuam ensinando a gramática pela gramática, trabalham com poucas redações e não realizam procedimentos de reescrita de textos, dificultando o aprendizado do aluno na aquisição da escrita.

Com certeza, temos entendimento de que a cultura do erro gerou o preconceito linguístico que deve ser eliminado a partir do amadurecimento das nossas competências linguísticas no ensino.

Uma reflexão sobre as constantes críticas é a falta de domínio dos alunos na produção de textos e a um ensino “predominantemente” gramatical. Ocorre uma aparente contradição nestas críticas, porque se comenta da falta de competência dos alunos para escrever bem, e, ao mesmo tempo, se comenta acerca dos abusos e da ineficiência do ensino da gramática. Essas duas questões estabelecem uma aparente contradição, criticada por Antunes, em que ressalta que os alunos terminam o ensino médio com muitas dificuldades no uso da escrita, causando dificuldades em escrever textos, socialmente pertinentes, com relevância informativa, quanto é justo admitir ao modo como se ensina gramática nas escolas (ANTUNES, 2004, p. 128). Como falamos anteriormente, parece

haver, na escola, uma dissociação entre o ensino de gramática e o ensino do texto, como se fossem estudos totalmente opostos.

Neste sentido, o problema do ensino da gramática e do texto só se resolvem quando situar o texto no centro de todas as focalizações, quando pôr a norma gramatical nos seus limites e o educador for capaz de perceber os outros constituintes do funcionamento das línguas, funcionamento que não se faz abstraído dos contextos sociais e das funções interativas.

Diante do exposto, comprova-se a heterogeneidade linguística e que a gramática normativa está estreitamente ligada ao contato com as atividades de letramento e quanto mais convivemos com a escrita, mais nos aproximamos da gramática normativa. No entanto, o surgimento da escrita realizou-se como tentativa de representar a fala, desta forma é impossível evitar a presença da oralidade nos textos, mesmo em textos acadêmicos, como é o nosso caso.

Portanto, a deficiência no ensino é ocasionada pela visão da hegemonia da norma padrão considerada de prestígio, que não aproveita o trabalho com as variantes de forma a ajudar o aluno a escolher o grau de formalidade de acordo com a situação. Para tanto, é necessário que a escola evite a relação entre capacidade verbal e classe socioeconômica e que a sociedade pare de disseminar a cultura do “erro” na linguagem, fato que gera preconceito. Para combater esse preconceito é preciso estudar as diferenças, compreendê-las e divulgá-las adequadamente, restabelecendo novos padrões de conduta, essencialmente, no âmbito socioeducacional.

Diante do exposto, acreditamos que as discussões apresentadas neste estudo são necessárias, uma vez que fornecerão suportes teóricos aos professores no ensino para que possam compreender melhor o uso dessa variação linguística.

A pesquisa, portanto, contribui na área do ensino com esse estudo da concordância verbal, e, assim, analisamos duas variáveis da concordância verbal: a variante padrão e a não padrão e tentamos demonstrar resultados que fossem pertinentes para estudos futuros no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

ALI, Manuel Said, 1921-23. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.

ANTUNES, Irandé Costa. **No meio do caminho tinha um equívoco: Gramática, tudo ou nada**. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ARISTÓTELES. **Os pensadores**: Dos argumentos sofísticos. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua Materna**: letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. (Org.) **Linguística da norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

_____. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Preconceito linguístico: o que é e como se faz**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

BAKHTIN, M. M. **O problema dos gêneros discursivos**. In: Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. **Sintaxe do Português: de uma abordagem histórica para uma perspectiva inovadora**. In: VALENTE, André (org.). **Aulas de português: perspectivas inovadoras**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTIVOGLIO, Paola. A. **A variação nos estudos sintáticos**. XIV Estudos lingüísticos. Anais de seminários do GEL Campinas, Unicamp, p.7-29, 1987.

BERLINCK, Rosane. **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Campinas, 1988. Dissertação de Mestrado, UNICAMP.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nós cheguei na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2006.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. (Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno) São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística: Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínio e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2005 – Vol.1.

CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1976.

_____. **Erros escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro**. In: Uchôa, C. E. F.(Org). Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.87-95. Edição original: 1957]

CASTILHO, Ataliba T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAVES, Gomes Chaves. **Princípio de Saliência Fônica: isso não soa bem**. Revista eletrônica, v.7, n.2, 2014.

CHOMSKY, Noam. **O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso**. Lisboa: Caminho, 1994.

CORREA, Djane Antonucci (org.). **A relevância social da Linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola, 2007.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil**. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary Aizawa (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. 10. Ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Interação e linguagem: balanço e perspectivas**. Conferência apresentada no Congresso Interacional de Linguagem e Interação, 2005.

_____. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 214p.

FERNANDES, Marisa. **“Concordância Nominal na Região Sul”**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 1995.

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística II**: princípios de análise. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FRISCH, Karl von. **Bees, their vision, chemical senses and language**. Ithaca, Cornell University Press, 1950.

HORA, Demerval da (org.). **Estudos Sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa-PB: UFPB/BC, 2004.

ILARI, Rodolfo, BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 2000.

KATO, Mary A. **Gramática do português falado**. São Paulo: Unicamp, 1996.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Trad. Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 2007.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

_____. **Principles of linguistic change**: internal factors. Oxford: Blackwell Publishing, 1994.

LAVANDERA, Beatriz.R. (1984) **Variación y significado**. Buenos Aires, Hachette (1. Los limites de la variable sociolinguística, pp.37-46.

LEMLE, Miriam. & NARO, Anthony. Julius. (1977). **Competências básicas do português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford. Rio de Janeiro. 151p.

LYONS, John. **Linguagem e Lingüística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

LOPEZ, Ricardo. **Sofistas Griegos: Nuevos Maestros, Viejos Maestros**. Ars Brevis, (2): 251- 278, 1996.

LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan, SILVA, Jorge Augusto Alves. **A concordância verbal**. In: LUCCHESI, Dante.,BAXTER, Alan, e RIBEIRO, Ilza, orgs. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp.331-371. ISBN 978-85-232-0875-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

_____. **A variação na Concordância Verbal no Português Popular da cidade de Salvador**. Revista de Estudos Linguísticos e Literários, nº 52. ISSN online: 2176-4794. UFBA, Salvador-BA, p.166-204, 2015.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário Prático de Regência Verbal**. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARTIN, Robert. **Para entender a Linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Variação, Mudança e Norma – movimentos no interior do português brasileiro. In BAGNO, M. (Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2003. P. 291-316.

_____. **“O português são dois...”**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Tradição Gramatical e Gramática Tradicional**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Estruturas Trecentistas. Para uma Gramática do Português Arcaico**. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação a filologia e à linguística portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (Orgs). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília. **Fala, Letramento e Inclusão Social**. São Paulo, Contexto, 2007. 128p.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **“A Variação na Concordância na Terceira Pessoa do Plural na fala dos Florianopolitanos”**.99f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2001.

_____. **Variação na Concordância Verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE***. Artigo apresentado no Anais do IX Encontro do CELSUL. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça-SC, 2010.

_____. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e PE**. 2009. 229fls. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____ e COELHO, Izete Lehmuhl. **Sujeito: entre ordem e concordância**. <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/viewFile/200/202>, 2011.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia Portuguesa**. 4ª Ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

MOTA, Maria Antónia, MIGUEL, Matilde, e MENDES, Amália. **A concordância de P6 em português falado**: os traços pronominais e os traços de concordância. Revista Papia 22 (1), p.161-187. 2012.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of a syntactic change. Language, Baltimore, n.57, p.63-98, 1981.

_____. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs). **Introdução à sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2003b. P.5-26.

_____. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs). **Introdução à sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2003a. P.43-50.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala**. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, (20):9-16, 1991.

_____. (1999a). **Sobre o efeito do princípio da saliência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna**. In: MOURA, D. (org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL. pp. 26-37.

_____. (1999b). **Influência de variáveis escalares na concordância verbal**. A cor das letras. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. p. 17-34.

_____. **Origens do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. **Sintaxe: explorando a estrutura da sentença**. In: José Luiz Fiorin. (Org.). *Introdução à Linguística: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, v. II, p. 81-109.

NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. 15ª Ed. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

NICOLAU, Eunice Maria das Dores. **A Ausência de Concordância Verbal em Português: uma abordagem sociolingüística**. 196fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli e GUIMARÃES, Eduardo R J (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002. v. 1. 160 p.

PAGOTTO, Emilio Gozze. **Variação e (´) identidade**. Maceió: EDUFAL, 2004.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

PONTES, Eunice Souza Lima. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.

POSSENTI, Sírio. **Porque (Não) ensinar gramática na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

ROMAINE, S. (1981). On the problem of syntactic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov. **Sociolinguistic Working Paper**, 82. 1981.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). **Padrões Sociolinguísticos: Análise de Fenômenos Variáveis do Português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1996.

SILVA, Jorge Augusto A. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia. UFBA: Tese de Doutorado, 2005.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Aspectos da concordância de número no português do Brasil**. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37-49. dez. de 1994.

_____. **Reanálise da concordância nominal em português**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. & NARO, Anthony. **Duas dimensões do paralelismo verbal no português popular do Brasil**. In.: D.E.L.T.A., n. 9, p. 1-14, 1993.

_____. & NARO, A. J. **Sobre a concordância de número no português falado do Brasil**. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509- 523, 1998.

_____. & NARO, A. J. **Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português**. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n.1 (45-71), 1988.

SUASSUNA, Livia. **Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática**. Campinas: Papirus, 2001.

TARALLO, Fernando. **Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1975].

ZILLES, Ana Maria Stahl, MAYA, Leonardo Zechlinski. & SILVA, Karine Quadros da. **A Concordância Verbal com Primeira Pessoa do Plural em Panambi e Porto Alegre, RS.** In: Organon, Estudos da língua falada. Porto Alegre: UFRGS, v.14, n.28/29, pp. 195-219, 2000.

Links

<http://www.orbilat.com> (último acesso 15/10/2014)

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br> (último acesso 15/10/2014)

<http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=30796> (último acesso 21/10/2014)

<https://repositorio.ufba.br/> (último acesso 22/10/2014)

<https://www.abralin.org/revista/RVE1/RVE111.pdf> (último acesso 07/01/2015)

<https://archive.org/stream/M.saidAli.grammaticaHistoricaDaLinguaPorugueza/GrammaticaHistoricaDaLinguaPortugueza#page/n353/mode/2up> (último acesso 10/01/2015)

http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/mathesis/Mat19/Mathesis19_9.pdf (último acesso 07/01/2015)

<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/37169/398> (Projeto NURC) (último acesso 07/01/2015)

<https://books.google.com.br/books?isbn=857244520X>. Diversidade linguística e mobilidade social. MOLLICA, M.C. (Disponível em Acesso em: 27 de janeiro 2016).

Revistas eletrônicas da FFLCH.

revistas.fflch.usp.br/papia/article/download/1688/1499 (último acesso em 10/05/2016).

www.revistadiadorim.letras.ufjf.br/index.php/.../article/viewFile/200/202. Artigo Sujeito: entre ordem e concordância de Isabel Monguilhott e Izete Coelho (último acesso em 10/05/2016)

www.sociodialeto.com.br/edicoes/17/01062014025814.pdf. Souza, Antônio Carlos Santana de. Fernando Tarallo em três momentos. Web-Revista Sociodialeto. (último acesso em 04/06/2016).

<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/VOLUME-8-Analise-da-concordancia.pdf>. Silva, Silvânia Oliveira da: Análise da Concordância verbal em redações de vestibular. (acessado em 05/06/2016)

www.português.uol.com.br: Vânia Maria do Nascimento (acessado em 05/06/2016)

www.filologia.org.br, p. 53. Edila Vianna da Silva (UFF e ABRAFIL): A pesquisa sociolinguística: A teoria da Variação. (acessado em 03/06/2016)

www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes. Vocábulo-Revista de Letras e Linguagens Midiáticas. (acessado em 03/06/2016)

Coelho, Izete L., Werner Adriana e Arduin Joana. Uma contribuição para a Descrição do Português falado em Santa Catarina: A ordem Verbo-sujeito, 2001. Working Papers em Linguística, UFSC, n.5 (acessado em 05/06/2016)

[www.dicionário.sensagent.com/Língua "pro-drop"pt-pt/](http://www.dicionário.sensagent.com/Língua_pro-drop_pt-pt/) (acessado em 03/06/2016)

Revista da ABRALIN, v. Eletrônico, n. Especial, p. 91-120. 1ª parte 2011. Duarte e Paiva (2011, p. 104) (acessado em 06/06/2016)

www.cetrans.com.br/artigos/Tercia_Ataide_Franca_Teles.pdf Linguagem e identidade social – uma abordagem sociolinguística (acessado em 05/06/2016)

TELES, Tercia Ataíde França. Linguagem e identidade social – uma abordagem sociolinguística. v.11, p.05-10. (acessado em 03/06/2016)

OLIVEIRA, Juliana Cristina Nunes de. Variações Linguísticas em Sala de Aula. Periódico de Divulgação Científica da FALS. Ano V – Nº X, 2011. (acessado em 05/06/2016)